

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - MESTRADO
História, Territórios e Fronteiras**

JOSE TIARAJU RODRIGUES SCHROEDER

**EXPLORAÇÃO E VIOLÊNCIA:
UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO
ASSALARIADO EM MATO GROSSO (1870 a 1930)**

Cuiabá - MT

2008

JOSE TIARAJU RODRIGUES SCHROEDER

**EXPLORAÇÃO E VIOLÊNCIA:
UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO
ASSALARIADO EM MATO GROSSO (1870 a 1930)**

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFMT

Orientador: Prof^o Dr^o Vitale Joanoni Neto

Cuiabá - MT

2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - MESTRADO
História, Territórios e Fronteiras

EXPLORAÇÃO E VIOLÊNCIA:
UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO
ASSALARIADO EM MATO GROSSO (1870 a 1930)

JOSE TIARAJU RODRIGUES SCHROEDER

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFMT

Banca examinadora:

Orientador: Prof^o Dr^o Vitale Joanoni Neto – UFMT

Banca Externa: Prof^o Dr^o João Edson de Arruda Fanaia – UNEMAT

Banca Interna: Prof^o Dr^o Oswaldo Machado Filho – UFMT

Suplente: Prof^o Dr^o Fernando Tadeu de Miranda Borges – UFMT

Cuiabá- MT

2008

Dedico este trabalho a todos os trabalhadores e trabalhadoras que sofreram e sofrem lutando para construir um mundo mais justo e livre.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao meu orientador Vitale Joanoni Neto, que com sua paciência e dedicação tornou este trabalho possível. Obrigado por nunca desistir de mim.

Agradeço a Universidade Federal de Mato Grosso e ao Programa de Mestrado em História que me deu todas as condições para que pudesse continuar persistindo até concluir este trabalho.

Agradeço aos meus professores e colegas de mestrado pelas idéias e pelo incentivo.

Agradeço a meus pais que sempre apoiaram todas as minhas escolhas.

Agradeço a minha mulher e filho que sempre estiveram do meu lado apesar das minhas ausências.

Agradeço a todos os amigos que me incentivaram nos momentos mais difíceis.

E se o Brasil banir a escravidão; se reconhecer que um homem não deve ser escravo de outro (...) perece de fome a província de Mato Grosso? Há de perecer... Seu principal defeito é a preguiça, é a indolência... A fome e a miséria são só devidas à preguiça do povo, que ali devia viver na abundância (...) Lance o governo um olhar de compaixão para aquele povo, e procure lhe dar um remédio eficaz à preguiça, ao contrário terá de vê-lo sempre miserável. É-lhe necessário um reativo violento

Joaquim Ferreira Moutinho

Resumo

Esta pesquisa trata da formação do mercado de trabalho assalariado em Mato Grosso no final do século XIX e início do XX. No Brasil a partir de 1850, com o fim de tráfico de escravos, os fazendeiros tiveram problemas para conseguir mão-de-obra. Inicialmente estes recorreram ao tráfico interprovincial de escravos, mas depois passaram a utilizar principalmente o imigrante europeu, visto como trabalhador disciplinado e ordeiro, e de forma secundária os trabalhadores livres nacionais e os ex-escravos por serem vistos como preguiçosos e ociosos.

Mas enquanto as regiões sul e sudeste realmente contaram com os imigrantes europeus e asiáticos para substituir a mão-de-obra escrava na lavoura e para trabalhar como operários nas fábricas, em Mato Grosso, apesar de ser desejada pela elite e de alguns incentivos propostos, a imigração não foi realmente introduzida. A historiografia regional mostra que na região não teve importância a participação dos trabalhadores imigrantes europeus, e que a principal mão-de-obra utilizada para a formação do mercado de trabalho foram os próprios trabalhadores da região, livres, ex-escravos, índios, e em menor medida trabalhadores nacionais de outras regiões.

Em Mato Grosso os trabalhadores livres já participavam do mercado de trabalho ao lado dos trabalhadores escravos desde o início do século XIX, e em algumas atividades produtivas que se desenvolveram, principalmente após a abertura da navegação do rio Paraguai, a mão-de-obra livre era predominante em relação ao escravo dada as características destas atividades.

Também podemos perceber que em Mato Grosso, como em outras regiões do país, mesmo após a abolição da escravidão as relações de trabalho que se constituíram no estado não se diferenciaram em muito das do trabalho escravo, ainda apresentando certas características do trabalho compulsório, o que poderíamos caracterizar como um sistema de semi-escravidão ou escravidão por dívida.

E finalmente, que a visão construída sobre os trabalhadores livres que os caracterizavam como indolentes e preguiçosos não foram usadas para excluí-los do mercado de trabalho. Na verdade ao contrário, estas representações serviram sim para justificar a dura repressão para obrigar estes trabalhadores a oferecerem sua mão-de-obra para o mercado de trabalho assalariado.

Abstract

This research speaks about from the formation of the market of salaried worker in Mato Grosso at the end from the XIX century and commencement from the XX. At the Brazil as from 1850, with the end the slaves traffic, the farmers they had annoyances for succeeding work force. Initially these appeal to the slaves traffic inter province, but afterward they underwent the one utilize chiefly the immigrant European, saw as a worker discipline and order, and as of he forms secondary the laborers available national and the former - slaves by were saw as a lazy guy and indolent.

But while the regions south and south-east quite count with the immigrants European and Asians about to subsystem slave work-force at the agriculture and for working as a laborers at the factories, in Mato Grosso, even though being desired for elite and as of a few bait proposition, the immigration was not quite introduces. The regional historiography shows that in the region did not he had amount of money the participation of the laborers immigrant European, and that the one central work force used for the formation of the market as of work have been the custom laborers from the region, available, former - slaves, Indians, and on under age gauge laborers national as of other regions.

In Mato Grosso the free laborers available already participation of the market of work by the side of the slaves laborers at the start from the XIX century, and on a few productive activities that if they developed, chiefly after the aperture from the navigation from the river Paraguay, work force available period of time predominant regarding slave because the characteristics this activities.

We can perceive than it is in Mato Grosso , as a well into other regions of the country, even after the abolishment from the enslavement the acquaintanceship and the work that if to make up at the been haven't you differentiates on much of our of the of the work slave , still introducing certain characteristics of the work compulsory , the one to can characterize as an system as of quasi- - enslavement or enslavement by compromise.

And at last , than it is to the view built on the subject of the laborers available as the they featured as an indolent and lazy guy did not have been used about to excluded of the work market. Actually on the contrary, these representations they served to for the one hard repression for compelling these laborers the one offer your hand - as of - job for the market as of work salaried.

SUMÁRIO

Introdução - A formação do mercado de trabalho no Brasil	10
Capítulo I - Problemas para a formação do mercado de trabalho assalariado em Mato Grosso	29
1. Mato Grosso visto como fronteira – a idéia do isolamento	29
2. O problema da mão de obra – o imigrante como o trabalhador ideal.....	38
3. As categorias de trabalhadores no mercado de trabalho em Mato Grosso	49
Capítulo II - Como foi formado o Mercado de Trabalho assalariado em Mato Grosso	71
1. A política de terras e a questão da mão-de-obra.....	71
2. Valorização do trabalho e repressão a vadiagem.....	83
3. A violência contra os trabalhadores	92
Capítulo III - As relações de trabalho em Mato Grosso– exploração e violência.....	98
1. Legislação e mercado de trabalho	98
2. As condições de trabalho em Mato Grosso.....	105
3. Os Trabalhadores urbanos se organizam	121
Considerações Finais	134
Bibliografia	139
Fontes impressas.....	143
Universidade Federal de Mato Grosso/Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR)	143
Arquivo Público do estado de Mato Grosso (APEMT).....	146

Introdução - A formação do mercado de trabalho no Brasil

Para entender as especificidades do processo de formação do mercado de trabalho assalariado no Brasil é preciso antes analisar o sistema colonial e a ordem escravista, que moldaram a sociedade brasileira. O Brasil teve sua economia estruturada dentro da lógica do sistema colonial, criado a partir da política mercantilista, fruto da aliança entre a burguesia comercial e o estado absolutista. Segundo este sistema a produção nas colônias e suas relações comerciais deveriam se organizar para garantir a acumulação de riquezas para sua metrópole.

Por isso no Brasil, desde o início da colonização, priorizou-se a produção voltada a atender os interesses do mercado de Portugal. Para que a empresa colonizadora oferecesse lucros para a metrópole era necessário a produção para exportação de artigos de alto valor como artigos tropicais e metais preciosos. A metrópole tinha o monopólio comercial sobre as colônias que não podiam comercializar livremente, portanto o Brasil somente poderia vender seus produtos para Portugal e somente deste poderia comprar as mercadorias de que necessitava.

A colonização moderna, portanto, como o indicou incisivamente Caio Prado Jr., tem uma natureza essencialmente comercial: produzir para o mercado externo, fornecer produtos tropicais e metais nobres a economia européia – eis, no fundo o “sentido da colonização”¹

Podemos entender a escravidão como parte constitutiva do sistema colonial, elemento necessário para organização da economia garantindo a exploração colonial. Para Fernando Novais, nestas áreas de colonização foi necessário a implementação do sistema escravista para criar um excedente, uma grande margem de lucro através da super exploração da mão-de-obra o que permitiu a acumulação de capital pelas metrópoles européias, contribuindo para o desenvolvimento do capitalismo no velho continente.

¹ NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial (séculos XVI -XVIII)*. 5ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990. pág 29.

Os índios foram os primeiros a serem escravizados, mas a partir do início do século XVII o africano passa gradativamente a substituir o indígena como mão-de-obra. O trabalho escravo foi adotado para permitir uma maior margem de lucro e assim garantir a acumulação de capital pela metrópole europeia, mas o que explicaria a utilização dos africanos como escravos?

Existe um debate sobre esta questão, mas que não será aprofundado por não ser o objeto de análise deste trabalho. Fernando Novais defende que a opção pela escravidão dos africanos ocorreu por uma questão externa, pelo interesse de Portugal em aumentar os seus lucros. Para Novais a escravização do indígena não trazia vantagens para a metrópole, pois ocorria no território colonial e era realizado por colonos e, ao contrário, a escravização dos africanos, alimentada pelo tráfico negreiro, era um elemento a mais da espoliação colonial, uma forma de aumentar os lucros da metrópole vendendo aos fazendeiros os escravos a altos preços, garantindo assim a acumulação de capital para as nações europeias.

O tráfico negreiro, isto é, o abastecimento das colônias com escravos, abriu um novo e importante setor de comércio colonial enquanto que o apresamento dos indígenas era um negócio interno da colônia. Assim, os ganhos comerciais resultantes da preação dos aborígenes mantinham-se na colônia, com os colonos empenhados nesse “gênero de vida”; a acumulação gerada no comércio de africanos, entretanto, fluía para a metrópole, realizavam-nas os mercadores metropolitanos, engajados no abastecimento dessa “mercadoria”. (...) é a partir do tráfico negreiro que se pode entender a escravidão africana colonial, e não o contrário²

Para Ciro Flamarion Cardoso porém, o uso do africano como escravo se explica pela necessidade interna de mão-de-obra para os empreendimentos coloniais, pois tornou-se necessário trazer escravos de fora do país, pela dificuldade em utilizar a mão-de-obra dos nativos, por que, a partir de certo momento, a população indígena começou a diminuir drasticamente tornando-se cada vez mais difícil de ser arrematada.

Para este autor, enquanto que na região de colonização espanhola foi possível utilizar amplamente a mão-de-obra nativa por que as sociedades indígenas ali presentes apresentavam uma maior concentração populacional,

² NOVAIS, 1990. pág 89.

nas regiões litorâneas do Brasil, além de não haver na época da chegada dos europeus a mesma concentração populacional, ocorreu durante o primeiro século de conquista uma rápida depopulação provocada pelas “*epidemias, a mortalidade ligada ao trabalho forçado e a ruptura da economia de subsistência indígena tradicional, a fuga de tribos inteiras mais para o interior*” que “*acabaram por inviabilizar uma plantation açucareira baseada principalmente no trabalho dos índios*”³

A partir desta análise podemos afirmar que uma das características comuns de todas as regiões na América, onde a economia colonial se constituiu, foi a utilização do africano como escravo sempre quando houvesse dificuldade em arregimentar a mão-de-obra nativa.

*Os africanos foram trazidos ao Brasil exatamente pelas mesmas razões que os introduziram em outras áreas do Novo Mundo. Onde quer que a economia estivesse organizada para suprir o mercado internacional com matérias primas e sempre que houvesse dificuldade para recrutar trabalho nativo, os africanos forneceram o trabalho necessário.*⁴

Outra característica comum da escravidão na América foi que esta tomou contornos sob a questão racial. Os senhores e os escravos pertenciam a “raças diferentes”, por isso foi possível atribuir estereótipos negativos ao africano e seus descendentes.

Alguns estudos comparativos sobre a escravidão em diferentes locais da América apontam algumas características específicas sobre a escravidão no Brasil. No Brasil algumas questões estavam bem resolvidas para os colonos. Estava claro que os africanos vinham para o Brasil para serem escravos e que seus descendentes também seriam escravos. Os negros que se tornavam livres não tinham direitos dentro da sociedade. As leis portuguesas proibiam que os negros ocupassem posições de destaque como cargos importantes.

O fato dos negros se converterem ao cristianismo também não lhes oferecia nenhuma vantagem. Ao contrário, a igreja, desde o início da colonização, forneceu elementos ideológicos para justificar o sistema

³ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979. pág. 79.

⁴ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia a República: momentos decisivos*. 2ª Edição. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1979. pág. 216

escravista. A escravidão era uma punição justa para todos que se opunham ao cristianismo e para aqueles pagãos que viviam em pecado.

A miscigenação não era fonte de preocupações para a elite, pois o *“sistema social, que lhes oferecia poucas oportunidades econômicas, excluía-os da participação política e onde a ascensão na escala social só era possível quando autorizada pela elite branca”*⁵

Apesar de reconhecer que o africano passou a ser a principal mão-de-obra a ser utilizada na economia escravista é importante lembrar que outros elementos constituíam o mercado de trabalho. Não podemos esquecer que os nativos continuaram a ser utilizados como mão-de-obra em vários locais do Brasil, principalmente naquelas regiões onde não predominava a monocultura e não estavam vinculados ao mercado externo.

Outro elemento presente na economia escravista eram trabalhadores livres que ofereciam sua mão-de-obra como trabalhadores assalariados para os grandes proprietários. Desde o início da colonização foi necessário a utilização de trabalhadores livres responsáveis pelo controle e repressão dos escravos como também foi preciso a importação de trabalhadores mais especializados com conhecimento técnico necessário para viabilizar a produção.⁶

Não podemos negar a importância da escravidão que foi a forma predominante de mão-de-obra durante o período colonial, mas também não podemos esquecer que existiam outras relações de produção, fora do modelo senhor-escravo. Mas por que não foram utilizados trabalhadores livres para formar o mercado de trabalho assalariado?

Para Fernando Novais a introdução da mão-de-obra escrava era a única opção, por que naquele momento histórico, introduzir a mão-de-obra livre assalariada seria impossível dada a disponibilidade de terra, que converteria os colonos em trabalhadores autônomos que produziram para a sua própria subsistência e não se vincularam ao mercado internacional.

⁵ COSTA, 1979. pág. 220

⁶ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 25ª Edição. São Paulo: Editora Nacional, 1995. pág. 47

A implantação de formas compulsórias de trabalho decorriam fundamentalmente da necessária adequação da empresa colonizadora aos mecanismos do Antigo Sistema Colonial, tendendo a promover a primitiva acumulação capitalista na economia europeia; do contrário, dada a abundância de um fator de produção (a terra) o resultado seria a constituição no Ultramar de núcleos europeus de povoamento, desenvolvendo uma economia de subsistência voltada para o seu próprio consumo, sem vinculação econômica efetiva com os centros dinâmicos metropolitanos⁷.

Havia uma série de dificuldades em formar um mercado de trabalho assalariado. Um dos problemas a ser enfrentado era a grande oferta de terra que existia na colônia, que poderia ser apropriada por estes trabalhadores, através da posse, oferecendo a estes meios de sobrevivência fora das relações de trabalho assalariado.

tal disponibilidade (de terras sic) foi, sem dúvida, durante todo o período colonial brasileiro, forte o suficiente para que o único meio de conseguir trabalho abundante e contínuo para os proprietários mais importantes fosse a coação, o trabalho compulsório⁸

A exploração colonial exigia a produção em larga escala e para tanto era necessário um grande investimento inicial. Portanto, dificilmente seria possível a produção em pequenas propriedades onde os trabalhadores livres produzissem para a sua subsistência e exportassem o seu pequeno excedente. E nessas grandes propriedades, mesmo que fosse possível o uso da mão-de-obra assalariada os custos de produção não permitiriam a acumulação de capital.

Outro problema era a falta de metais preciosos e conseqüentemente de moedas, na sua maioria direcionadas para fora da colônia, que por sua vez, também dificultava a introdução de formas típicas de trabalho assalariado, tanto em épocas coloniais e mesmo após a abolição da escravidão até meados do século XX.

Além dos trabalhadores que estavam diretamente vinculados aos grandes proprietários de terra e escravos, também podemos identificar outras categorias. A grande propriedade rural voltava a sua produção para atender o mercado externo europeu mas era necessário uma produção voltada para o

⁷ NOVAIS, 1990. pág. 85

⁸ CARDOSO, 1979. pág. 74

mercado interno da colônia. Esta produção poderia ser realizada pelos próprios escravos dentro do latifúndio, mas também era realizada em pequenas propriedades por trabalhadores livres que produziam para a sua subsistência e para o mercado interno.

Este grupo de trabalhadores era composto tanto por mestiços, libertos ou mesmo colonos europeus que não tinham recursos para implementar a produção em grande escala de artigos de alto valor para ser comercializado no mercado europeu. Estes aproveitavam a grande quantidade de terra que existia na colônia para apropriá-la como posseiros trabalhando e produzindo para a sua sobrevivência.

Assim, durante todo o período colonial, a disponibilidade de grandes extensões de terra tornou-se acessível àqueles que não tinham condições de participar da economia comercial, permitindo-lhes sobreviver ao nível da economia de subsistência. A organização da colônia como uma base comercial do século XVI, não implicou na supressão da economia de subsistência, que sobreviveu não apenas nas áreas das plantations, como também era típica do restante do país.⁹

O que podemos observar é que grande parte dos trabalhadores livres viviam à margem do sistema escravista, produzindo para a sua subsistência, e apenas uma pequena parcela ofereciam sua mão-de-obra para os grandes fazendeiros como trabalhadores assalariados.

O trabalho regular era mantido pelo mercado de trabalho escravo, abastecido pelo tráfico negreiro, que garantia a oferta de mão-de-obra para os grandes proprietários. O comércio transatlântico de africanos mantinha um fluxo constante de oferta de trabalhadores expropriados e que estariam obrigados pelo sistema escravista a trabalhar para os fazendeiros.

Neste sistema os trabalhadores escravos estavam submetidos a uma dura disciplina que garantia a regularidade do trabalho. O sistema escravista garantia a disciplina dos trabalhadores, pois havia o reconhecimento da lei de que a vontade do senhor poderia ser imposta ao escravo, e que seu dono poderia aplicar castigos ou até tomar a vida do escravo caso este não se submetesse as suas ordens.

⁹ COSTA, 1979. pág. 132

“Naquele regime (trabalho escravo) a lei reguladora do trabalho agrícola era o direito do senhor proprietário sobre o homem escravizado, a lei garantia a imposição da vontade, do arbítrio do senhor sobre o escravo. A barateza e a estabilidade forçada do trabalhador agrícola sob a garantia da lei, sua obediência, à rigorosa disciplina e submissão absoluta ao domínio e mando do proprietário...”¹⁰

O desenvolvimento do capitalismo industrial, a partir do final do século XVIII e na segunda metade do XIX, provocou transformações na economia mundial, que colocaram em cheque o sistema colonial e a escravidão. A Revolução Industrial aumentou a produção de artigos manufaturados levando as nações economicamente mais desenvolvidas a pressionar os países periféricos a se tornarem consumidores desses produtos.

Para tanto era preciso que estas colônias se emancipassem e adotassem o livre comércio, dando fim ao monopólio comercial, e implantassem o trabalho assalariado para que os trabalhadores pudessem tornar-se consumidores dos produtos manufaturados que vinham das nações desenvolvidas.

Em vista disso, a Inglaterra desde o início do século XIX começou a incentivar os movimentos nativos na América Latina, de luta por sua emancipação política e também a fazer pressão para acabar com o comércio transatlântico de escravos. Em resposta a esta pressão, o Brasil aprovou algumas leis para reprimir o tráfico negreiro, mas que, na prática, não tiveram efeito. Somente a partir da lei Euzébio de Queiroz, de 1850, foi realmente extinto o tráfico negreiro que abastecia o Brasil com escravos vindos da África.¹¹

O fim do tráfico negreiro em 1850 descontentou os grandes fazendeiros por que interrompeu o fornecimento de mão-de-obra escrava para o Brasil, justamente quando o país estava num período de franca expansão das

¹⁰ www.Anpec.org.br/encontro2003/artigos/A23 PDF *A Formação do mercado de trabalho no Brasil: uma análise da legislação sobre locação de serviços no século XIX*, pág. 03

¹¹ Desde o momento em que a Inglaterra auxiliou a vinda da família real para o Brasil em 1808 foram realizados acordos em que o governo português se comprometeu combater o tráfico de escravos. Após a independência estes acordos foram ratificados e o Imperador tomou uma série de medidas que definia que o tráfico negreiro estaria proibido a partir de 1830.

atividades econômicas, principalmente do café em São Paulo, o que criou um grave problema de mão-de-obra para os fazendeiros.¹²

Isso trouxe problemas para a economia nacional, pois “o estancamento do tráfico de africanos, a taxa negativa de crescimento vegetativo da população escrava e o desenvolvimento econômico traduzem-se numa efetiva ‘fome de braços’”¹³.

Na metade do século XIX o número de escravos não chegava a 2 milhões de indivíduos, o que não era suficiente para a cafeicultura, e ainda iria diminuir, chegando a 1,5 milhões em 1872.

Para resolver o problema de mão-de-obra, inicialmente, as fazendas de produção de café na região sudeste, parte mais dinâmica da economia nacional, passaram a arregimentar trabalhadores importando escravos de outras províncias, principalmente da região nordeste, que possuía um plantel considerável mas que estava com suas atividades econômicas estagnadas¹⁴.

É importante destacar que a manutenção do trabalho escravo a partir da segunda metade do século XIX, através do tráfico interprovincial, era possível apenas nos centros econômicos mais dinâmicos do país, onde havia recursos para a sua compra e manutenção. E mesmo assim, o número de cativos vai declinando durante todo o século XIX, chegando as vésperas da abolição representando apenas uma pequena parcela entre os trabalhadores.

Mas como garantir o fornecimento contínuo de mão-de-obra que pudesse substituir em volume a entrada no país de trabalhadores escravos?

Para resolver definitivamente o problema da mão-de-obra, já que o número de escravos que existiam no país não satisfazia a demanda e por que o fim da escravidão era uma questão de tempo, era necessário formar um mercado de trabalho livre assalariado para substituir o trabalho escravo.

¹² KOWARICK, Lucio. *Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

¹³ IANNI, Octavio. *Capitalismo, escravidão e trabalho livre*. In: FERNANDES, Florestan. *Comunidade e Sociedade no Brasil: Leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil*. 2 Edição. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

¹⁴ KOWARICK, 1987. pág. 45.

Para formar o mercado de trabalho assalariado a elite via como solução uma política de atração de imigrantes estrangeiros, preferencialmente europeus. Mas também poderiam ser utilizados os trabalhadores nacionais que viviam numa economia de subsistência, os ex-escravos que já estavam inseridos no processo produtivo e, na medida do possível, os indígenas.

Os trabalhos historiográficos, a exemplo de Lúcio Kowarick em sua obra *Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*, que estudam o processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, apontam que a elite preferia que o mercado de trabalho tivesse a predominância do trabalhador imigrante em relação ao trabalhador livre nacional.

Mas o que explicaria a preferência dos grandes fazendeiros pelo imigrante estrangeiro? Será que não havia no Brasil trabalhadores livres que poderiam garantir a demanda de mão-de-obra para o mercado de trabalho assalariado?

Para responder a estas e outras questões é preciso entender os discursos que se constituíram sobre os trabalhadores estrangeiros e os trabalhadores nacionais. Sobre o imigrante europeu se construiu uma visão que o idealizava como trabalhador ordeiro e disciplinado, homem civilizado que traria o progresso para o país.

Na visão dos fazendeiros era mais viável importar trabalhadores estrangeiros de regiões empobrecidas da Europa do que usar os elementos nacionais, por que os imigrantes já estavam habituados ao trabalho assalariado e se submetiam à disciplina do trabalho nas fazendas por não terem meios de subsistência.¹⁵

Em contrapartida o modo de vida do trabalhador livre era duramente criticado pela elite, que o via como preguiçoso e indolente. Como muitos destes se recusavam a se assalariar e preferiam trabalhar apenas para garantir o mínimo necessário para a sua sobrevivência, estes eram percebidos como pessoas que, apesar de sua miséria, preferiam o ócio à trabalhar.

¹⁵ KOWARICK, 1987. pág. 65

Segundo Kowarick, os trabalhadores livres foram utilizados de forma secundária, já que eram os menos desejados pelos fazendeiros que os viam como vagabundos, pois não aceitavam a disciplina do trabalho assalariado, regular e normatizado.

*Marginalizados desde os tempos coloniais, os livres e libertos tendem a não passar pela 'escola do trabalho', sendo frequentemente transformados em itinerantes que vagam pelos campos e cidades, visto pelos senhores como a encarnação de uma corja inútil que prefere a vagabundagem, o vício e o crime à disciplina do trabalho*¹⁶.

Segundo Kowarick os trabalhadores livres nacionais eram vistos como vagabundos e preguiçosos pois foram historicamente excluídos pelo sistema escravista, ficando à margem da economia dominada pelo trabalho escravo, sendo relegados a desenvolver atividades marginais, produzindo apenas para a sua subsistência e não se interessavam pelos salários oferecidos pelo mercado de trabalho.

Mas será que os trabalhadores livres realmente não foram utilizados? E se foram utilizados, em que condições isto ocorreu?

Outros trabalhos que tratam da formação do mercado de trabalho assalariado no Brasil, também defendem a idéia de que nas regiões de produção de café a principal mão-de-obra utilizada foi a do imigrante europeu.

Octavio Ianni aponta a predominância da utilização do imigrante para formar o mercado de trabalho assalariado. Para este autor a utilização dos trabalhadores que viviam nas faixas de economia de subsistência, quando ocorreu, foi de uma forma bastante reduzida de modo que não satisfazia a demanda apesar de reconhecer que, mesmo “em menor escala”, os trabalhadores livres nacionais também foram incorporados pelo mercado de trabalho.

*os processos econômicos e sociais responsáveis pela expulsão do escravo da esfera dos meios de produção são os mesmos que provocam o afluxo de imigrantes e, em menor escala, o deslocamento de caboclos e roceiros para as fazendas de café e os núcleos urbanos*¹⁷.

¹⁶ KOWARICK, 1987. pág. 43.

¹⁷ IANNI, 1975.

Para Ianni os trabalhadores livres nacionais passaram a ser incorporados pelo mercado de trabalho após a abolição, mas foram utilizados principalmente nas regiões estagnadas ou em setores produtivos de menor importância.

as razões técnicas e morais da abolição do regime escravocrata conduzem à imigração e à arregimentação de trabalhadores nacionais dispersos em núcleos de economia de subsistência incrustados e adjacentes as áreas mercantilizadas¹⁸.

Ianni busca explicar a não utilização do trabalhador nacional pela desvantagem econômica que isso representaria. Estes trabalhadores estavam dispersos e para arregimentar esta mão-de-obra seria necessária uma grande mobilização de recursos para tornar vantajoso para o trabalhador a sua inserção no mercado de trabalho.

É preciso deixar claro que apesar destas obras buscarem uma concepção nacional sobre a questão da formação do mercado de mão-de-obra assalariada no Brasil, na realidade estão mais centradas no processo que ocorreu na região sudeste, principalmente nos setores de produção do café.

Sem negar a importância de entender o processo de formação do mercado de trabalho na região cafeeira, por ser o setor econômico mais dinâmico da economia nacional, e mesmo que acreditemos que algumas questões possam ser generalizadas para todo o país, acredito que cada região apresentava suas especificidades e tiveram que resolver o seu problema de mão-de-obra em diferentes condições.

Nesse sentido é preciso relativizar alguns dos pressupostos sobre o que teria sido o processo nacional de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Estudos mais recentes demonstram que os trabalhadores livres nacionais, mesmo em São Paulo também tiveram uma participação importante na composição do mercado de trabalho.

É o caso do trabalho realizado por Maria Lúcia Lamounier que busca demonstrar que os trabalhadores nacionais também foram utilizados, ao lado

¹⁸ IANNI, 1975.

dos imigrantes, nas regiões de agricultura de exportação e na construção das ferrovias.¹⁹

Para Lamounier os estudos sobre o trabalhador livre apresentam duas concepções diferentes sobre o porquê de não se utilizar os trabalhadores livres para substituir os escravos.

Uma posição seria a dos trabalhos historiográficos, a exemplo da obra de Kowarick, que enfatizam que os trabalhadores livres não foram utilizados por causa da visão que os fazendeiros tinham sobre estes, vistos como vagabundos e que não aceitavam a disciplina do trabalho assalariado.

A outra posição, a qual Lamounier se identifica, seria a daqueles trabalhos que defendem a idéia de que os trabalhadores livres não foram utilizados não porque eram vagabundos, mas por uma questão de resistência dos próprios trabalhadores, que não queriam se submeter ao trabalho assalariado, pois na sua visão o trabalho dirigido e regular estava relacionado ao trabalho escravo.

A contribuição desta autora em demonstrar que os trabalhadores livres nacionais também foram utilizados no mercado de trabalho é um avanço muito importante para entender melhor a complexidade do processo que estava em curso, mas não acredito numa oposição entre estas duas posições.

A discordância que considero relevante entre os dois trabalhos é apontar qual foi a importância da utilização dos trabalhadores livres no mercado de trabalho em São Paulo e não a tentativa de explicar por que os trabalhadores eram vistos como vagabundos ou por que não foram utilizados predominantemente para a formação do mercado de trabalho.

O trabalhador livre era realmente uma opção viável para os grandes fazendeiros para substituir os trabalhadores escravos? Como o trabalho de Lamounier aponta, uma parte dos fazendeiros via os trabalhadores livres como uma alternativa para substituir o escravo e realmente os utilizaram, em número menor do que os escravos num primeiro momento, porém posteriormente

¹⁹ LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Agricultura e Mercado de trabalho: Trabalhadores Brasileiros Livres nas Fazendas de Café e na Construção de Ferrovias em São Paulo, 1850-1890*. Est Econ., São Paulo, V. 37, N. 2, P 353-372, Abril-Junho, 2007.

representaram um papel tão importante quanto o dos imigrantes em algumas fazendas.

Como a autora demonstra, muitos dos trabalhadores nacionais estavam dispostos a participar do mercado de trabalho como trabalhadores assalariados e foram atraídos pelas possibilidades de salários mais vantajosos nas frentes de expansão. Mas parte destes trabalhadores não perdiam a sua ligação com a terra, pois viam estas atividades como algo complementar a sua produção de subsistência.

O trabalhador livre era realmente visto pelos fazendeiros como vagabundos e preguiçosos? As obras aqui trabalhadas, tanto as que buscam fazer uma discussão nacional, como as de análise regional, que discutem a formação do mercado de trabalho assalariado neste período apontam que existia um discurso que retratava os trabalhadores nacionais como vagabundos e preguiçosos, pessoas que não aceitavam a disciplina do trabalho, que preferiam o ócio a se submeter ao trabalho dirigido e regular.²⁰

Mas dizer que este discurso existia, não quer dizer que estes autores, como Kowarick, concordassem com esta visão dos fazendeiros. Lamounier defende a idéia de que o fator mais importante para a não utilização do trabalhador livre foi por que estes resistiam a entrar no mercado de trabalho, ou seja, se negavam ou evitavam se assalariar.

Para Lamounier o mercado de trabalho não criava as condições para a absorção regular desta mão-de-obra, dada a sazonalidade do trabalho agrícola nas fazendas de café, que entre o plantio e a colheita dispensava grande parte dos trabalhadores. Seguindo esta linha de raciocínio esse fator, a sazonalidade, era o que fazia os trabalhadores serem “irregulares”, ou seja, não aceitarem a disciplina do trabalho assalariado.

Enquanto os escravos eram a mão-de-obra estável e constante, que garantiam a regularidade do mercado de trabalho, os trabalhadores livres acabavam vivendo de um modo itinerante, utilizados nos momentos em que era necessário uma maior oferta de trabalhadores.

²⁰ Para a análise do processo nacional podemos citar a obra de KOWARIC, para a abordagem dos aspectos regionais podemos citar KERCHE, ALEIXO e VOLPATO.

Não acredito que a sazonalidade tenha sido a causa da instabilidade dos trabalhadores submetidos as relações do trabalho assalariado. Os trabalhadores livres eram vistos como vagabundos, primeiro, por que, como já afirmamos, muitos destes se recusavam a oferecer sua mão-de-obra no mercado de trabalho.

Segundo, por que mesmo aqueles que estavam dentro do mercado de trabalho, encontravam formas de resistir a disciplina imposta por seus patrões. Ou por se negarem a cumprir certas tarefas ou respeitar o horário, ou até mesmo, por abandonarem o seu emprego na época de plantio e/ou colheita de sua própria terra. Nestes casos, sim, a idéia de sazonalidade faz sentido.

Também porque havia casos de trabalhadores que abandonavam as fazendas em busca de trabalho nas regiões que oferecessem melhores salários.²¹

A partir do que foi exposto nos parece que, na visão dos fazendeiros, os trabalhadores imigrantes europeus realmente eram a melhor opção. Primeiro por que seria possível criar um fluxo constante de imigrantes, atraindo os trabalhadores das regiões empobrecidas da Europa, abastecendo o mercado de trabalho.

A imigração de trabalhadores europeus foi facilitada por transformações econômicas, sociais e políticas que ocorriam na Europa, que liberaram habitantes das zonas rurais e urbanas. A industrialização na Itália, Alemanha, Rússia, e as mudanças políticas na Polônia, Espanha e Portugal não permitiram a absorção de toda mão-de-obra disponível nestes países²².

E segundo porque, quanto a disciplina, os trabalhadores europeus eram vistos pela elite como os trabalhadores ideais para formar o mercado de trabalho assalariado, uma vez que estariam dispostos a trabalhar de acordo com a disciplina do trabalho assalariado, e também porque, uma vez no país, não teriam outra opção a não ser trabalhar para os grandes fazendeiros.

²¹ Sobre esta questão ver LAMOUNIER, 2007.

²² IANNI, 1975.

Como já foi dito anteriormente o imigrante era visto como trabalhador disciplinado e ordeiro enquanto os trabalhadores livres nacionais e os escravos eram vistos como preguiçosos e ociosos, pois se recusavam a se oferecer como mão-de-obra para o trabalho assalariado, buscando meios alternativos de sobrevivência ou porque, mesmo quando inseridos no mercado de trabalho, não aceitavam a disciplina do trabalho assalariado.

Contudo os imigrantes estrangeiros não foram maciçamente para todas as regiões do país, concentraram-se nas regiões sul e sudeste que tinham necessidade de mão-de-obra, recursos e uma política concreta de incentivos para a atração destes. O que podemos perceber é que cada região do país resolveu o seu problema de mão-de-obra de um modo diferente, cada realidade realizou este processo de um modo particular.

Enquanto as regiões sul e sudeste realmente contaram com os imigrantes europeus e asiáticos para substituir a mão-de-obra escrava na lavoura e para trabalhar como operários nas fábricas, em Mato Grosso, apesar de ser desejada pela elite e de alguns incentivos propostos, a imigração não foi realmente introduzida como nestes outros estados²³.

A historiografia regional que trata da temática mostra que na região não teve importância a participação dos trabalhadores imigrantes europeus, e que a principal mão-de-obra utilizada para a formação do mercado de trabalho foram os próprios trabalhadores da região: trabalhadores livres, ex-escravos, índios, e em menor medida trabalhadores nacionais de outras regiões.

Em Mato Grosso os trabalhadores livres já participavam do mercado de trabalho ao lado dos trabalhadores escravos desde o início do século XIX, e em algumas atividades produtivas que se desenvolveram, principalmente após a abertura da navegação do rio Paraguai, a mão-de-obra livre era predominante em relação ao escravo dada as características destas atividades.

Também podemos perceber que em Mato Grosso, como em outras regiões do país, mesmo após a abolição da escravidão as relações de trabalho que se constituíram no estado não se diferenciaram muito das do trabalho

²³ BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870-1930)*. Cuiabá: Editora Gênus, 1992.

escravo, ainda apresentando certas características do trabalho compulsório, o que poderíamos caracterizar como um sistema de semi-escravidão ou escravidão por dívida.

E finalmente, que a visão construída sobre os trabalhadores livres que os caracterizavam como indolentes e preguiçosos não foram usadas para excluí-los do mercado de trabalho. Na verdade ao contrário, estas representações serviram sim para justificar a dura repressão para obrigar estes trabalhadores a oferecerem sua mão de obra para o mercado de trabalho assalariado.

Para discutir estas questões relacionadas a formação do mercado de trabalho e as relações de trabalho que se constituíram na região, trabalho com diferentes autores que trataram da temática no âmbito da região de Mato Grosso.

A obra da autora Lucia Helena Gaeta Aleixo, *Trabalho escravo e trabalho livre* nos mostra que, durante a segunda metade do século XIX em Mato Grosso coexistiu no mercado de trabalho regional, tanto os escravos, usados principalmente no trabalho da plantação da cana-de-açúcar, quanto os trabalhadores livres, utilizados principalmente nas atividades extrativas.

A contribuição deste trabalho para a discussão é a percepção da importância do uso da mão-de-obra do trabalhador livre em Mato Grosso mesmo antes da abolição da escravidão.²⁴

A autora Luiza Rios Ricci Volpato, na sua obra *Cativos do Sertão*, mesmo que não trate diretamente da formação do mercado de trabalho assalariado em Mato Grosso, pois o seu foco esta direcionado aos trabalhadores escravos, contribuiu para a discussão sobre a mão-de-obra quando aborda certos aspectos importantes sobre o cotidiano dos trabalhadores livres, que graças as grandes riquezas naturais tinham sua sobrevivência garantida e não precisavam se submeter ao trabalho regular, dirigido e disciplinado²⁵

²⁴ ALEIXO, Lucia Helena Gaeta. *Mato Grosso: Trabalho Escravo e Trabalho livre (1850-1888)*. Brasília: Ministério da Fazenda, Dep. de Administração, Div. de Documentação, 1984.

²⁵ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá: 1850-1888*. São Paulo: Editora Marco Zero; Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993.

A obra de Fernando Tadeu de Miranda Borges, *Do Extrativismo a pecuária* mesmo não tendo como objeto central a formação do mercado de trabalho regional, constrói um panorama amplo sobre as diferentes atividades econômicas de Mato Grosso. Desta maneira pude identificar as diferentes categorias de trabalhadores presentes no Estado e mesmo algumas informações sobre a composição do mercado de trabalho.²⁶

A obra de Lylia Galetti *O poder das imagens: o lugar de Mato Grosso no mapa da civilização* faz uma discussão sobre as imagens que se construíram sobre a região no final do século XIX e início do XX, a partir dos relatos de viajantes. Uso destas representações para fazer uma discussão sobre as visões que foram construídas sobre o trabalhador regional, que o caracterizava como vadio e preguiçoso, incapaz de trazer o progresso para a região, que deveria ceder lugar ao imigrante, trabalhador disciplinado e empreendedor.²⁷

Também trabalhei com outras obras que tratam da questão da mão-de-obra neste período, porém que enfatizam mais a discussão sobre as relações de trabalho que se constituíram em Mato Grosso, principalmente após a abolição da escravidão.

Sobre as relações de trabalho que se constituíram após a abolição da escravidão em Mato Grosso trabalho com o autor Valmir Batista Correa da Costa na sua obra *Trabalhadores rurais e urbanos nas terras dos coronéis* que identifica as diferentes categorias de trabalhadores presentes no Estado, analisa as relações de trabalho que se constituíram e as tentativas de resistência dos trabalhadores.²⁸

Também uso novamente a autora Lucia Helena Gaeta Aleixo na sua obra *Vozes no Silêncio*, que enfatiza principalmente as relações de trabalho dentro das usinas de açúcar e que trata da luta das diferentes categorias de trabalhadores presentes na região, tanto no campo como na cidade. Nesta

²⁶ BORGES, 1992

²⁷ GALETTI, Lylia S. Guedes. *O poder das imagens: o lugar de Mato Grosso no mapa da civilização*. Campinas: 1996

²⁸ CORREA, Valmir Batista. *O Trabalhador rural e urbano na terra dos coronéis*. Campo Grande: Editora da UFMS, 1987.

obra a autora busca demonstrar que os trabalhadores regionais lutavam de diferentes formas contra a exploração que estavam submetidos.²⁹

Nesta mesma linha outro trabalho importante é a obra de Neuza Maria Erthal Kerche intitulada *Vadiagem ou trabalho ordeiro*. Nesta obra a autora busca discutir as representações que marcaram o trabalhador regional como vagabundo e indolente, discutindo as dificuldades para a formação do mercado de trabalho mediante a recusa dos trabalhadores a se submeterem as relações do trabalho assalariado.³⁰

A partir destas leituras pretendo fazer uma discussão sobre as particularidades do processo de formação de mercado de trabalho em Mato Grosso. Na primeira parte do trabalho pretendo discutir as dificuldades para a formação do mercado de trabalho na região, demonstrando que existia uma visão de que o trabalhador regional era vagabundo e preguiçoso mas que na realidade estes foram utilizados como a principal mão-de-obra devido a impossibilidade de criar um fluxo migratório de trabalhadores estrangeiros para suprir o mercado de trabalho da região.

Na segunda parte busco tratar da formação do mercado de trabalho em si, quais as ações, normas e estratégias de que a elite teve que lançar mão para formar o mercado de trabalho, o que representa dizer, aceitar se submeter ao poder dos grandes proprietários. Nesta parte trataremos das praticas de expropriação e repressão necessárias para criar as condições para que o trabalhador se sujeitasse a formar o mercado de trabalho.

Na última parte trato especificamente das relações de trabalho que se constituíram em Mato Grosso buscando demonstrar que mesmo após a abolição da escravidão as relações entre patrões e camaradas continuaram a ser marcadas pela violência e extrema exploração.

Também busco identificar as diferentes estratégias de resistência encontradas pelos trabalhadores que no período começaram a se organizar e realizaram movimentos reivindicativos. Mas também busco identificar as

²⁹ ALEIXO, Lucia Helena Gaeta. *Voices no silêncio: subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso (1888-1930)*. Cuiabá: Editora da UFMT, 1995.

³⁰ KERCHER, Neuza Maria Erthal *Vadiagem ou trabalho ordeiro: Uma visão sobre o trabalhador mato-grossense*. 2 Edição, Cuiabá: Centro América Gráfica e Editora, 1999.

estratégias das elites que se utilizavam destas organizações para se fortalecer politicamente e fazer oposição aos grupos que estavam no poder.

Analisando o processo de formação do mercado de trabalho assalariado em Mato Grosso podemos perceber as transformações que ocorreram no período para criar as condições para que os trabalhadores aceitassem se inserir no mercado de trabalho. Assim, também, podemos identificar as práticas de resistência dos trabalhadores que estavam inseridos no mercado de trabalho assalariado e dos que buscavam sobreviver a margem do processo produtivo.

Para delimitar a temporalidade a ser investigada uso como marco inicial o final da Guerra do Paraguai e estendo minha investigação até o final da Primeira República. Esta escolha não é por acaso. Mato Grosso após a guerra da Tríplice Aliança com o Paraguai consegue a liberação da navegação do rio Paraguai, que passa a ser a principal via de comunicação com o litoral brasileiro e os países do prata.

A abertura da navegação do rio Paraguai trouxe profundas transformações sociais e econômicas ao introduzir Mato Grosso no cenário da economia nacional e internacional, como fornecedor de matéria prima e consumidor de produtos manufaturados estrangeiros. Ocorreu neste período o desenvolvimento de diferentes atividades produtivas que atendiam o mercado local e de fronteira. A pecuária e a extração da erva-mate na parte sul do estado e a produção de cana-de-açúcar, a extração da borracha e da poaia na parte norte.³¹

Uso como marco temporal final o fim da Primeira República pois foi quando a intervenção do governo federal agiu no sentido de diminuir o poder dos coronéis e intervir na região alterando as relações de trabalho que se constituíram em Mato Grosso. A partir do governo de Getúlio Vargas certas práticas comuns no trato com os trabalhadores passaram a ser combatidas.³²

³¹ BORGES, 1992.

³² É o caso de usineiros que foram presos por terem em suas Usinas o tronco onde eram castigados os trabalhadores CORREA, 1987.

Capítulo I - Problemas para a formação do mercado de trabalho assalariado em Mato Grosso

1. Mato Grosso visto como fronteira – a idéia do isolamento

Para começar a discutir as especificidades de Mato Grosso sobre a questão da formação do mercado de trabalho assalariado entendo ser importante abordar certos aspectos referentes ao contexto em que a região estava inserida. Para entender melhor as dificuldades que a região enfrentava para formar o mercado de trabalho assalariado e as propostas apresentadas para solucionar o problema de mão-de-obra, buscarei trabalhar os discursos que se construíram sobre Mato Grosso durante o final do século XIX e início do XX.

Para analisar estes discursos que se construíram sobre Mato Grosso usei como uma das referências teóricas o trabalho da autora Lylian Gallety. Segundo a autora no final do século XIX e início do XX formou-se no Brasil uma identidade nacional que via o interior do país como o “sertão”, uma terra perigosa e inóspita ocupada por pessoas selvagens e de hábitos atrasados, em oposição ao litoral, que era visto como local de progresso e civilização.³³

Mato Grosso era um destes territórios do país considerados como sertão, uma região de fronteira entre a civilização e a barbárie. A província era vista como uma região atrasada, longe de tudo e isolada dos benefícios dos grandes centros urbanos, com um vazio populacional, sem mão-de-obra capaz de explorar as riquezas do Estado de acordo com os padrões da expansão capitalista.

³³ GALETTI, Lylian S. Guedes. *Mato Grosso: o estigma da barbárie e a identidade regional*, 1995.

Segundo Galletti muitas destas imagens sobre Mato Grosso foram construídas a partir dos relatos de viajantes que visitaram a região entre a metade do século XIX e início do XX. Estes viajantes eram membros de expedições científicas, representantes de Estados ou empresas estrangeiras, e aventureiros que registraram suas impressões sobre a região, com informações sobre diversos aspectos da sociedade e da natureza mato-grossense.

Estes viajantes viviam em sociedades diferentes da mato-grossense e, portanto traziam seus referenciais culturais para analisar o modo de vida das pessoas de Mato Grosso. O discurso construído por eles sobre estas regiões tinha como referência as idéias sobre o progresso e civilização, e estava relacionado às transformações econômicas e sociais do período: a industrialização, o desenvolvimento urbano, a intensificação das transações comerciais e financeiras³⁴.

Nas sociedades industrializadas, o sistema de trabalho ideal aparece como disciplinado, controlado e normatizado, permitindo o acúmulo de capital e o aumento da produtividade, através de um controle técnico maior do processo produtivo e da natureza, através da técnica e da ciência.

Os locais, assim como em Mato Grosso, onde não havia os sinais de progresso, a mesma percepção sobre o trabalho dos países industrializados ou a busca de uma exploração dos recursos naturais sob a ótica da mentalidade capitalista, eram tidos como atrasados e de hábitos primitivos.

Para estes viajantes os sinais de civilização eram: a estrada de ferro, o trem, as máquinas a vapor, o telégrafo, as cidades populosas e um mercado desenvolvido. Estar perto da civilização "*era qualquer lugar que permitisse o fluxo ininterrupto, e num tempo relativamente curto, de mercadorias, pessoas e informações*".³⁵

Para os viajantes os sinais da barbárie em Mato Grosso eram: a pequena população do estado, a mata intocada, os povos indígenas que habitavam a região, a ausência de um mercado dinâmico e as dificuldades de comunicação e acesso da região.

³⁴ KERCHE, 1999.

³⁵ GALETTI, 1996. pág. 03-04

Culturalmente os europeus se distinguiam dos orientais. O ocidente era a civilização, local de progresso e desenvolvimento econômico, enquanto que o oriente representava simbolicamente o atraso. As imagens construídas sobre os orientais eram usadas como referência para a análise do comportamento dos mato-grossenses percebidos como vadios e ociosos.

De costumes europeus, portugueses na maior parte de seus hábitos, orientais, por suas maneiras ociosas e fúteis, o habitante de Mato Grosso se parece com os indianos (...) Tudo fica para amanhã. Sua frase favorita e que bem caracteriza essa gente, é: “Amanhã teremos tempo”³⁶

Nos relatos dos viajantes se destacava a grande extensão de terras que poderiam ser utilizadas para a agricultura e para a extração mineral e vegetal. A extensa rede hidrográfica, a variedade da flora e da fauna, a piscosidade dos rios, os minérios e a terra fértil eram tesouros a serem explorados.

Las producciones agrícolas son susceptibles de una reproducción y un fruto prodijioso. Todos los signos y las pruebas de la feracidad del suelo son asombrosas (...) El café em constante actividade, se produce (...) como en nenguma otra parte; los arboles son muy crecidos y rienden cada uno diez a doce libras. La cana del azucar se produce extraordinariamente en las costas de los rios, y es tal su frondosidad, que todos los años es menester entresacary derribar una parte del plantio para combatir su monstruosa reproducción. (...) El algodón (...) es de un tamaño comparativamente gigantesco (...) y su calidad es inmejorable. El arroz crece por si em la misma prodijiosa abundancia, que basta aproximar la canoa para recojerlo, sin haber tenido el trabajo de sembrarlo. El tabaco (...) en abundancia se recoje (...). La mandioca se produce infinitamente (...) y me consta que el trigo se dá en la sierra.³⁷

Por ser um local de grandes riquezas naturais Mato Grosso era percebido como uma região de fronteira, que deveria ser ocupada e incorporada a civilização, ou seja, ao mercado capitalista.

Uso aqui a idéia de fronteira desenvolvida por Turner³⁸ quando estudou a expansão territorial dos Estado Unidos no sentido oeste. Para Turner

³⁶ NIJS, págs. 17-20 in: GALETTI, Lylian Guedes. *O poder das imagens: o lugar de Mato Grosso no mapa da civilização*. Campinas: 1996.

³⁷ BOSSI, Bartolomé. *Viaje pinturesco por los rios Paraná, Paraguay y San Lorenzo y Cuiabá y el Arinos... con la descripción de la Provincia de Mato Grosso bajo su aspecto físico, geográfico, mineroológico y sus producciones naturales*. Paris, Librarie Parisiense Dupray de la Mahérie, 1865:136-137

³⁸ WEGNER, Robert. *A conquista do oeste: A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

fronteira não é simplesmente uma linha imaginária que marca o limite entre diferentes países ou regiões. Fronteira é uma linha simbólica, que divide a civilização que é a terra povoada, da terra que estaria livre para ser ocupada, um local primitivo ou selvagem, a ser transformado.

Justamente por que a terra livre pode ser tomada e transformada evoluindo para a civilização, que a fronteira ganha um aspecto dinâmico, já que esta vai se movimentando como uma onda em direção aos territórios “vazios” e primitivos.

Segundo este conceito, a região de Mato Grosso era vista como uma fronteira, por ser percebida como um grande espaço vazio, que poderia ser transformado numa região riquíssima se fosse ocupada por pessoas que “sabiam trabalhar”. Como os habitantes de Mato Grosso eram pessoas que não sabiam aproveitar os recursos naturais ou que não tinham vontade de trabalhar, a região deveria ser ocupada por pessoas industriosas para explorar as riquezas e desta maneira incorporar Mato Grosso à economia nacional e internacional dentro da lógica capitalista.

Segundo a análise de Sergio Buarque de Holanda, no Brasil, a fronteira avançou de uma forma muito lenta, dada a insuficiência do número de colonos e a tecnologia do período em que a região começou a ser ocupada. Essa lentidão fez com que o contato entre o civilizado europeu e o selvagem americano fosse maior, havendo uma intensa relação e troca de experiências culturais para que o colono se adaptasse a um meio hostil e desconhecido e só depois de muito tempo foi capaz de implantar um modo de vida que lembrava o europeu³⁹.

Podemos somar a esta imagem de adaptação ao meio e ao nativo a análise feita por Candido que estudou as regiões interioranas do país onde formou-se uma cultura peculiar em que os colonos se utilizaram da tecnologia dos nativos e desenvolveram uma economia de subsistência caracterizada pela grande mobilidade espacial. O “caipira” vivia de um modo simples, praticava a

³⁹ Ibidem.

caça a pesca para complementar a sua dieta alimentar, e dificilmente buscavam o mercado, pois faziam quase tudo que necessitavam.⁴⁰

As imagens construídas a partir dos relatos dos viajantes foram utilizados pela elite regional para construir o seu discurso de poder. Contudo percebe-se que em certos momentos os discursos dos estrangeiros e da elite se contradizem.

Através dos jornais podemos perceber parte dos discursos que refletiam a visão da elite local, sobre os problemas que a região enfrentava para se desenvolver economicamente, para se colocar politicamente no cenário nacional e, principalmente, para resolver o seu problema de mão-de-obra.

A elite, como os viajantes, também via Mato Grosso como uma região de grandes riquezas naturais, mas entendia que apesar de todas as riquezas de que a província era dotada, era uma região atrasada, “condenada a um estado quase estacionário” por não contar com meios de comunicação com os centros econômicos mais importantes do país.

Em meio as duvidas sempre persistentes no presente, sem poder alimentar grandes esperanças no futuro, a província parece condemnada a um estado quase estacionário, incompatível com o destino para o qual a natureza tão prodigamente dotou-a, verdadeiro contrasenso no seio d’esta América em que tudo caminha.⁴¹

Para a elite mato-grossense este atraso era justificado como fruto do isolamento, pois Mato Grosso era uma região distante do litoral, que estava longe dos benefícios dos grandes centros urbanos, com vias de comunicação deficitárias que não permitiam fácil acesso aos centros políticos e econômicos do país e do exterior.

Situada longe do litoral, separada do resto do Império por grandes extensões de terra quasi inhabitadas entestando pelo S e por O com republicas de origem hespanhola não amigas do nosso nome e do nosso progresso, a província de Matto-Grosso não tem podido acompanhar suas irmãs no extraordinário desenvolvimento que vão tendo.⁴²

⁴⁰ CANDIDO, Antonio. Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 7ª. Ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.

⁴¹ Jornal: O Liberal, Cuiabá – 29 de janeiro de 1874 – n. 125.

⁴² Jornal: O Liberal, Cuiabá – 29 de janeiro de 1874 – n. 125

Para a elite, criar os meios de comunicação com a capital e outros centros urbanos era necessário para o desenvolvimento econômico da região. Na época os dois principais meios de comunicação com o litoral eram uma estrada por terra que chegava até São Paulo e a navegação através dos rios da bacia do Paraguai.

Dispondo por ora de dous principaes meios de comunicação, o terrestre, através do sertão e em mal trilhados caminhos até alcançar melhor estrada na distante província de S. Paulo, e o Fluvial pelo rio Paraguay, que vae alem passar por alheias regiões, antes que com as águas do Paraná morra no Atlântico; vê no segundo um auxiliar incerto que a meu borasea internacional no sul, onde tão freqüentes as temos, annular-se-lhe-há e no primeiro uma retrogadação a tempos de atraso peiores que o actual⁴³.

Mas o caminho terrestre era muito precário e havia uma preocupação em relação ao caminho fluvial, pois temiam uma nova interrupção da navegação, como a que ocorreu durante a Guerra do Paraguai, que trouxe sérios problemas de comunicação com o restante do império e dificultou o abastecimento da região de produtos importantes para o consumo local. Após a guerra do Paraguai foi preciso reconstruir a economia da província e uma nova interrupção da navegação poderia dificultar novamente o acesso a região, o que representaria um retrocesso econômico.

Para a elite, tanto o melhoramento das vias de comunicação que já existiam como a criação de novas, era necessário para o desenvolvimento da província. Estas permitiriam a integração da província ao mercado nacional e internacional. Mato Grosso poderia assim vender os seus produtos que já estavam sendo produzidos na região e também facilitaria e ampliaria a compra dos produtos estrangeiros necessários ao consumo local, pois estes ficariam mais baratos.

(...) apenas uma mesquinha parcella de alguns seus productos expeciae pode com vantagem ser levada a mercado estranho; (...) Ellas facilitarão a sahida, em varias direções, das especiarías e mais productos d´este solo riquíssimo. Ellas trarão o commodo preço as mercadorias que já vamos recebendo de fora e cujo goso se estendera assim a todos os districtos.⁴⁴

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ Jornal: O Liberal, Cuiabá – 29 de janeiro de 1874 – n. 125

Além de facilitar a compra dos produtos necessários a Mato Grosso, a abertura de vias de comunicação incentivaria a produção de diferentes produtos que em outras regiões estavam se desenvolvendo. Um dos exemplos é o caso do algodão que, apesar de ser produzido em Mato Grosso, faltava estímulo à sua produção, pois não tinha as condições para ser comercializado e chegar ao mercado externo.

Foram-nos enviadas desta província algumas amostras de algodão, plantado na fazenda do Dr. Pedro de Alcântara Sardemberg, que se acha estabelecido naquella província. Apreciamos estes esforços de alguns de nossos lavradores para fazer prosperar a nossa agricultura, particularmente nos productos em que tão ubérrimo é o solo deste paiz, mas reconhecemos que baldos serão todos estes esforços enquanto não possuímos um fácil meio de permuta, o de via de comunicação, afim de poderem ser compensados os sacrificios, que de outro modo se tornam inúteis⁴⁵

Para a elite seria necessário, para resolver o problema de vias de comunicação com a capital, associar a navegação fluvial, já em uso em certos trechos, com a construção de uma estrada de ferro.

Desde o final do século XIX havia a intenção de construir uma estrada de ferro que ligasse Mato Grosso a região sudeste. Já em 1864, antes da Guerra do Paraguai, havia uma discussão sobre qual caminho deveria seguir o prolongamento da estrada de ferro de São Paulo, Pedro II. Para os representantes dos interesses mato-grossenses esta deveria ter como tronco principal a província de Mato Grosso⁴⁶.

Em 1871 finalmente é feito um estudo sobre a possibilidade de construção de uma estrada de ferro para ligar Mato Grosso a São Paulo.

Por decreto n 4674 de 10 de Janeiro de 1871 foi concedido ao engenheiro Antonio Pereira Rebouças Filho, e a outros privilegios para a construcção de uma estrada de ferro entre as duas alludidas cidades⁴⁷.

Alguns anos mais tarde, a estrada de ferro ainda não estava construída mais eram muitos os projetos, que traziam a esperança ao povo mato-

⁴⁵ Jornal: O liberal Cuiabá – 09 de janeiro de 1875 – n 172

⁴⁶ Jornal: O Liberal Cuiabá – 22 de janeiro de 1875 – n 174

⁴⁷ Jornal: O Liberal Cuiabá – 19 de fevereiro de 1874 – n. 128

grossense de que a província seria integrada ao restante do país e teria assim as condições de se desenvolver.

*Aqui estive e regressou no mez de Setembro próximo findo, depois de fazer a exploração a que veio proceder o sr. dr. Francisco Antonio Pimenta Bueno, da commissão de engenheiros encarregados dos estudos da estrada de ferro de S. Paulo a Matto Grosso. Parabéns aos Mato grossenses pela brilhante aurora que vai radiante despontar em seus horizontes! Ainda bem que nossa província vai ter também o seu dia de amanhã, orgulhosa hombrear com suas irmãs do Norte e Sul. E os cuiabanos acordarão agora de sono profundo acompanhado de um pesadello terrível. Parabéns! Parabéns!*⁴⁸

A possibilidade da construção de uma estrada de ferro que ligasse Cuiabá a região sudeste é comemorada, pois era para a elite a redenção da região, era a promessa de desenvolvimento, de transformação, de melhorias, de solução para os problemas econômicos por que passava a província.

A integração da província e o conseqüente desenvolvimento econômico da região também traria os recursos necessários para o desenvolvimento intelectual, moral e cultural da população de Mato Grosso.

*Ellas, essas artérias pasiantes de madeira ou pedra, de ferro ou água, não produzirão só a riqueza material d'este immenso corpo d'onde vão affluentes a um tem (...) ao Prata e ao Amazonas, contribuirão também para a riqueza moral de seus habitantes ora ainda em geral immersos nas trevas da ignorancia, levantarão a alma d'este povo a altura de seu grandioso destino.*⁴⁹

Na província faltavam professores habilitados e instituições educacionais, o que fazia com que muitos “pais de famílias” para garantir a educação de seus filhos os enviassem para o exterior ou para outras províncias.

*Quanto a instrução pública, porem, direi apenas que paes de familia começam a mandar seus filhos para as escolas da província de Minas mendingando a instrução primaria em província alheia, por lhes faltar na própria, falta esta devida a preceptação com q'ó exm. Presidente Cardoso Junior demittio ao professor Moraes Latta por transigir com os caprichos de alguém.*⁵⁰

⁴⁸ Jornal: O Liberal Cuiabá – 5 de fevereiro de 1874 – n. 126

⁴⁹ Jornal: O liberal, Cuiabá - 29 de janeiro de 1874 – n 125

⁵⁰ Jornal: O liberal, Cuiabá – 5 de fevereiro de 1874 – n. 126

Mas, para que houvesse o desenvolvimento moral da região e fosse possível acabar com a “ignorância”, era necessário recursos para investimento para o “derramamento de sólida instrução” o que somente seria possível se a província se desenvolvesse economicamente.

*Por um lado em vão estende a mão para estreitar mais e muitas vezes as das suas irmãs, para levar ao longe os fructos do seu trabalho e attrair a si mais capitaes, trabalho e inteligência.*⁵¹

Resolver os problemas de meios de comunicação era importante pois criaria as condições para integrar Mato Grosso ao mercado, comercializar com outras regiões, atrair mão-de-obra e investimento de capital estrangeiro oferecendo impulso as atividades econômicas presentes na região.

⁵¹ Jornal: O Liberal, Cuiabá – 29 de janeiro de 1874 – n. 125

2. O problema da mão de obra – o imigrante como o trabalhador ideal

Outro problema apontado pela elite para o desenvolvimento da região era o vazio populacional e conseqüentemente a falta de trabalhadores. Este vazio populacional era percebido quando se fazia a relação entre a extensão da imensa área do estado e o reduzido número de habitantes. A densidade populacional de Mato Grosso era uma das mais baixas do país, e a concentração populacional era um dos sinais de progresso, segundo o ideário positivista da época.

*A densidade populacional produz (...) um imediato progresso da civilização. (...) a uma população escassa se espalhada sobre uma região extensa corresponde uma civilização de ordem inferior, enquanto nos antigos e modernos centros de civilização temos massa de população muito compactas.*⁵²

A população do Estado de Mato Grosso ficou por muito tempo estagnada, tendo um crescimento apenas vegetativo, mas no final do século XIX, a partir de 1872, a população começa a crescer, com a presença de imigrantes atraídos pela expansão de algumas atividades produtivas.

Tabela I - População de Mato Grosso⁵³

Ano	número de habitantes
1872	60.417
1890	92.827
1900	118.025
1920	246.612
1930	349.857

⁵² RATZEL, Apud Moraes. Antonio Carlos R. (org) *Ratzel. Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo, ed. Atica, 1990. Pág 113.

⁵³ Todos os dados sobre população de Mato Grosso foram extraídos de BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870-1930)*. Cuiabá: Gênes, 1992.

Apesar do crescimento populacional, Mato Grosso ainda apresenta, na passagem do século XIX para o XX, a menor densidade populacional do Brasil. A população mato-grossense realmente cresceu, mas este crescimento estava concentrado próximo aos núcleos urbanos importantes em contraste com uma vasta área desocupada.

Tabela II - Densidade Populacional (número de habitantes por Km²)

Ano	Mato Grosso	Amazonas	Rio de Janeiro	Brasil
1872	0,041	0,032	19,328	1,188
1890	0,063	0,081	20,679	1,684
1900	0,081	0,137	21,838	2,035
1920	0,167	0,199	36,774	3,600

Porém para os viajantes Mato Grosso era uma região atrasada não somente por sua distância ou isolamento em relação aos centros urbanos mais importantes do país, ou pelo vazio populacional, mas também porque a província era habitada por pessoas de hábitos atrasados, indolentes e sem espírito empreendedor.

Para Mato Grosso se desenvolver economicamente era preciso explorar os seus vastos recursos naturais. Mas por não terem disposição para o trabalho e ambição para o progresso, os habitantes de Mato Grosso não exploravam as riquezas que poderiam ser fontes de grandes lucros, estimulando o progresso e a civilização da região.

*Apesar do ouro da terra e dos diamantes nos rios, o matogrossense é pobre, falta-lhe a necessária mão de obra assim como a suficiente disposição para o trabalho. Pensa ele que basta possuir uma estrada de ferro para que se obtenha tudo o mais. Todavia reflita-se quantas outras regiões deste vasto império, não menos dotados de riquezas naturais, aguardam os modernos meios de comunicação!*⁵⁴

⁵⁴ STEINEN, Karl Von Den. *O Brasil Central. Expedição em 1884 para a exploração do Rio Xingu*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1942. pág 61-62

Como nos aponta Neuza Maria Erthal Kerche, estas representações que marcaram o homem mato-grossense como preguiçoso, indolente, com falta de espírito empreendedor foram construídas a partir dos relatos destes viajantes.⁵⁵

Na visão dos viajantes Mato Grosso não tinha mão-de-obra capaz de explorar as riquezas do Estado de acordo com os padrões da expansão capitalista. Os nativos não sabiam aproveitar os recursos ou não tinham vontade de trabalhar. Por isso para Mato Grosso se desenvolver era preciso incentivar a imigração de colonos europeus para a região para ocupá-la por pessoas que sabiam trabalhar e que trariam o progresso.

O imigrante era visto como o grande agente do progresso e desenvolvimento, moralmente superior, dotado de espírito empreendedor, capaz de explorar as riquezas do estado que estavam adormecidas por falta de mãos “laboriosas e inteligentes”.

Não vemos (...) no mal estado presente de Mato Grosso uma garantia para o seu futuro: (...) O único meio de que pode servir-se o governo brasileiro para salvá-la, é abrir mão de suas riquezas as companhias estrangeiras. Se os estrangeiros (...) não vierem arrancar do abandono esses tesouros quase fabulosos, ficarão estes para sempre sepultados no esquecimento, sem que produzam os resultados que deviam produzir, e a província (...) representará um papel bem diferente daquele à que foi destinada pela beneficência da Natureza.⁵⁶

Portanto era preciso incentivar a imigração de colonos europeus para a região para ocupá-la por pessoas que sabiam trabalhar e que trariam o progresso, modelar o trabalhador local para prepará-lo para o trabalho disciplinado, catequizar os índios para usá-los como mão-de-obra e expulsá-los das terras a serem incorporadas, explorar os recursos naturais transformando-os em mercadoria e estimular a entrada do capital estrangeiro.

Na visão dos viajantes Mato Grosso era atrasado por ser habitado por selvagens, mestiços de raças inferiores, o que somado ao clima tropical, ao isolamento em relação aos centros civilizados fazia o homem mato-grossense não ter as qualidades dos civilizados.

⁵⁵ KERCHE, 1999.

⁵⁶ MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a Província de Mato Grosso seguida d'um roteiro de viagem da sua capital à São Paulo*. São Paulo. Typ de Henrique Schroeder. 1869. pág. 35-36.

Os mato-grossenses eram pessoas preguiçosas e indolentes, descrição que expressa claramente os valores e a visão de mundo da sociedade européia.

*Imagem vocês, pessoas de tez uniformemente pálida e doentia, preguiçosas, atingidas por uma espécie de languidez, indolentes que vocês formarão uma imagem do aspecto físico dos habitantes de Mato Grosso.*⁵⁷

Os habitantes da região eram associados aos indígenas, “situados em um estágio anterior de evolução humana, do que aos homens civilizados”, o que contribuía para a construção da imagem do homem mato-grossense como pessoas selvagens e atrasadas. Para os viajantes os indígenas poderiam ser civilizados e usados como trabalhadores, mas deveriam para isso ser catequizados para poderem ser utilizados como mão-de-obra e contribuir, desta maneira, para o desenvolvimento da província.

Na segunda metade do século XIX a população mato-grossense era composta predominantemente por pessoas livres de cor, principalmente de mestiços.

*A população (...) é a mais mesclada que temos visto: ali se vê o bugre, o caboclo, o caburé, o mulato, o negro e o branco; mas as raças principais são o branco, que é o europeu descendente d’este – o negro que é o africano, e o índio (...). Do cruzamento destas raças nasce o mulato, que é o filho do branco e uma negra ou vice-versa; o caboclo que é o filho de um branco com a índia, ou vice-versa; o caburé que é filho do índio com a negra, ou vice-versa; o cabra que é o filho do mulato com a negra e vice-versa, etc.*⁵⁸

A mistura das raças era entendida como algo negativo e muito criticada pelos viajantes, pois o pensamento científico da época acreditava que isto degeneraria a raça. Também criticavam a licenciosidade das relações afetivo-sexuais e a promiscuidade entre classes e raças diferentes.

Talvez vocês já tenham tido oportunidade de escutar pessoas se lastimarem da degeneração de nossas raças européias (...) Deixem menosprezar esses descontentes, pois é certo que após uma visita a Mato Grosso eles se regozijariam de pertencer a nossa raça e que se sentiriam felizes de verem suas mulheres,

⁵⁷ NIJS in: GALETTI, Lylian Guedes. *O poder das imagens: o lugar de Mato Grosso no mapa da civilização*. Campinas: 1996.

⁵⁸ MOUTINHO, 1869. pág. 117.

*seus filhos e seus amigos possuírem ainda aquilo que nos resta de vigor e beleza física.(...) Essa degenerescência, aliás, tem sua explicação na insalubridade do clima, na inobservância dos casamentos entre os muito jovens. Não, esta raça é muito feia.*⁵⁹

Para os viajantes esses habitantes de Mato Grosso, por serem mestiços herdaram os hábitos “*inertes e descuidados*” dos seus “*antepassados índios e africanos*”. Os viajantes criticavam os costumes dos mato-grossenses, pois na sua visão estes não tinham noção de bem estar, de conforto, de estética e de higiene.

Os viajantes direcionavam suas críticas também aos membros da elite, que para muitos eram os culpados pelo atraso de Mato Grosso. Os homens da elite eram percebidos também como pessoas de hábitos atrasados e indolentes, pois “*diariamente e calmamente*” viviam a passear pela cidade, se dedicavam a permanentes “*reuniões políticas*” ou preferiam ficar descansando.

*Enfim, eles são exigentes, mas a noção que têm de bem estar é bem simples: dormir convenientemente, almoçar nas horas desejadas, ser livre para a política, não se ocupar dos afazeres das crianças e das mulheres e sobretudo, (oh! Sobretudo) poder frequentemente, em tempo se possível bem dilatado, se balançar em suas redes*⁶⁰.

Os membros das elites são percebidos como preguiçosos, pois, além de seus hábitos atrasados, nada faziam para desenvolver a região. Apesar de toda a riqueza da terra e de suas grandes propriedades estes nada produziam.

*muitos dentre eles possuem vastos terrenos dos quais negligenciam seus valores, nos quais não plantam árvores, por não estarem certos de poder colher seus frutos, ou por preguiça, ou por desconfiança, por vaidade... Numa só palavra, eles só trabalham se obrigados pelas necessidades de sobrevivência.*⁶¹

Da mesma maneira as mulheres são percebidas como preguiçosas. Na mentalidade da época as mulheres da elite deveriam viver reservadas ao espaço doméstico se dedicando ao cuidado com os filhos, dos afazeres domésticos e de dar ordens aos criados. Além das habilidades domésticas esperava-se também da mulher uma certa formação cultural.

⁵⁹ NIJS in: GALETTI, Lylian Guedes. *O poder das imagens: o lugar de Mato Grosso no mapa da civilização*. Campinas: 1996.

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ Ibidem.

Mas nos relatos estas aparecem como preguiçosas e de hábitos atrasados, mulheres que “*não fazem nenhum trabalho manual, contentam-se em tocar bastante mal o piano e a espiar os passantes através das fendas das janelas*”⁶².

O desenvolvimento da imprensa possibilitou uma certa integração da região com o restante do país, pois noticiava os acontecimentos da Europa e da corte. Isso criou uma preocupação da elite local em imitar o modo de vida dos europeus, refletido no vestuário, no lazer e nos serviços.

Mas na visão dos viajantes, justamente um dos comportamentos primitivos dos mato-grossenses, era a tentativa “desastrosa” de imitar os costumes europeus, como por exemplo o uso de roupas impróprias ao clima tropical.

*É ridículo de se ver, ‘a quarenta graus à sombra’, passearem enludados, vestidos de rendigote negro, as cabeças cobertas por um chapéu (...) um cachecol nos pescoços, os passantes que este calor de fornalha incomoda. (...) Estes costumes não são apenas ridículos, eles são bárbaros. E o que dizer das toaletes sobrecarregadas e extravagantes das damas que estão vestidas à européia e dos sofrimentos que assim elas se impõem?*⁶³

Na cidade de Cuiabá os viajantes encontravam pessoas vestidas na “última moda”, ou seja, aqueles que buscavam viver de acordo com a referência dos costumes europeus. Em contraste também encontravam pessoas que geralmente viviam afastados dos centros urbanos, de costumes tradicionais e que levavam uma vida simples e na maioria das vezes bastante miserável.

*Estranhos contrastes são apresentados pelos habitantes de Mato Grosso: os cidadãos e aqueles que saem excepcionalmente de seus isolamentos, pessoas vestidas na última moda, contrastam com aqueles que apenas escondem sua nudez; instruídos e ignorantes são extraordinariamente plácidos e ninguém se espanta com isso.*⁶⁴

⁶² NIJS in: GALETTI, Lylian Guedes. *O poder das imagens: o lugar de Mato Grosso no mapa da civilização*. Campinas: 1996.

⁶³ DIONANT, F. V. Págs. 46-47 in: GALETTI, Lylian Guedes. *O poder das imagens: o lugar de Mato Grosso no mapa da civilização*. Campinas: 1996. pág. 14.

⁶⁴ NIJS in: GALETTI, Lylian Guedes. *O poder das imagens: o lugar de Mato Grosso no mapa da civilização*. Campinas: 1996.

Na visão dos viajantes, os livres pobres não contribuía para o desenvolvimento do estado, pois não se vinculavam ao mercado, produziam apenas para a sua subsistência, não ofereciam sua mão-de-obra aos grandes proprietários e somente consumiam os produtos estritamente necessários para a sua sobrevivência.

Aumentam as listas da população, mas para o estado são verdadeiros zeros, quase nada trazem para o mercado e ainda menos levam para casa; vivem ao Deus dará, satisfeitos por que tem provisões para um dia e uma palhoça que os abrigue. Hão de desaparecer em grande parte à medida que da terra se foram apossando gentes mais industriosas; hão de submergir-se e morrer diante da onda de imigração europeia. Pois que morram! É o único serviço que podem prestar ao país, e a lei inexorável do progresso determinou sua extinção⁶⁵

Para os viajantes estas pessoas deveriam ceder lugar a “gentes mais industriosas”, ou seja, o imigrante europeu, e o avanço do progresso como uma onda devastadora daria fim a estas pessoas, que seriam incorporadas ou expulsas de suas terras.

Após o fim do tráfico de escravos e o processo gradual de libertação dos escravos, Mato Grosso, como outras regiões do país, também passou a sofrer com a falta de mão-de-obra, principalmente para o trabalho na lavoura.

Em Mato Grosso, como no restante do país, para resolver o problema de mão-de-obra, a elite também desejava que os trabalhadores escravos fossem substituídos pelo imigrante europeu. Mas para os grandes fazendeiros era importante que houvesse mecanismos para que estes não se tornassem colonos, pequenos proprietários de terra, e sim que participassem do mercado de trabalho como trabalhadores assalariados, empregados dos grandes proprietários que concentravam a terra e os estabelecimentos produtivos e comerciais.

Mas para substituir a mão-de-obra escrava pelo imigrante europeu colocava-se uma difícil questão: como atrair os imigrantes europeus para uma região tão distante do litoral, de clima tropical diferente do europeu, com a

⁶⁵ SMITH, Herbert. *Do Rio de Janeiro à Cuyabá. Notas de um naturalista*. São Paulo/Rio de Janeiro: Cayeira/Cia. Melhoramentos, 1922. pág. 43

imagem de uma terra perigosa e inóspita sem a infra-estrutura dos grandes centros urbanos?

(...) sua posição longínqua é um estorvo poderoso a imigração de que tanto necessita e que, por maior que fosse, mal bastaria para povoar tantas solidões talvez nunca devastadas pelo homem civilizado; (...) Ellas, abreviando as distancias tirarão a esta província os foros da obscura China, sem passado e sem futuro, a apparencia de uma vasta mansão de degredo em cujo conta não é de admirar que a tenham tido, pois oficialmente mais de uma vez tem ella sido assim considerada⁶⁶.

Na visão da elite para que Mato Grosso pudesse atrair os imigrantes era necessário resolver os problemas de comunicação com os grandes centros urbanos. Somente com vias de comunicação eficientes seria possível introduzir a imigração na região.

O estabelecimento de colônias de imigrantes estrangeiros traria o progresso para Mato Grosso, pois ao mesmo tempo que a produção do estado aumentaria desenvolvendo sua economia, os colonos ocupariam o território, tomando o lugar dos indígenas, que representavam um perigo ao projeto de civilização.

Ellas torna-la-hão accessível a inumeros núcleos de imigrantes que lhe trarão os mais fecundos elementos de desenvolvimento e de grandesa e que como Soldiers americanos irão mudando a face dos desertos e ou conquistando o gentio a civilização, ou encurralando-o de modo a sujeital-o a próxima rendição.(...) a vinda de novos povoadores, animados de espírito emprehendedor e tenaz que sejam entre nos como missionários do trabalho e do progresso⁶⁷.

Mato Grosso era uma província muito grande, a segunda em extensão territorial do país, com pouquíssimos habitantes. Por sua população ser composta em grande parte por índios “selvagens”, a região também era percebida como um local selvagem e atrasado. Para a elite somente os imigrantes “animados de espírito empreendedor” povoando a terra poderiam trazer o progresso.

Os viajantes sugeriam às autoridades meios para atrair os imigrantes: fazer propaganda das riquezas da região, oferecer atrativos aos imigrantes e

⁶⁶ Jornal: O Liberal Cuiabá – 29 de janeiro de 1874 – n. 125

⁶⁷ Ibidem.

donos de capitais, a construção de uma estrada de ferro que ligasse Cuiabá ao Rio de Janeiro, criação de estradas de rodagem e o melhoramento da navegação.

Os estados que caminham na vanguarda do progresso foram buscar na imigração o substituto inteligente e activo do trabalhador escravo, foram pedir a navegação de seus rios e a rede de suas estradas de ferro, a supressão quase completa das distancias, offerecendo condução cômoda, rápida e barata pára os seus produtos. Em Mato Grosso, para onde se projectam encaminhar a corrente imigratória, torna-se necessário promover desde já a colonização em ensaios bem dirigidos. O sucesso da colonização depende, além das circunstancias da fertilidade do solo, da benignidade do clima, principalmente do systema de viação do paiz em que ella se estabelece⁶⁸.

Para a elite a imigração de colonos estrangeiros somente ocorreria realmente se houvesse apoio do poder público, que deveria criar as condições para que o imigrante pudesse ser atraído para a região.

Um sistema de comunicação mais eficiente formado por estradas de rodagem, navegação ou rodovias, contribuiria para a atração dos imigrantes tanto por que facilitaria o acesso a região como porque estes poderiam escoar a sua produção para o mercado regional.

Foram feitas algumas tentativas por parte do governo imperial em introduzir imigrantes para trabalhar na agricultura em Mato Grosso. Foram oferecidas a estrangeiros que estavam nas cidades de Montevideu e Buenos Aires, passagens e um pedaço de terra para iniciarem a lavoura, junto com sementes e ferramentas.⁶⁹

Mas estas foram iniciativas isoladas, que não estavam vinculadas a um projeto amplo de atração, que desse as condições reais para que estes pudessem trabalhar e prosperar. Como consequência muitos imigrantes pediram ao governo ajuda para voltarem a seus países de origem ou para ir para outras cidades. Havia um número razoável de imigrantes que entravam em Mato Grosso, mas em compensação um grande número também saía.

⁶⁸ Jornal: O Republicano, Cuiabá - cinco de março de 1896

⁶⁹ VOLPATO, 1993. pág. 47.

A maioria dos imigrantes que vieram para Mato Grosso trabalhar eram pessoas de outros estados do Brasil, como o Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e São Paulo, atraídos pelas atividades econômicas que começaram a se desenvolver na região.

Também tivemos os imigrantes paraguaios, que após a Guerra do Paraguai, dadas as dificuldades econômicas de seu país, foram atraídos pelas atividades produtivas que se desenvolveram em Mato Grosso, principalmente na região sul do estado. Eram a maioria dos trabalhadores utilizados como mão-de-obra na extração da erva mate e na pecuária, competindo com os trabalhadores nacionais.

Parte dos imigrantes que vieram para Mato Grosso, diferentemente do que queria a elite, engrossaram as fileiras da camada de trabalhadores livres, resistindo, junto com os regionais, à sujeição ao trabalho assalariado e disciplinado⁷⁰.

Havia entre os moradores das cidades a presença de imigrantes estrangeiros, o que aumentou após a abertura da navegação do rio Paraguai, mas estes se dedicavam principalmente as atividades comerciais, artesanais e aos serviços urbanos.

*a maior parte de estrangeiros que tem entrado na província...são imigrantes que o governo Imperial tem mandado transportar do Estado Oriental do Uruguai...Alguns desses imigrantes tem ficado em Corumbá, vindos outros para a Capital e não poucos acham-se empregados nas oficinas dos Arsenais, em obras particulares e no exercício de diversas profissões por sua própria conta*⁷¹

Isto demonstra que apesar da presença de imigrantes na região, na sua maioria, estes não formaram um mercado de mão-de-obra para os fazendeiros, e que na maior parte das vezes buscavam sobreviver trabalhando para si como artesãos e comerciantes.

⁷⁰ KERCHE, 1999.

⁷¹ LAMARE, Joaquim Raimundo:40-41 in: ALEIXO, Lucia Helena Gaeta. *Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888)*, Brasília: Ministério da Fazenda, Dpto. de Administração/Divisão de Documentação, 1984. pág 59.

Mas se os fazendeiros não puderam contar com os trabalhadores imigrantes para substituir o escravo, quais foram as pessoas que formaram o mercado de mão-de-obra assalariada em Mato Grosso?

Em Mato Grosso durante a segunda metade do século XIX ainda era importante a mão-de-obra dos escravos, mas muitos trabalhadores livres já estavam integrados ao mercado de trabalho, trabalhando principalmente na pecuária e na extração da borracha, poaia e erva-mate.

Portanto para formar o mercado de trabalho em Mato Grosso, dada as dificuldades em atrair os imigrantes, foi necessário usar os trabalhadores da própria região. Para tanto foi preciso criar medidas para coagir os trabalhadores livres que ainda não estavam inseridos, para que ingressassem no mercado de trabalho e para manter aqueles que já estavam inseridos, tanto livres como escravo.

Assim o mercado de trabalho em Mato Grosso seria formado por trabalhadores livres pobres que viviam na região, dos índios e dos ex-escravos, e dos poucos imigrantes, sendo na sua maioria de nacionais e em alguns casos de paraguaios.

3. As categorias de trabalhadores no mercado de trabalho em Mato Grosso

Diferentemente do que ocorreu nas regiões brasileiras onde foi possível utilizar-se do imigrante europeu para substituir o trabalhador escravo, em Mato Grosso para formar o mercado de trabalho a elite teve que utilizar como mão de obra os trabalhadores regionais, os ex-escravos, os índios e os trabalhadores livres, e em menor quantidade, imigrantes.

Estas categorias já existiam na região muito antes da abolição da escravidão. Podemos identificar alguns grupos sociais que faziam parte do universo de trabalhadores nas diferentes camadas que compunham a sociedade urbana de Cuiabá, no início do século XIX. Os escravos, os índios e homens pobres livres que, podemos afirmar, não estavam inseridos no mercado de trabalho, por serem percebidos como “vagabundos” que garantiam a sua sobrevivência através da apropriação dos recursos naturais como por exemplo o peixe abundante.

Mas para tratar destes diferentes grupos que existiam na sociedade é preciso antes discutir estes conceitos. Aqui usamos algumas categorias como por exemplo: escravos, libertos, índios, trabalhadores livres, imigrantes, etc. Estas categorias surgem a partir de generalizações feitas para facilitar o entendimento de certas questões, o que não quer dizer que todas as pessoas de uma mesma categoria formavam um grupo homogêneo. Esta suposição mascararia as particularidades que enriquecem as análises.

Mas afinal, quem eram estes trabalhadores livres? Consideramos como trabalhadores livres todas as pessoas que eram pobres e que portanto deveriam trabalhar para garantir a sua sobrevivência. Chamamos estes trabalhadores de livres para diferenciá-los dos escravos, entretanto não podemos esquecer que muitos destes compartilhavam semelhantes condições de vida e exploração dos cativos.

Ao definirmos este grupo como trabalhadores não significa dizer que estes eram, necessariamente, empregados de alguém ou mesmo que estes tinham uma consciência de classe, ou seja, de pertencimento a uma mesma categoria social

Dentro destas categorias existiam uma variedade de situações. No caso dos trabalhadores livres uma primeira diferença era a sua relação com o mercado de trabalho. Parte deste grupo era formado por pessoas que estavam inteiramente inseridas no mercado de trabalho, por viverem sob a dependência direta de algum grande proprietário, como empregados assalariados ou trabalhando na terra dos grandes fazendeiros.

Outra parte era composta por pessoas que tinham a sua própria terra e nela trabalhavam, ainda que esporadicamente participassem do mercado de trabalho para complementar a sua renda ou mesmo para acrescentar um recurso a mais para consumir as mercadorias do comércio local.

Podemos diferenciar dentro deste grupo que tinha sua terra, ou outro meio de subsistência, aqueles que trabalhavam apenas com suas próprias forças ou do seu núcleo familiar, e aqueles que tinham seus próprios escravos ou empregados que os auxiliavam, principalmente na época de maior trabalho.

E quem eram os escravos? Os escravos eram todos aqueles trabalhadores que estavam submetidos as relações do trabalho disciplinado por serem coagidos e por legalmente serem considerados propriedade de seus senhores. Mas não podemos esquecer que as condições de vida dos escravos poderiam ser bastante diferenciadas. A vida dos escravos que trabalhavam na terra ou na mineração era diferente dos escravos que faziam os serviços domésticos, os escravos que viviam no campo eram diferentes dos que viviam na cidade.

Após a abolição da escravidão os escravos ganharam a sua liberdade e foi legalmente reconhecido o seu direito a escolher o seu patrão. Mas isto não significa que foi lhes dado o direito a liberdade de locomover-se livremente ou mesmo o direito ao ócio, ou seja, a liberdade de escolher onde e quando trabalhar. A legislação que regulava as relações de trabalho era dura e os obrigava a permanecer na mesma região, a cumprir os contratos de trabalho e a estarem sempre empregados, sob a pena de serem presos como “vagabundos”.

Todavia esses conceitos não podem ser transformados em uma barreira, estes grupos são formados por pessoas, indivíduos que vivem, lutam e se

relacionam. Como nos demonstra Luiza Volpato havia uma intensa relação entre estas diferentes categorias sociais, como: casos de conflito, amores, crimes, solidariedade.

Para tratar de alguns elementos do cotidiano destes trabalhadores pobres me utilizarei da narrativa e um processo crime. Apesar de certas fontes, como o exemplo do processo crime, não serem produzidas para registrar os eventos históricos, muitas informações preciosas sobre o cotidiano podem ali ser resgatadas, principalmente sobre a população pobre e marginalizada, que geralmente está envolvida nestes crimes.

Neste processo crime Domingos Manoel “ex escravo” de José Francisco Rondão feriu com uma faca outro homem chamado Porfírio Jose de Figueiredo, de 36 anos, solteiro, nascido em Goiás, taieiro. O motivo do conflito entre Porfírio e Domingos Manoel foi o empréstimo de uma faca.⁷²

O empréstimo de utensílios era muito comum entre a população pobre, como meio de solidariedade para facilitar a sobrevivência frente as dificuldades que estes enfrentavam, mas que muitas vezes gerava situações de conflito.

Como a autora Luiza Volpato destaca “*as difíceis condições de vida exigiam dos livres pobres a construção de relações de proximidade e solidariedade, que muitas vezes se deterioravam, gerando as condições de conflito*”.⁷³

Porfírio que havia emprestado a faca de Domingos Manoel a entregou a uma mulher chamada Romana que disse que aquela faca teria sido roubada de seu “amásio” chamado Irino. O confronto entre Porfírio e Domingos Manoel ocorreu num “divertimento”, ou seja, numa festa. Estas festas eram um dos exemplos de espaços de socialização destes trabalhadores livres pobres. A festa estava sendo realizada na casa de Perpétua Maria Veigas, engomadeira, residente na Travessa do Coronel Osório.

O conflito foi visto por Benedito Antonio Pedro, 50 anos, solteiro, lavrador, que disse que ouviu Domingos Manoel falar que tinha outra faca e

⁷² Cartório do 6º ofício, Sumário de culpa, Ferimento de graus, caixa 06, ano 1889

⁷³ VOLPATTO, 1993.

que Porfírio iria “lhe pagar” quando este voltou para casa para pegar a outra faca.

Outra testemunha Manoel Torquato Fernandes da Costa, 21 anos, solteiro, camarada do cidadão Virgílio Alves Correa, disse que ao sair para fora da casa encontrou Porfírio e Irino conversando, quando chegou Domingos Manoel que perguntou se aquela faca “tão bem” era de Irino, em resposta Porfírio errou um “pescossão” em Domingos Manoel que repeliu com a faca deixando Porfírio “ofendido”.⁷⁴

O fato de Porfírio e Irino estarem juntos no momento em que o primeiro foi ferido nos indica que os dois eram pessoas próximas, e explicaria o por que deste ter entregue a faca a Romana em vez de ter devolvido a Domingos Manoel, como seria esperado.

Através desta narrativa, além das informações sobre o cotidiano dos trabalhadores pobres que viviam na região, também podemos identificar as diferentes categorias que estavam presentes na região.

Primeiramente temos entre nossos personagens um ex-escravo, que é o acusado do crime. Após a abolição da escravidão os ex-escravos e os outros trabalhadores livres passaram a ter legalmente a mesma condição, o que não quer dizer que na realidade não havia diferenças criadas a partir da herança cultural da escravidão.

Para identificar as particularidades desta categoria que os diferenciavam de outros trabalhadores faremos uma breve discussão sobre o processo de luta contra a escravidão que culminou com a abolição.

A abolição da escravidão foi resultado de um longo processo e teve entre seus fatores as transformações econômicas por que passavam o mundo e o país. Mas não podemos esquecer que os escravos também foram protagonistas da luta que contribuiu para o fim da escravidão no Brasil.

⁷⁴ Cartório do 6º ofício, Sumário de culpa, Ferimento de graus, caixa 06, ano 1889

Para lutar contra a escravidão ou pelo menos para torná-la mais suportável, os escravos se utilizavam de diferentes estratégias. Buscavam espaços, brechas no sistema de controle e disciplina, onde poderiam agir de acordo com a sua vontade. Muitos dos escravos buscavam a sua liberdade através da fuga e da sua organização em quilombos.

Os quilombos eram espaços privilegiados de resistência, pois além de receber os escravos fugidos, muitas vezes atacavam as fazendas para libertar mais escravos. A repressão contra a fuga e contra os quilombos era muito dura. Quando estes estavam se tornando um incômodo para a elite, eram formados batalhões de homens armados para atacar e destruí-los.

Nas últimas décadas do século XIX as fugas de escravos passaram a ser uma constante. Pelos jornais da época podemos observar que os proprietários tinham dificuldades em recuperar estes escravos e ofereciam uma farta quantia para aqueles que capturassem os fugitivos.

Algo interessante era a constante ameaça de acionar a justiça contra aqueles que “acoitassem” os fugitivos, o que demonstra que, possivelmente, dar abrigo a escravos fugidos era uma prática comum entre a população.

Fugiram do sitio do Joaquim José Villas boas no Barranco Alto, districto de Villa-Maria, dois escravos, com os signaes seguintes: Leão, crioulo, côr fula, espigado do corpo, tendo um signal no beijo, proveniente de uma ferida, sem barba de idade 20 annos mais ou menos; quando fugio levou uma espingarda e um refe – Anthero, crioulo, tendo bonita dentadura, olhos muito vivos e baixa altura. Quem os aprehender e levar em casa dos snrs dr. Caetano Xavier da Silva Pereira ou de João Bonifácio Monteiro será gratificado com cincoenta mil reis por cada um – Protesta-se contra os acoutadores.⁷⁵

Era muito difícil recuperar os escravos que fugiam pois contavam com a ajuda das pessoas, principalmente com aquelas que estes mantinham relações de maior proximidade, para se esconderem. Era necessário criar subterfúgios para ter seus escravos de volta.

⁷⁵ Jornal: O liberal, Cuiabá – 5 de fevereiro de 1874 – n. 126

Num dos relatos de jornais o dono de uma escrava fugida afirmava que a mesma não seria castigada se ela se apresentasse voluntariamente. Devemos olhar neste caso para além da suposta benevolência deste proprietário de escravos. Primeiro, esta narrativa nos informa que o castigo era algo comum e esperado em caso de fuga, mas por outro lado que a instituição da escravidão já havia perdido em muito da sua legitimidade.

O abaixo assignado é possuidor da escrava Felippa, que a dois meses esta fugida, por que nesta data a comprou; é preta, baixa, grossa, tem falta de um dente de cima na frente, é alegre: pede a quem souber della, que lhe faça saber, para que venha apresentar-se, que será recebida, e não terá castigo. Também se alguém pretender por ella, venha a mesma casa, que por preço commodo faz negócio; e protesta com o rigor da lei contra quem a acoutar. Jose Ignácio de Sousa.⁷⁶

Sem perspectiva de recuperar sua escrava o proprietário a oferece a um preço “cômodo” para alguém que a quisesse comprar.

Além da luta dos próprios escravos havia uma pressão social de movimentos civis que se organizaram para contestar a legitimidade do sistema escravista e reivindicavam o fim da escravidão. Eram grupos sociais identificados com as idéias liberais, que defendiam moralmente a idéia da igualdade entre todos os homens e o direito a liberdade.

Para estes a igualdade significava que todos deveriam ter os mesmos direitos e ser livre significava que os trabalhadores poderiam oferecer “livremente” a sua força de trabalho no mercado. Este ideário era importante para o desenvolvimento do mercado de mão-de-obra livre no Brasil e necessários para o aprofundamento das relações capitalistas de produção.

Em Mato Grosso, como em outros locais do Brasil, se formou um movimento abolicionista que fazia campanhas, angariava recursos e propagandeava os avanços na luta pela emancipação dos cativos.

Este movimento era formado principalmente por jovens das classes médias, que lutavam pelo fim da escravidão, mas que também defendiam o direito de indenização para os proprietários de escravos.

⁷⁶ Jornal: O liberal Cuiabá – 09 de janeiro de 1875 – n 172

Para responder as pressões dos grupos que queriam acabar com a escravidão no Brasil o governo imperial começou a criar leis para gradativamente emancipar os escravos. No dia 28 de setembro de 1871 foi decretada a Lei do Ventre Livre, que determinava que a partir da promulgação da referida lei todos os filhos de escravas seriam livres.

Mas estes deveriam ficar “*em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos*” quando “*o senhor da mãe*” teria duas opções “*ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos*”⁷⁷.

Essa lei foi um passo tímido no sentido de libertar os escravos, pois na prática os filhos de escravos, mesmo depois de libertos, deveriam se submeter e trabalhar para os grandes proprietários. Na realidade a lei acabava beneficiando os grandes proprietários, que teriam a sua mão-de-obra garantida ou receberiam indenização do governo. Para indenizar os senhores seria formado um fundo em cada província, composto por impostos e multas.

Os filhos de escravas que não quisessem se submeter e trabalhar para o proprietário de sua mãe, deveriam eles mesmos pagar esta indenização. Estes somente estariam desobrigados a trabalhar se a justiça considerasse que os mesmos estivessem sofrendo “castigos excessivos”.

A lei avançou no sentido de reconhecer certos direitos legais aos escravos mas que na realidade já eram práticas socialmente aceitas. Pela lei o escravo poderia juntar um pecúlio, proveniente de doações, herança ou de seu próprio trabalho. Com esse pecúlio o escravo poderia comprar a sua liberdade. Também poderia transmitir sua herança para seus filhos e a esposa. A lei também reconhecia que os escravos tinham o direito de manter suas famílias e aos donos de escravos era “*proibido, sob pena de nulidade, separar os cônjuges, e os filhos menores de doze anos, do pai ou mãe*”.⁷⁸

Para efetivar a lei do Ventre Livre deveria ser realizada uma matrícula de todos os escravos, sendo considerados libertos todos aqueles que não fossem

⁷⁷ Lei do ventre livre - 1872

⁷⁸ Ibidem.

registrados pelos senhores. Os senhores deveriam pagar uma quantia pela matrícula. Os filhos de escravas, que seriam libertos a partir da lei, deveriam ter feitos seus registros de nascimento ou morte em separado pelos párocos.

Em Mato Grosso muitos donos de escravos, principalmente nas regiões onde se praticava a lavoura canavieira, evitavam registrar ou alteravam as datas de nascimento dos filhos de escravos nascidos após a lei como estratégia para mantê-los como escravos.⁷⁹

Apesar de todos os esforços dos jovens abolicionistas em Mato Grosso a escravidão foi mantida até a data da abolição. Era muito forte a pressão dos grandes proprietários de terra e de escravos pela manutenção da escravidão, principalmente dos que desenvolviam a plantação da cana-de-açúcar.

A possibilidade do fim da escravidão era vista com preocupação pelos grandes proprietários de Mato Grosso, pois tinham medo do prejuízo da perda de seu capital investido na compra dos escravos e dos prováveis problemas para a lavoura, pela dificuldade em obter mão-de-obra sem o regime de trabalho por coação.

Na visão da elite mesmo a *“lenta emancipação do elemento servil”* diminuía os braços para a lavoura o que prejudicava a produção e o desenvolvimento da província, podendo até criar a necessidade *“vergonhosa de importação até de gêneros alimentícios em tempo não remoto, como no passado acontecera”*⁸⁰.

Para justificar a manutenção da escravidão estes também se utilizavam das imagens dos mato-grossenses como preguiçosos e indolentes.

*E se o Brasil banir a escravidão; se reconhecer que um homem não deve ser escravo de outro (...) perece de fome a província de Mato Grosso? Há de perecer... Seu principal defeito é a preguiça, é a indolência... A fome e a miséria são só devidas à preguiça do povo, que ali devia viver na abundância (...) Lance o governo um olhar de compaixão para aquele povo, e procure lhe dar um remédio eficaz à preguiça, ao contrário terá de vê-lo sempre miserável. É-lhe necessário um reativo violento.*⁸¹

⁷⁹ KERCHE, 1999.

⁸⁰ Jornal : O liberal - Cuiabá – 29 de janeiro de 1874 – n. 125

⁸¹ MOUTINHO, 1869 Pág 32-33

Por parte do governo central havia uma preocupação em garantir que os escravos libertos se sujeitassem oferecendo sua mão-de-obra no mercado de trabalho. Para muitos com a abolição da escravidão aumentaria o número de vadios que viviam a perambular e a cometer crimes. Por isso pela lei, o escravo liberto não poderia abandonar a cidade onde vivia e deveria trabalhar para alguém. Caso se recusassem, seriam obrigados pela força a trabalhar nos estabelecimentos públicos.

Em geral os escravos libertados em virtude desta lei ficam durante cinco anos sob a inspeção do governo. Eles são obrigados a contratar seus serviços sob pena de serem constrangidos, se viverem vadios, a trabalhar nos estabelecimentos públicos. Cessará, porém, o constrangimento do trabalho sempre que o liberto exhibir contrato de serviço.⁸²

Em Mato Grosso os ex-escravos após a abolição da escravidão passaram a ser alvos de crítica por parte da elite, pois muitos destes passaram, ao lado dos trabalhadores livres, a resistir ao trabalho assalariado e, portanto, a serem percebidos também como vagabundos.

Aqui em Cuiabá o que torna a vida pesada e enfadonha é a imensa falta de pessoas que se queiram sujeitar a servir como criadas (...) No entanto, grande parte da nossa população é paupérrima e constituída de pessoas de cor mas, que de forma alguma se submetem aos serviços caseiros⁸³.

Os membros das elites reclamavam que muitos destes trabalhadores não queriam se sujeitar ao trabalho assalariado, apesar de serem pobres, ou seja, pessoas que precisariam trabalhar para garantir a sua sobrevivência. O fato de ressaltarem que estes eram pessoas de cor, mostra que na sua visão os negros eram pessoas que deveriam “naturalmente” oferecer sua mão-de-obra no mercado de trabalho.

Após a abolição da escravidão muitas são as reclamações de que com a emancipação dos cativos, faltava mão-de-obra o que dificultava o desenvolvimento econômico do estado e causava a decadência da lavoura. Na visão da elite os negros libertos, mesmo após conseguirem a sua sonhada liberdade, deveriam se submeter ao trabalho nas fazendas.

⁸² Lei do ventre Livre – 1872.

⁸³ Jornal: O cruzeiro, Cuiabá 16 de julho de 1908

*Causa grande lástima e profunda tristeza ver-se o estado em que se acha reduzida a nossa lavoura, depois da abolição da escravidão. Muitos estabelecimentos em estado de tapera devido unicamente a falta de braços para o prosseguimento dos seus trabalhos. Os negros libertos, que poderiam ser aproveitados, são de uma indolência e instabilidade que ninguém ignora... Em resumo, eles não tem, entre nós, satisfeito as exigências da lavoura. A introdução de trabalhadores imigrantes é hoje o único recurso que se nos oferece para restaurar a nossa definhada lavoura*⁸⁴.

O fato de atribuírem aos negros a “*indolência e a instabilidade*” nos informa que parte destes trabalhadores foram utilizados mas que não satisfaziam “*as exigências da lavoura*”. Isso ocorria por que os libertos, mesmo quando submetidos ao trabalho assalariado, buscavam reafirmar a sua condição de livre resistindo a disciplina do trabalho regular.

Não podemos afirmar que todas as pessoas libertas se negaram a ingressar no mercado de trabalho, mas se a abolição foi sentida como uma das causas da falta de braços para os “*diversos serviços*”, como a causa da “*crise aguda*” da lavoura, podemos entender que grande parte destes passaram, ao lado dos trabalhadores livres, a resistir a se submeter ao trabalho regular, disciplinado e assalariado.⁸⁵

O mais importante é nos questionarmos o por que destas pessoas não quiserem se submeter ao trabalho disciplinado. Com certeza estas pessoas trabalhavam para garantir a sua sobrevivência. Mas, tal como os trabalhadores livres pobres da região, tinham os recursos naturais a sua disposição para garantir a sua sobrevivência o que permitia a estes trabalhadores uma vida simples sem precisarem se sujeitar a ingressar no mercado de trabalho.

Os libertos resistiam a ingressar no mercado de trabalho como trabalhadores assalariados, pois havia na sociedade brasileira como um todo, uma dificuldade em integrar os escravos e seus descendentes após a abolição da escravidão e reconhecê-los como cidadãos.

⁸⁴Jornal: A província de Mato Grosso, Cuiabá 19 de março de 1893.

⁸⁵ Jornal: O Republicano, Cuiabá, 08 de dezembro de 1895

É o que podemos perceber no caso de Domingos Manoel que, mesmo após a abolição da escravidão ainda era identificado como escravo. Primeiro por que a designação “ex”, ao mesmo tempo que demonstra uma ruptura com a situação anterior, a escravidão, o reafirma como tal. Ser um “ex” escravo é diferente de ser um não escravo, uma pessoa realmente livre. E segundo, todas as pessoas que foram testemunhas da ocorrência conseguiam ainda identificar o nome do antigo proprietário de Manoel, reforçando a sua imagem como escravo.

Segundo a análise da autora Hebe Mattos⁸⁶ na obra *Além da escravidão*, a escravidão é uma forma específica de exploração da força de trabalho, que estava baseada na violência política fundada na exclusão do escravo da condição de pertencimento a sociedade, sem direitos e tratados como seres inferiores.

A questão da emancipação dos escravos estava relacionada com a noção de liberdade econômica e cidadania política. A possibilidade da alforria e a libertação dos escravos trouxeram a discussão de como se poderia integrar os ex-escravos a sociedade. Enquanto o pensamento liberal propunha a liberdade como direito universal, as sociedades escravistas estavam baseadas na lógica do Antigo Regime, no qual certos grupos sociais tem privilégios.

No Brasil, mesmo após a abolição da escravidão os negros sofriam discriminação e continuaram a ser tratados como inferiores. As questões de raça e de cor estavam enraizadas na cultura brasileira. Os estudos sobre o negro na cidade de São Paulo no século XVIII, mostram que naquela sociedade ainda eram significativas as questões de raça e de cor quanto a estratificação da sociedade e as diferenças econômicas e sociais.

A cor da pele estava associada a posição social, ser branco, mestiço ou negro era pertencer a diferentes camadas sociais. Ser branco, era ser de origem européia e não ter mistura com outras raças, principalmente a negra. Eram percebidos como brancos os senhores de escravos e todos os que

⁸⁶ MATTOS, Hebe. *Prefácio* in: COOPER, Frederick. *Além da escravidão: investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Tradução Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

estivessem incluídos na alta sociedade mesmo que tivessem a pele mais escura ou fossem mestiços⁸⁷.

Os mestiços eram os pobres livres, trabalhadores considerados desclassificados e vadios pelos grandes proprietários. Ser negro era ser escravo, mesmo escravos mestiços que tinham a pele clara eram percebidos e tratados como negros. As questões de raça e cor estava tão fortemente associadas a escravidão que muitos homens livres que eram negros poderiam ser “confundidos” e tratados como escravos, e deveriam sempre provar sua condição de livre.⁸⁸

A cor da pele até o final do Império ainda era levada em consideração na escolha dos maridos pelo pai para suas filhas. Isso ocorria para evitar o reconhecimento de igualdade entre brancos, mestiços e negros. Isso não quer dizer que o preconceito de cor evitava a miscigenação, já que eram comuns relações sexuais entre grupos étnicos diferentes, mas estas relações não mudavam a posição social dos diferentes grupos sociais. A discriminação racial e os preconceitos de cor colaboravam na preservação da ordem senhorial.

Em cada região do país os descendentes de escravos tiveram diferentes oportunidades de se integrarem a economia. No nordeste os libertos tiveram oportunidades de ascensão social, pois competiam com um pequeno número de trabalhadores brancos pobres. Já na região sul desde o século XVIII ganha importância o fluxo de trabalhadores livres pobres fazendo com que os libertos ficassem excluídos das possibilidades de trabalhar como artesãos, militares ou funcionários públicos.⁸⁹

Na região sudeste os descendentes de escravos não viram melhorar a suas condições de vida, ficaram excluídos das atividades produtivas, principalmente nas fábricas e estabelecimentos artesanais, já que nesses locais foram empregados principalmente o imigrante europeu.

Já em Mato Grosso os descendentes de escravos e mestiços, compunham a maior parte da população, e por falta de alternativa eram estes

⁸⁷ Durante o império era comum alguns membros da elite falsificarem seus documentos para esconderem seus descendentes buscando criar uma falsa genealogia que atestasse a sua nobreza.

⁸⁸ Sobre esta questão ver VOLPATO, 1993.

⁸⁹ CARDOSO, 1979. pág. 74.

que deveriam ser utilizados como mão-de-obra para formar o mercado de trabalho assalariado. Os discursos que caracterizavam estes trabalhadores como desclassificados para o trabalho por serem vistos como preguiçosos e indolentes não serviram para excluí-los do mercado e sim para justificar a repressão para obrigá-los a se sujeitarem ao trabalho assalariado.

Pela análise do processo crime podemos identificar diferentes elementos que compunham o universo dos trabalhadores livres, uma categoria importante no mercado de trabalho regional. Entre nossos personagens temos um taipeiro, uma engomadeira, um camarada e um lavrador.

Como já afirmamos anteriormente, em Mato Grosso, até a metade do século XIX, a principal mão-de-obra utilizada ainda era a escrava, mas desde o início da colonização, além dos escravos também havia a presença de trabalhadores livres atraídos pela promessa de enriquecimento rápido através da mineração, para trabalhar como assalariados no controle e repressão dos escravos ou para desenvolver ofícios especializados necessários para a reprodução da vida social⁹⁰.

No início da colonização a mineração era dominada pelos proprietários de escravos e aos pobres livres, que estavam excluídos daquela sociedade por não poderem ter a posse das lavras, restava se dedicar a faiscação nos rios⁹¹. O ouro encontrado na região era de aluvião, entrando por isso rapidamente em declínio, fazendo os moradores que viviam de sua exploração constantemente migrarem para outras áreas onde fosse encontrado ouro ou se dedicassem a outras atividades econômicas⁹².

Desde o início da colonização também era comum alguns trabalhadores livres viverem ao lado dos escravos sob o domínio de um grande proprietário de terra e de escravos, eram os camaradas, agregados e arrendatários.

Os camaradas eram pessoas livres e pobres, que trabalhavam para os grandes proprietários como empregados no controle e repressão dos escravos

⁹⁰ VOLPATO, 1993.

⁹¹ ALEIXO, 1995.

⁹² BORGES, 1992.

ou desenvolvendo funções mais especializadas. Podiam exercer diferentes ofícios como: carpinteiros, ferreiros, tropeiros e agricultores.⁹³

Os agregados também serviam aos donos de terras, mas diferentemente dos camaradas poderiam viver com suas famílias dentro da propriedade. Os arrendatários eram os trabalhadores que mantinham roças para si na terra que arrendavam da propriedade dos grandes fazendeiros com quem deveriam dividir parte da sua produção.

Mas ter empregados a seu dispor não era privilégio apenas dos grandes fazendeiros, algumas famílias de posse da cidade também tinham a casa ocupada por agregados e camaradas.

Alguns trabalhadores livres que viviam nos núcleos urbanos se dedicavam a diferentes atividades artesanais e ofícios especializados.⁹⁴ Desde o início da colonização era comum a presença de carpinteiros, ferreiros, alfaiates e redeiras⁹⁵ que produziam, para o mercado local, artigos imprescindíveis para a vida social.

Essa produção artesanal era rudimentar, atendia preferencialmente aqueles que não conseguiam pagar os produtos importados. Muitos destes dependiam de matérias primas importadas para fabricar seus produtos.

Muitos trabalhadores livres que não se encaixavam em nenhuma destas ocupações trabalhavam como pequenos agricultores, que com seu trabalho e de sua família e, as vezes, com a ajuda de alguns escravos, produziam para a sua própria subsistência ou para o pequeno comércio local.

Com a inserção de Mato Grosso no contexto da economia internacional, após a abertura da navegação do rio Paraguai, desenvolveram-se várias atividades econômicas que passaram a absorver mão-de-obra de trabalhadores livres da própria região.

⁹³ VOLPATO, 1993.

⁹⁴ VOLPATO, Luíza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza*, São Paulo: HUCITEC, 1987. pág. 96. Os primeiros mestres de ofício foram trazidos a Cuiabá por Fernando Dias Falcão.

⁹⁵ VOLPATO, 1987. pág. 98. O trabalho de fiação do algodão e a tecelagem de tecidos eram reservados às mulheres.

Dadas as características destas atividades econômicas, onde as pessoas precisam locomover-se livremente, havia uma dificuldade em utilizar o escravo por que o controle repressivo teria que ser muito rigoroso. Outra vantagem do uso do homem livre era que o patrão não perderia seu investimento caso ocorresse a fuga ou a morte destes trabalhadores, dada a insalubridade da região, as condições muito severas de trabalho e o perigo de ataques indígenas.

Com o fim da escravidão se tornou necessário aumentar a oferta de mão-de-obra, mantendo os ex-escravos que já estavam inseridos no processo produtivo, na medida do possível, usando os indígenas, e ingressar no mercado aqueles pobres livres da região que produziam apenas para a sua subsistência.

Mas a arregimentação dos trabalhadores livres enfrentava algumas dificuldades, muitos destes se recusavam a se submeter ao trabalho assalariado e participar do mercado de trabalho. Por isso eram vistos pela elite como vadios, preguiçosos e indolentes, que viviam a vagar sem rumo, e muitas vezes, praticavam crimes, de quem tanto as autoridades da época reclamavam.

*Homens robustos que passam a vida em contínua bebedeira, acordando somente para comerem um pouco de mandioca, por que recusam 30\$000 por mês para servirem como criados ou camaradas? Qual o motivo por que uma mulher que não tem o que comer no dia seguinte, rejeita 30\$000 por mês para amamentar uma criança? Uma rapariga que vive na prostituição rejeita 20\$000 mensais para servir de criada? Não será tudo isso negação completa ao trabalho, amor excessivo a preguiça?*⁹⁶

Essa visão de que estes eram vagabundos está relacionada a dificuldade em arregimentar os trabalhadores livres como mão-de-obra para o trabalho assalariado, pois a dificuldade de encontrar reconhecimento social pelo trabalho moldou uma visão negativa sobre o trabalho. Para os livres, vindos de Portugal ou nascidos no Brasil, mestiços ou forros as atividades manuais eram vistas como atividades de escravo, e a estes estava associada, por isso as evitavam.

⁹⁶ MOUTINHO, 1869. pág. 33.

*os criados (que vem de Portugal) têm por melhor sorte ser vadio, o andar morrendo de fome, o vir parar de soldado e às vezes em ladrão, do que servir um amo honrado, que lhes pague bem, que os sustenta, os estima, e isto por não fazerem o que os negros fazem em outras casas, as filhas do país tem timbre tal, que a filha do homem mais pobre, do mais abjecto, a mais desamparada mulatinha forra com mais facilidade irão para o patíbulo do que servir ainda a uma duquesa, se na terra as houvesse*⁹⁷.

O trabalho dirigido e regular estava relacionado à escravidão, a forma mais degradante de existência. Por isso estes não desejavam participar do mercado de trabalho e se recusavam a oferecer a sua mão-de-obra, usando de diferentes estratégias para escapar do trabalho assalariado.

Muitos dos trabalhadores livres em Mato Grosso não queriam participar do mercado de trabalho, pois não precisavam se submeter, já que contavam com a riqueza da terra, que garantia a sua subsistência. Era o que Antonio Candido definiu como a “desnecessidade de trabalhar”, pois muitos destes trabalhadores viviam numa economia de subsistência e podiam contar com a riqueza dos recursos naturais e uma grande porção de terras que poderiam ser ocupadas para garantir a sua subsistência.⁹⁸

Os trabalhadores livres não queriam participar do mercado de trabalho, estes não viam atrativos nos salários oferecidos por que tinham sua subsistência garantida graças a abundância dos recursos naturais: os rios cheios de peixes, as matas com caça abundante, as terras férteis para a agricultura que poderiam ser apropriadas para construir seus ranchos e sítios. Também era difícil expropriá-los, dada a grande oferta de terras que existiam na região.

Muitos dos trabalhadores livres, homens e mulheres pobres, do campo ou que viviam nos arredores da cidade, tinham uma vida integrada a mata, ao cerrado e aos rios de onde podiam retirar tudo o que necessitavam para a sua sobrevivência. Praticavam a agricultura de subsistência e complementavam a sua dieta alimentar com produtos da caça, pesca e coleta⁹⁹.

⁹⁷ Vilhena in: PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*, 3 edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1953.

⁹⁸ CANDIDO, 1979.

⁹⁹ VOLPATO, 1993.

A sociedade estamental que se formou no Brasil não dava perspectiva de ascensão social, por isso os trabalhadores pobres não tinham a preocupação de acumular bens, trabalhavam para outros só quando necessário¹⁰⁰.

Os livres pobres do interior do país tinham uma cultura peculiar, fruto da fusão dos costumes portugueses herdados dos bandeirantes e das nações nativas do Brasil. Era um modo de vida simples e rústico, caracterizada pela economia de subsistência e semi-nômade, tendo a caça, pesca e coleta grande importância.

Viviam de modo simples, moravam em ranchos, assim denominados para dar a idéia de pouso ou parada, em casas de chão batido com paredes de pau-a-pique, cobertas de palha ou capim e quase sem mobília. As pessoas geralmente dormiam em redes ou couros e o clima quente não criava a necessidade de agasalhos.

Produziam quase tudo que precisavam, tendo pouco contato com o mercado local. Faziam os seus chapéus, andavam descalços ou de sandálias, feitas por eles mesmos, tanto homens como mulheres vestiam roupas simples de algodão rústico, colhido e teado por eles próprios. Faziam a pólvora e as balas, usavam para iluminação a queima em candeeiro de banha de porco ou óleo de mamona.

Como a sua sobrevivência exigia o mínimo possível, os momentos de trabalho eram espaçados por longos períodos de descanso, e nesse tempo livre poderiam desenvolver o seu lazer. A autora Luiza Volpato na sua obra *Cativos do Sertão* reproduz elementos do cotidiano destes trabalhadores, que mantém um ritmo de vida que misturava o trabalho com momentos de lazer.

“Usavam da caça e da pesca como lazer e seu produto como complementação da dieta alimentar. Caçavam pombas, papagaios e macacos, que comiam com arroz. Aos domingos era freqüente participarem de caçadas e pescarias organizadas em conjunto por vizinhos e parentes”¹⁰¹.

¹⁰⁰ KOWARICK, 1987.

¹⁰¹ VOLPATO, 1993.

Estes homens e mulheres pobres trabalhavam, mas era um trabalho realmente livre, somente para a sua subsistência e de sua família, sem uma disciplina rigorosa controlada por um patrão.

O discurso construído sobre os trabalhadores livres, que os percebiam como vagabundos e preguiçosos, criou a imagem de que estas pessoas supostamente não trabalhassem e vivessem a perambular sem ter residência fixa ou algum tipo de ocupação. Apesar disso o que percebemos é que na realidade a crítica se dirige ao tipo de trabalho desenvolvido pelos pobres livres.

Estes trabalhavam, mas preferiam trabalhar por conta e produzir apenas para a sua subsistência onde tinham o controle do seu tempo e, ocasionalmente, vendiam parte da sua produção para adquirir bens no comércio local.

Estes incomodavam a elite não por que não trabalhavam, mas por que se recusavam a trabalhar como assalariados e assim não ofereciam lucro para os fazendeiros.

Vendedores de tabuleiros(...) São em geral, homens fortes, robustos, e que, empregando a sua atividade em outro ramo de negócio teriam com certeza um lucro muitas vezes maior que aquele auferido na vendagem pequenina de poucos mil réis de frutas e legumes (...) E tanta falta de braços em Corumbá (...) Conformemo-nos todos e deixemos que passem à nossa porta os vendedores, um pequenino tabuleiro à cabeça o gesto faceiro e a voz aflautada, requebrando os olhos de satisfação íntima quando algum de nós compra uma talhada de moranga ou cem réis de rapadura¹⁰².

Para a elite era um desperdício estas pessoas se dedicarem ao pequeno comércio em vez de trabalharem em outro “ramo de negócio” que “teriam com certeza um lucro muitas vezes maior”.

Outra alternativa de mão-de-obra a ser usada pelos grandes proprietários eram os indígenas, que representavam uma grande parcela da população em Mato Grosso e ocupavam uma grande parcela do território do estado.

¹⁰² Jornal: Tribuna Corumbá 3 de agosto de 1912

Os índios foram utilizados como mão-de-obra desde o início da colonização de Mato Grosso. Serviam como guias e como remadores nas monções, foram utilizados como trabalhadores escravos nas regiões das minas, alguns que abandonavam suas terras e habitavam os núcleos urbanos dedicavam-se ao serviço doméstico e no campo foram absorvidos pela pecuária, trabalhando como vaqueiros.

Segundo a autora Lucia Helena Gaeta Aleixo na sua obra *Trabalho escravo e trabalho livre* o governo provincial para garantir a oferta de mão-de-obra livre “desde 1853 regulamentou os contratos de locação de serviços de ‘índios mansos’”. Eram considerados índios mansos, aquelas sociedades que tinham contato pacífico com o civilizado e que já eram utilizados como trabalhadores.

Já os índios selvagens eram aqueles que traziam perigo constante para os civilizados, considerados obstáculos ao avanço do progresso. Estes eram encarados pelos grandes proprietários como um desperdício de mão-de-obra que em vez de trazerem problemas para a segurança da província poderiam ser utilizados se o governo tomasse medidas no sentido de catequiza-los e aldeia-los.

*Tem a província de Mato Grosso uma população constante (...) de 24.000 almas, que não presta serviço algum. Refiromo-nos aos índios bravios dispersos pelo seu vasto território, sem conhecimento ou idéia alguma da civilização (...) A Catequese destes índios é medida de suma importância para a província, mas infelizmente o governo ainda não compreendeu esta necessidade... Esta raça que até hoje só tem praticado depredações, e para cujo castigo a necessidade tem aconselhado o emprego da força, será ainda de muito proveito para a província, logo que um sério estudo a respeito, resolva os meios precisos à sua catequese e aldeamento.*¹⁰³

As correrias dos índios¹⁰⁴ eram um problema constante para as autoridades, que poderiam ser resolvidas através da repressão armada ou também pela “catequese”.

¹⁰³ MOUTINHO, 1869. pág. 133-134

¹⁰⁴ Jornal: O porvir, Cuiabá, 23 de junho de 1877, quinta feira “...Continuam os Coroados a fazer das suas: consta-nos que distante da Chapada menos de meia légua, matarão ultimamente três pessoas, praticando em seguida actos da maior barbaridade...”

O governo deveria agir para que os grandes proprietários pudessem utilizar o indígena, aproveitando esta mão-de-obra que estava “ociosa” tornando-a produtiva.

*A catechese e civilização dos nossos indígenas continuam a ser uma das mais sérias preocupações do governo, interessado como este deve ser no aproveitamento de tantos braços ora ociosos, e que, bem empregados, poderão concorrer para a produção da riqueza econômica do Estado.*¹⁰⁵

Nesse sentido foram estabelecidas algumas colônias indígenas, onde seriam realizados trabalhos com os indígenas a fim de “civilizá-los” e onde estes se dedicariam ao trabalho na lavoura. Apesar de reconhecerem os benefícios para a tranquilidade pública os governos reclamavam dos gastos que tinham para a manutenção da colônia.

*Si o estabelecimento das colônias de índios denominados – “Teresa Christina” e “Isabel” tem contribuído para a manutenção da paz e tranquilidade da nossa lavoura, antes frequentemente perturbados pelas correrias dos selvícolas, todavia é força confessar que o resultado colhido nas mesmas colônias, quanto a cultura dos indígenas, esta longe de se corresponder aos sacrifícios pecuniários despendidos no respectivo custeio*¹⁰⁶.

Os índios eram uma boa opção de mão-de-obra para os grandes proprietários, pois recebiam salários menores que os trabalhadores livres regionais.¹⁰⁷

Em alguns casos os indígenas foram a principal mão-de-obra utilizada como por exemplo na instalação e operação das linhas telegráficas, comandados pelo Marechal Candido Rondon. A construção das linhas telegráficas fazia parte de um plano da República para defender e ocupar a região de fronteira de Mato Grosso.

Em 1910, quando Rondon assumiu o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) era a personificação do herói nacional, “civilizador” do sertão. Rondon era mato-grossense, nascido em Mimoso, no pantanal.

¹⁰⁵ Mensagem do Presidente do estado de Matto Grosso dr. Manoel Jose Murtinho A Assembléia Legislativa em sua 2ª sessão ordinária aberta em 12 de maio de 1893.

¹⁰⁶ Ibidem.

¹⁰⁷ ALEIXO, 1984. pág. 68.

Por ser descendente de Bororo, legitimou-se a sua habilidade para tratar com os índios. Na época que era ainda um auxiliar das linhas telegráficas do sul, conseguiu a colaboração dos Bororo.

Com o avanço das linhas telegráficas, a Comissão Rondon encontrou os Paresi em 1907, de onde tirou seus guias, construindo o primeiro acampamento e a estação telegráfica “Parecis”.

Na Primeira República, o militar era o agente da modernização, protegendo o índio e oferecendo-lhe uma melhor remuneração, estava fortalecendo o estado e impondo a sua tutela. Entre 1907 e 1910, a Comissão avançou quase mil quilômetros.

No dia 13 de janeiro de 1909 Rondon encontrou os Kozarini, que eram acusados de fazer guerra com as cidades da região. Rondon distribuiu “brindes” trazidos do Rio de Janeiro, fazendo-se amigo de todos até dos Kozarini. Os “brindes” também demonstravam a força do herói, representante do estado, uma instituição abstrata. Rondon procurou manter os Paresi habitando as suas estações, pois considerava uma alternativa à exploração a que estavam submetidos. Para isso, criou internatos e escolas.

Os Paresi foram usados por Rondon como trabalhadores: guias, ou trabalhadores nos serviços de conservação e operação do telégrafo, eram os guardiões das linhas. O trabalho civilizador de Rondon para integrá-los à sociedade nacional, deslocando-os de seus territórios, tornou-os trabalhadores e lhes instituiu escolas.

Era dever do “civilizador” terminar com a barbárie, através do trabalho. A selvageria dos índios era vista pelos positivistas como um estado e não como a sua natureza. Os índios estavam no primeiro estágio – a selvageria - e poderiam chegar ao terceiro estágio – o civilizado. Rondon veio para incorporar os territórios e populações indígenas, garantindo estes como território nacional e integrando os índios como brasileiros.

As relações entre Rondon e os Paresi foram bastante intensas até por volta dos anos 30, quando foram desativadas as linhas telegráficas e a Comissão Rondon extinta. O auge do seu funcionamento deu-se na década de 20.

Os índios também foram utilizados na extração da seringa e da poaia, primeiramente como guias e depois efetivamente como trabalhadores na extração. O interessante é que os índios percebiam esta relação como algo vantajoso, pois diferentemente dos trabalhadores livres os índios tinham autonomia em relação aos barracões, pois garantiam a sua própria sobrevivência, não criando dívidas. Apenas entravam em contato com os patrões para entregar a sua produção e receber o seu pagamento.

A elite pela dificuldade de introduzir no estado um fluxo migratório para atender a demanda de mão-de-obra precisava que os trabalhadores livres da própria região ingressassem no mercado oferecendo sua mão-de-obra e trabalhassem para eles, já que desde o fim do tráfico negreiro foi interrompido o suprimento de mão-de-obra e faltavam braços para a lavoura.

A elite por necessitar de mão-de-obra, e por ter como alternativa preponderante o uso dos trabalhadores da própria região, pelas dificuldades que existiam em atrair os imigrantes, via como necessário criar estratégias para obrigar estes trabalhadores a ingressarem no mercado de trabalho oferecendo sua mão-de-obra como trabalhadores assalariados.

Capítulo II - Como foi formado o Mercado de Trabalho assalariado em Mato Grosso

1. A política de terras e a questão da mão-de-obra

O fim da escravidão criou um grande problema para os fazendeiros. Mesmo que houvessem trabalhadores para formar o mercado de trabalho assalariado, como garantir que estes aceitassem a disciplina imposta pelos patrões? Como fazer com que os trabalhadores sendo livres se submetessem a disciplina do trabalho assalariado em vez de trabalharem para si, garantindo de uma forma autônoma a sua sobrevivência?

A solução para este problema era uma questão complexa. Para submeter os trabalhadores livres ao trabalho disciplinado, regular e assalariado, supõe-se a necessidade de criar relações sociais de produção que levem o domínio do capital sobre o trabalho. Era preciso expropriar os trabalhadores, produzindo condições materiais que transformassem a pessoa em força de trabalho, impedindo a sua reprodução autônoma e obrigando-a a se transformar em mercadoria que se vende, condicionando o trabalhador a incorporar-se no processo produtivo¹⁰⁸.

A formação do mercado de trabalho assalariado está relacionado com o desenvolvimento do capitalismo no país. O trabalho assalariado é o regime de trabalho que mais se ajusta aos objetivos do sistema capitalista e a economia de mercado, que é aumentar a produtividade e conseqüentemente o lucro do capitalista.

Historicamente para o surgimento do capitalismo foi necessário primeiramente, a apropriação privada dos meios e instrumentos de produção. O processo produtivo passou então a ser organizado para que ao vender os bens produzidos no mercado estes pudessem gerar lucro.

¹⁰⁸ MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*, Tradução. 4 edição. Paz e terra, 1985.

Para criar este excedente era necessário a exploração da força de trabalho, e para submeter os trabalhadores a esta nova modalidade, o trabalho assalariado, era preciso que os trabalhadores fossem livres e expropriados de meios de subsistência, não tendo outra opção para sua sobrevivência que não fosse participar do mercado oferecendo sua mão-de-obra como trabalhadores assalariados.

Mas a formação desse mercado de trabalho não foi um processo tranquilo, a sua instituição não foi o resultado “natural” da evolução das sociedades. Nas palavras de Kowarick

foi um longo e tortuoso percurso histórico, marcado na maioria das vezes, por intensa coerção e violência. Para tanto foi necessário efetuar maciça expropriação, que resultou em destruir as formas autônomas de subsistência, impedindo o acesso a propriedade da terra e aos instrumentos produtivos, a fim de retirar do trabalhador o controle sobre o processo produtivo¹⁰⁹

Apesar da passagem acima citada se referir a Europa, uma outra realidade histórica e geográfica, podemos identificar elementos comuns à introdução do trabalho assalariado no Brasil.

Para formar o mercado de trabalho assalariado era necessário pessoas que fossem expropriadas dos meios e instrumentos de produção, trabalhadores despossuídos de meios de subsistência que não tivessem outra alternativa de sobrevivência a não ser vender sua mão-de-obra no mercado de trabalho.

Para tanto os grandes proprietários de terras tiveram que contar com o apoio do poder público que deveria criar leis que expropriassem os trabalhadores ou dificultassem o acesso destes aos recursos naturais. Nacionalmente tivemos a Lei de terras de 1850 que transformou a terra em mercadoria, restringindo o seu acesso, pois somente poderia ser adquirida através da compra, e criando na prática mecanismos de expropriação dos pequenos posseiros e concentração da terra nas mãos dos grandes proprietários.

Da mesma maneira em Mato Grosso a legislação estadual, para expropriar o trabalhador dos seus meios de subsistência, tomou medidas no

¹⁰⁹KOWARICK, 1987. pág. 12.

sentido de impedir o acesso livre aos recursos naturais que davam autonomia ao trabalhador, pois permitiam a este condições para sobreviver sem se submeter ao trabalho assalariado: a pesca, a caça, a coleta, a extração, o livre uso da terra para a agricultura.

Além de expropriar os trabalhadores era necessário transformar a concepção sobre o trabalho, criando uma nova moral para que os trabalhadores aceitassem o trabalho disciplinado. Também eram necessárias práticas repressivas para obrigar a participação daqueles que não desejassem oferecer sua mão-de-obra no mercado de trabalho.

Mas, além disso, foi necessário proceder a um conjunto de transformações de cunho mais marcadamente cultural, para que os indivíduos despossuídos de meios materiais de vida não só precisassem como também estivessem dispostos a trabalhar para outros¹¹⁰.

Para tanto era importante que existisse uma legislação dura e severa que coagisse os trabalhadores a oferecerem sua mão-de-obra no mercado de trabalho, obrigando-os a terem contratos de trabalho e mecanismos repressivos para obrigá-los a cumprir estes contratos. Além da ação legal do governo, os fazendeiros contavam com suas forças particulares para garantir, através da violência que os trabalhadores, imigrantes e nacionais, permanecessem trabalhando nas fazendas até que cumprissem os seus contratos de trabalho ou até pagarem as suas dívidas.

Como afirmou Emília Viotti da Costa na sua obra *Da Monarquia a República* a política de terras estava diretamente relacionada com a questão da mão-de-obra. Para resolver o problema de mão-de-obra para os grandes fazendeiros, era necessário definir claramente a questão do acesso a terra.¹¹¹

A maior parte das terras no Brasil eram devolutas, ou seja, pertenciam ao Estado por que não tinham donos legais, mesmo se estivessem há muito tempo ocupadas. As terras devolutas poderiam ser um problema para o projeto de colonização já que permitiria aos trabalhadores livres, nacionais ou estrangeiros, estabelecerem-se como posseiros e trabalharem para si não

¹¹⁰ KOWARICK, 1987. pág. 12.

¹¹¹ COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia a República: momentos decisivos*. 2ª. Edição. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1979.

oferecendo sua mão de obra no mercado de trabalho, ou seja, não resolveria o problema da mão-de-obra que se colocava com o fim da escravidão.

No Brasil desde o início da colonização portuguesa até a independência em 1822 as terras eram adquiridas legalmente através das concessões de sesmarias pela coroa portuguesa. A terra era considerada como propriedade do rei, e poderia ser doada, como um privilégio.

Após 1822, até a promulgação da lei de terras em 1850, não havia uma política clara de terras. Ao mesmo tempo que foram validadas as sesmarias anteriormente concedidas também era possível tomar terras através das posses. Este período foi a época de ouro dos posseiros.

A partir da lei de terras de 1850, as terras passaram a ter um novo regime de posse e propriedade. Estas só poderiam ser adquiridas através da compra, da doação gratuita ou arrendamento¹¹². Esta lei foi um marco na história da propriedade privada da terra, pois a transformou em mercadoria.

O Projeto de lei para regulamentar o acesso a terra foi proposto pelo poder executivo em 1842 e teve como inspiração as idéias de Wakefield descritas na sua obra "A letter from Sidney". Wakefield propunha para a colonização da Austrália que as terras devolutas fossem vendidas pelo Estado, obrigando os colonos a se assalariar para só depois se transformarem em proprietários, e os recursos da venda das terras seriam revertidos para financiar a vinda de mais imigrantes¹¹³.

Nas discussões sobre o projeto não havia consenso sobre o controle privado das terras improdutivas pois "*limitar o tamanho das posses a serem legalizadas, instituir o imposto territorial e separar claramente as terras públicas das particulares eram decisões que atingiam diretamente o poder tradicional dos grandes potentados rurais*"¹¹⁴.

O tamanho das posses foi limitado pela lei, que definia que estas não poderiam ser maiores que a maior doação do seu distrito, apesar de que a lei aprovada em 1850 ampliou o tamanho das posses que poderiam ser

¹¹² COSTA, 1979.

¹¹³ MATTOS, 2005.

¹¹⁴ COSTA, 1979.

legitimadas em relação ao projeto original e suprimiu o imposto territorial que mais tarde deveria ser retomado¹¹⁵.

Para separar claramente as terras públicas e particulares foi criada a Repartição Geral de Terras Públicas que deveria medir as propriedades definindo seus limites e teria a função de revalidar os registros de terras. Ainda não estava muito clara a diferença entre as terras públicas e privadas, mas os limites entre os terrenos privados ficaram mais nítidos, resolvendo problemas de direitos superpostos.

Os recursos da venda das terras públicas seriam revertidos para a demarcação das terras e para o desenvolvimento de uma política de apoio e incentivo a migração e colonização, financiando a vinda de mais imigrantes¹¹⁶.

A Lei de terras tinha como objetivo criar as condições para que se pudesse introduzir os imigrantes estrangeiros no país, para formarem o mercado de trabalho assalariado no Brasil. A regularização da posse e propriedade da terra incentivaria a imigração por que os imigrantes, mediante a compra destas terras, teriam a segurança de sua posse. Além de que o recurso da venda das terras públicas geraria uma receita que seria revertida no financiamento e apoio aos imigrantes.

Por outro lado a Lei de terras impedia que os imigrantes se apropriassem através da posse de terras devolutas transformando-se em colonos e garantissem assim a sua subsistência.

Para a elite era importante que os imigrantes oferecessem sua mão-de-obra para o trabalho nas fazendas. Estes trabalhadores teriam então que trabalhar alguns anos para os grandes fazendeiros para juntar o dinheiro necessário para comprar suas próprias terras garantindo assim a oferta de mão-de-obra tão desejada pela elite nacional.

A lei de terras de 1850 definia que a terra somente poderia ser adquirida mediante a compra. As pessoas que tinham posses deveriam regularizar a sua situação pagando impostos e demarcando a área de sua propriedade.

¹¹⁵ MATTOS, 2005.

¹¹⁶ COSTA, 1979.

Em Mato Grosso havia uma grande dificuldade em colocar em prática a lei, dada a falta de condições reais para fiscalizar a grande extensão territorial do estado. Os grandes proprietários rurais protelaram ao máximo a regularização, para poderem incorporar mais terras ao seu domínio.

É bom lembrar que essas áreas pertenciam, na sua maioria, a grandes fazendas de criação, usinas de açúcar e indústrias extrativas. Um grande número desses possuidores de sesmarias e posses vinha protelando a sua regularização, intentada desde o império, pelas possibilidades de incorporação sucessivas de novas terras.¹¹⁷

Na prática após a lei de terras as terras de domínio público passaram ao domínio privado. Após a proclamação da República, os governos estaduais passaram a ser responsáveis por suas terras devolutas, o que significou uma vitória das oligarquias estaduais, pois poderiam controlar de acordo com seus interesses a distribuição destas terras.¹¹⁸

Somente em 1892 foi finalmente criada a lei nº. 20 que tratava da regulamentação da Lei de Terras em Mato Grosso.

Já se acha em plena execução a lei n º 20 de 1892 sobre as terras devolutas pertencentes ao Estado, tendo-lhe eu dado regulamento pelo decreto n º 38 de 15 de fevereiro ultimo. Estou informando que esta lei foi recebida com aplausos em toda parte, pois, sem preterir os legítimos interesses do Estado, ella procurou garantir situações dignas de protecção, amparando sobre tudo a pequena industria agrícola e pastoril, desde que autorisou a legitimação das posses mansas e pacificas estabelecidas desde 1854 até 15 de novembro de 1889, embora marcasse-lhes uma área diminuta. Trata-se presentemente de effectuar o registro de todas as terras possuídas, trabalho de real importância e que, effectuando com o desejável exação, ministrarmos-há segura base estatística para mais tarde crear-se o Imposto territorial, de que já cogitou a citada lei em seu art. 23.¹¹⁹

A lei garantia a regularização dos sesmeiros e posseiros em situação irregular o que na prática beneficiava os grandes proprietários que não haviam regularizado a sua situação até os prazos definidos pela lei de terras de 1850,

¹¹⁷ MORENO, Gislaene. *Os (des)caminhos da apropriação capitalista da terra em MT*. São Paulo: FFLCH – USP, 1993.

¹¹⁸ *Ibidem*.

¹¹⁹ Mensagem do Presidente do estado de Matto Grosso dr. Manoel Jose Murтинho A Assembléa Legislativa em sua 2ª sessão ordinária aberta em 12 de maio de 1893.

pois garantiu a regularização das posses que ocorreram depois das datas limites.

Pela lei poderiam ser revalidadas as sesmarias ou concessões que não estivessem ainda demarcadas e medidas, mas que tivessem 1/3 da sua área cultivada e que a propriedade tivesse morada habitual.

A lei permitiu a legitimação das posses que tivessem cultura e morada habitual, desde que a posse fosse mansa ou pacífica. Também garantia a venda ou a transferência das posses com cultura e morada habitual, compradas em hasta pública, sem protesto ou oposição. O posseiro ou proprietário poderia requerer uma área de terreno devoluto contíguo que não excedesse a área cultivada ou 150 hectares, exceto para a indústria extrativa.

Apesar do Presidente do Estado afirmar que a lei estava protegendo a “pequena indústria agrícola e pastoril”, a reclamação de que as áreas das terras legalizadas eram “diminutas” expressa um descontentamento dos grandes proprietários, que desejavam poder aumentar ainda mais as suas posses.

Como nos demonstra Gislaene Moreno, a lei de terras aumentou ainda mais a concentração das terras. Apesar da lei definir claramente limites para o tamanho das áreas que poderiam ser regularizadas, estes não eram respeitados e na maior parte das vezes estes limites eram extrapolados, criando grandes latifúndios.

Outra forma de concentrar a terra e burlar os limites impostos pela lei era registrar as propriedades com nomes de pessoas diferentes.

O abuso da Lei n.º 20, em vez de garantir os pequenos posseiros, dividir e democratizar o solo e a propriedade territorial, ela produziu, pelo contrário, enormes latifúndios adjudicando título gratuito, vasta extensão de terras particulares. Há posseiros que registram mais de 200 léguas. É certo que a Lei marcou para cada lote área não excedente de 3.600 hectares, porém sofismando esta disposição veio a pluralidade de posses contínuas¹²⁰

¹²⁰ Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa a 18 de fevereiro de 1896, pelo presidente do Estado, Dr. Antonio Correa da Costa.

A lei na realidade acabava beneficiando aos grandes proprietários, principalmente os que desenvolviam as atividades extrativas, a quem o governo oferecia benefícios e incentivos, como a isenção de impostos, as concessões de terras por arrendamento para serem exploradas economicamente e estímulos financeiros.

A venda, legalização da posse ou arrendamento das terras aos grandes latifundiários gerava uma grande receita para o Estado. As terras para o extrativismo eram arrendadas para aqueles que tinham mais dinheiro. Os arrendamentos aumentaram ainda mais a concentração da terra nas mãos de poucas famílias.

*A lei n º 20 só tratou da venda das terras devolutas, mas nada dispoz sobre o arrendamento d'ellas, quando este se faz necesario, havendo industrias, como a extrativa de productos vegetaes, que por ter de exercitar-se em grandes extensões não pode supportar as despezas que custaria a compra do precioso terreno. Convem, portanto, que voteis uma lei autorisando também o governo estadual a arrendar terras devolutas, e traçando as condições a observar em semelhante contracto.*¹²¹

Apesar da reclamação de que a lei não definia claramente um sistema para o arrendamento das terras devolutas, na mesma mensagem o governador divulgou que o Banco Rio Mato Grosso, de quem era um dos sócios majoritários, foi o vencedor e ganhou a concessão de arrendamento dos ervais da fronteira sul do Estado.

A partir da Lei de terras a propriedade da terra deveria ser comprovada através de documentos que atestassem a sua compra ou os posseiros deveriam regularizar a sua situação perante a justiça demarcando claramente os limites de sua propriedade e pagando seus impostos.

A lei nacional de terras e a sua regulamentação estadual, lei n º 20 não beneficiaram os pequenos posseiros, nem democratizaram o solo, ao contrário, criaram enormes latifúndios. Por um lado a lei nº 20 deixou livre a regulamentação das posses anteriores a 1889 e por outro não limitou o tamanho das áreas para compra e arrendamento.

¹²¹ Mensagem do Presidente do estado de Matto Grosso dr. Manoel Jose Murtinho A Assembléa Legislativa em sua 2ª sessão ordinária aberta em 12 de maio de 1893.

*exclui a possibilidade de permanência na terra pelos pequenos posseiros, sem condições de efetuar a sua compra ou de enfrentar a burocracia para a sua regulamentação, e proibiu, a partir da publicação da lei, novas posses que ficavam sujeitas a despejo com perda das benfeitorias realizadas.*¹²²

Os pequenos posseiros dificilmente conseguiam regularizar a sua posse pois não tinham condições de comprar a terra ou de enfrentar a burocracia. A lei acabou criando mecanismos que, na prática, permitiam expropriar os pequenos proprietários, que poderiam a qualquer tempo serem expulsos de suas terras em proveito dos grandes fazendeiros, pecuaristas e arrendatários.

Os grandes proprietários de terra usavam diferentes mecanismos para expropriar os posseiros, aumentando a concentração da terra em suas mãos. Poderiam falsificar documentos que comprovassem a propriedade da terra ou que atestassem uma suposta venda ou intimidavam os pequenos lavradores para venderem as suas terras ou abandoná-las em proveito dos grandes proprietários.

Como foi o caso de Manoel Garcia de Freitas que mesmo sendo “possuidor de terras cultivadas”, que era uma das condições para garantir a posse de uma propriedade, se viu expulso de suas terras pelo Senador Victorino Monteiro.

*Para evidenciar ainda o que foram os negócios de terra naquelle futurozo torrão de Matto-Grosso, basta citar o seguinte facto, trazido ao meu conhecimento pela própria victima. O cidadão Manoel Garcia de Freitas, conhecido por Manequinho, possuidor de terras cultivadas no municipio de Santa Anna, terras essas cobçadas pelo Sr. Senador Victorino, viu-se esbulhado das mesmas por um processo sui generis, e verdadeiramente criminozo*¹²³

Victorino forjou em seu proveito uma escritura que atestava a venda da propriedade de Manequinho, com a ajuda de um ex-tabelião que apareceu em cena para dar uma falsa legalidade para os atos do senador.

É o caso que o ex-tabelião de Santa Anna, Augusto de Oliveira, um dos bons servidores dos prepostos do senador nas compras de terras, que trazia sempre nessas liquidações, como são designadas alli essas tranpolinagens, o livro de notas de seu

¹²² MORENO, 1993.

¹²³ Relatório das diligencias efectuadas por ordem do Governo pelo Dr. Deocleciano de Canto Menezes - Chefe de polícia do Estado, 1913.

*cartório na garupa de seu animal, fez uma escriptura de venda fantastica das terras de Manequinho, dando-o como vendedor e presente e mandando assignar dita escriptura, a seu rogo, por um indivíduo que havia oito mezes não via Manequinho e que nada sabia sobre as intenções d'elle, conforme elle proprio declarou diante de muitas pessoas fidedignas daquela localidade!*¹²⁴

Outra prática de expropriação comum na região era a ameaça explícita de violência física contra os pequenos proprietários de terra caso estes se recusassem a entregar suas terras.

Em alguns casos as ameaças eram feitas através de cartas para intimidar os posseiros para que estes abandonassem suas terras. O chefe de polícia acusava uma grande empresa de criação de gado, Brazil Land, de mandar cartas para intimidar os pequenos proprietários para que estes abandonassem suas terras.

*Várias pessoas queixaram se da imposição illegal e abusiva partida da gerencia do Brazil Land (empresa Farquhar), a qual sendo condomino com outras nas terras do "Campo Triste", por meio de cartas de intimidação, (como algumas que se acham em meu poder) em termos descabidos e ameaçadores, sendo entretanto, até hoje indivisa a mesma fazenda; sendo de lamentar que a referida empresa, para intimidar os pequenos proprietários de terras, lance mão do nome do distincto tenente Raul Betim Leme, e assim levar a effeito suas descabidas imposições.*¹²⁵

Como aparece nas narrativas as ameaças teriam o apoio de um tenente, que o chefe de polícia afirma ser inocente. Para o chefe de polícia o maior culpado pela situação e o que dificultava a punição dos responsáveis por tais atos era o apoio dado pelo senador Victorino Monteiro que usava de sua influência política e da força militar para proteger os criminosos.

*Si o displante de tais senhores não teve ainda o devido correctivo, é por que o Senador Victorino Monteiro, usando e abusando de seu alto cargo, pratica toda sorte de arbitrariedades, dizendo-se amparado pela força federal estacionada em Tres Lagoas.*¹²⁶

Este mesmo senador é acusado pelo chefe de polícia de agir no sentido de expulsar as pessoas de suas terras em proveito próprio. Um dos casos apresentados era que o "pessoal do referido Senador" teria invadido a

¹²⁴ Relatório das diligencias efectuadas por ordem do Governo pelo Dr. Deocleciano de Canto Menezes - Chefe de polícia do Estado, 1913.

¹²⁵ Ibidem.

¹²⁶ Ibidem.

propriedade da vizinha e “matava o gado a ella pertencente, a bala, para alimentar-se, conduzindo em carroça o gado abatido para consumo da fazenda do seu patrão” ou chegavam a “depois de mortas as rezes, desperdiçavam-lhes as carnes!”¹²⁷

Estes relatos nos mostram a grande violência que a população pobre estava submetida e a impunidade em que os coronéis viviam, pois tinham um grande poder. Ameaçavam os pequenos proprietários para que vendessem suas terras ou para que as abandonassem, permitindo aos grandes fazendeiros aumentarem as suas propriedades.

*O mesmo queria fazer com o cidadão Protazio Garcia, desenvolvendo contra elle terrivel perseguição por não querer despojar a si e a sua família, por uma ridiculadas terras que possui no Campo Triste e as limitrophes as do Senador, sendo estes os únicos bens que constituem o futuro de sua prole.*¹²⁸

Apesar da autoridade policial estar neste caso denunciando o senador, em muitos casos estas autoridades estavam subordinadas ao poder de mando da elite.

A legislação estadual, para expropriar o trabalhador dos seus meios de subsistência, tomou medidas no sentido de impedir o acesso livre aos recursos naturais que davam autonomia ao trabalhador pois permitiam a estes condições para sobreviverem sem se submeter ao trabalho assalariado: a pesca, a caça, a coleta, a extração, o livre uso da terra para a agricultura.

Para expropriar os trabalhadores, além da lei de terras, também foram criados impostos para impedir a livre garimpagem, assim como leis para dificultar a pesca em determinados lugares no rio Cuiabá, principalmente nas regiões mais próximas a capital, como meio de obrigar a população pobre a oferecer a sua mão-de-obra como trabalhadores assalariados.

Em 1854, A legislação Provincial impunha 10\$000 sobre cada rede de pesca que fosse lançada no rio Cuiabá ‘do porto da Chácara do tenente Antonio Joaquim Ferreira Ramos para baixo’. No parágrafo seguinte, uma outra determinação era imposta: 30\$700 réis para cada vez que as redes fossem lançada no mesmo rio, no espaço compreendido entre os portos

¹²⁷ Relatório das diligencias efectuadas por ordem do Governo pelo Dr. Deocleciano de Canto Menezes - Chefe de polícia do Estado, 1913.

¹²⁸ Ibidem.

mencionados. Sendo este o trecho onde se concentrava o maior número de pessoas das Cidade de Cuiabá, tal proibição foi um recurso para impedir ou dificultar a pesca e impulsionar a população ao trabalho assalariado, principalmente a lavoura.¹²⁹

Muitas são as reclamações sobre os impostos cobrados dos agricultores, que traziam descontentamento tanto para os grandes proprietários e que, sem dúvida, poderia prejudicar ainda mais os pequenos.

pois tem acontecido muitas vezes ao pobre lavrador vender, por exemplo, o seu milho a 3\$000 e pagar imposto na razão de 4\$000 réis.¹³⁰

Isso não quer dizer que algumas destas pessoas não se interessavam pelos salários oferecidos. Segundo a análise de Lucia Helena Gaeta Aleixo, muitas destas pessoas foram impelidas para o mercado de trabalho pela necessidade de consumir produtos de primeira necessidade como artigos manufaturados importados.

¹²⁹ ALEIXO, 1984. pág. 58.

¹³⁰ Jornal: O porvir, Cuiabá, 23 de junho de 1877, quinta-feira.

2. Valorização do trabalho e repressão a vadiagem

Para a formação de um mercado de mão-de-obra de trabalhadores assalariados era necessário criar as condições materiais, reunir um contingente de pessoas despossuídas dos meios de subsistência que não tivessem outra alternativa de sobrevivência além de oferecer sua mão-de-obra em troca de salário. Mas também era preciso criar uma moral que os impelisse a ingressar no mercado de trabalho.

Para entender esta nova moral que estava sendo formada é necessário fazer um histórico sobre a concepção do significado do trabalho na sociedade ocidental. Até o século XVI, a palavra trabalho estava relacionada a dois significados, ou estava associada ao sofrimento: penalização, cansaço insuportável, dor e esforço extremo; ou se referia a miséria e pobreza, já que o pobre era aquela pessoa que tinha que trabalhar para poder sobreviver.

A partir do século XVI começou a se esboçar uma nova concepção sobre o trabalho, assim a palavra trabalho

ascendeu da mais humilde e desprezada posição ao nível mais elevado e a mais valorizada das atividades humanas quando Locke descobriu que o trabalho era a fonte de toda a propriedade. Seguiu seu curso quando Adam Smith afirmou que o trabalho era a fonte de toda a riqueza, e alcançou seu ponto culminante no 'sistema de trabalho' de Marx onde o trabalho passou a ser a fonte de toda a produtividade e expressão da própria humanidade do homem¹³¹.

Esta nova concepção sobre o trabalho ganhou realmente importância após a Revolução Industrial. Na sociedade industrial, com o surgimento da fábrica, o trabalho passa a se apresentar em toda sua positividade, a fábrica com suas máquinas permitiu a liberação das forças produtivas e a superação dos limites, confirmando a capacidade criadora e a dimensão ilimitada da potencialidade humana.

¹³¹ARENDDT, Hannah. *La Condición Humana* in: DE DECCA, Edgar S. de. O nascimento das fábricas. 8ª Edição. São Paulo: Editora brasiliense, 1991.

Na sociedade industrial os padrões buscaram disciplinar os trabalhadores, através do discurso do tempo útil e da crítica a ociosidade. Ao lado do discurso de valorização do trabalho foi criado um sistema de controle e disciplinarização, o sistema de fábrica.

Uso aqui o conceito desenvolvido por De Decca que, ao analisar as transformações que ocorreram a partir da Revolução Industrial, identifica na sociedade mudanças mais amplas do que apenas o surgimento da fábrica e o uso das máquinas na produção¹³².

O que este autor analisa é uma mudança na própria relação de trabalho, outrora os trabalhadores tendo a sua disposição matérias primas e terras, trabalhavam de forma autônoma e controlavam o processo produtivo, eram donos do seu tempo e do seu trabalho.

Com a introdução do sistema de fábrica foi transferido o controle do processo de trabalho e da produtividade das mãos dos trabalhadores para as mãos do capitalista.

Para tanto foi necessário criar uma maior hierarquização das funções, onde o trabalhador perdeu o controle sobre as operações que deveria realizar, definidas agora por técnicos, e estava sujeito a uma dura disciplina no trabalho, tendo cronometrado o seu tempo e avaliada a sua produtividade¹³³.

Este processo foi longo e difícil, os trabalhadores resistiram de diferentes formas à implantação desta nova modalidade de trabalho. Nas palavras de De Decca

aqueles primeiros homens, que se viram constrangidos pela pregação moral do tempo útil e do trabalho edificante, sentiram em todos os momentos de sua vida cotidiana o poder destrutivo desse novo principio normativo da sociedade. Sentiram na própria pele a transformação radical do conceito de trabalho, uma vez que essa nova positividade exige do homem a sua submissão completa ao mando do patrão¹³⁴.

Isto ganha contornos particulares numa sociedade como o Brasil, onde a escravidão foi a forma predominante nas relações de trabalho até épocas

¹³² DE DECCA, Edgar S. *O nascimento das fábricas*. 8ª Edição. São Paulo: Editora brasiliense, 1991.

¹³³ KOWARICK, 1987.

¹³⁴ DE DECCA, 1991.

tardias. O Brasil foi o último país da América Latina a abolir a escravidão o que ocorreu somente no final do século XIX. Isso criou uma mentalidade, onde todo trabalho manual e regular, em que o trabalhador teria que se submeter as ordens de outrem, era associado à escravidão¹³⁵.

A escravidão era a forma mais degradante da existência por que os escravos eram tratados como coisas, homens sem vontade, não escolhiam onde morar, onde ou quando trabalhar, sujeitos as brutalidades de um controle violento sobre o seu trabalho¹³⁶.

Muitos dos trabalhadores livres se recusavam ao trabalho assalariado e disciplinado, por causa da sua visão sobre o trabalho manual. Estavam habituados a relacionar o trabalho disciplinado, dirigido e regular com as relações escravistas; não conseguiam entender o trabalho como algo positivo, como condição de liberdade e por isso buscavam não se submeter a esta nova modalidade.

Com o fim do sistema escravista e a inevitável introdução do trabalho livre assalariado era necessário que se buscasse uma nova percepção sobre o trabalho. A visão sobre o trabalho braçal deveria ser redefinida. A diversificação das atividades produtivas e a introdução do trabalho assalariado dependiam de uma reformulação dos valores em relação ao trabalho que deveria ganhar atributos positivos, passando a ser identificado com riqueza e como atividade enobrecedora.

Em Mato Grosso, desde a metade do século XIX já havia um discurso que condenava a ociosidade e que valorizava o trabalho, e que via como função do poder público, através das leis, reprimir a vadiagem e recompensar “as pessoas industriosas e laboriosas”.

Ainda que o amor do trabalho se recomenda por si mesmo e pelas inapreciáveis vantagens que delle tudo resultão aos individuos e a sociedade, não será contudo supérfluo, e nem inútil, que as leis e os legisladores empreguem o seu zelo e autoridade em inspira lo e persuadi lo aos povos, já promettendo e distribuindo com discrição adequados prêmios e recompensas

¹³⁵ KOWARICK, 1987.

¹³⁶ KERCHE, 1999.

*às pessoas industriosas e laboriosas, já castigando com justa severidade a inerte ociosidade dos preguiçosos*¹³⁷.

O discurso construído pelos viajantes e usado pela elite apresentava os habitantes de Mato Grosso como indolentes, vagabundos que não queriam trabalhar, pessoas ociosas que tendo o mínimo para sua sobrevivência preferiam ficar deitados na rede, um “hábito selvagem que herdaram dos índios” do que se sujeitar a trabalhar.

Para o discurso da classe dominante o incentivo ao trabalho era importante tanto para o indivíduo, que melhoraria sua condição social, como também para a sociedade como um todo por que era o trabalho que gerava as riquezas de uma nação, a fonte do progresso, material e moral, de uma sociedade.

No pensamento liberal, onde o trabalho ganha uma positividade e aparece como fonte de toda a riqueza e criatividade humana, aqueles que se recusam a participar do mercado de trabalho, vendendo sua única propriedade, que era a sua força de trabalho e o seu corpo, aparecem como não pertencentes a sociedade¹³⁸

Os vadios estariam prejudicando toda a sociedade, pois além de serem inúteis por não produzirem nada eram pessoas que viviam do trabalho alheio, por dependerem da caridade ou por se apossarem daquilo que não lhes pertencia através do crime.

*Chamar a ordem os vagabundos, mostrar-lhe o caminho do bem, da honra, do trabalho, é prestar bem serviço a causa pública e a eles mesmos. O trabalho é a Lei divina; dele emana o progresso da comunhão e do bem estar de cada um: ao passo que a vadiagem, mantendo-se do suor alheio tem de ir buscar, onde pensa encontrar, contra vontade de seu dono e o pão que há de matar a fome, a roupa que há de cobrir as carnes, o dinheiro que há de sustentar o vício.*¹³⁹

As pessoas trabalham e vivem em sociedade para garantir a sua sobrevivência e a reprodução biológica da espécie. Aqueles que não

¹³⁷ Jornal: Echo Cuiabano, Cuiabá - Sábado - 09 de março de 1850 - n. 04

¹³⁸ BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza*, São Paulo: Brasiliense, 1982. pág. 80.

¹³⁹ Jornal: O autonomista, Corumbá, 20 de fevereiro de 1909.

trabalhavam e portanto não contribuíam estavam atentando contra a existência da sociedade.

Para a elite mesmo que idealmente todas as pessoas tivessem o seu livre arbítrio para decidir como viver, afirmavam que assim como Deus abençoava aqueles que seguem a sua lei e castigava os pecadores, o poder instituído também teria o direito de castigar aqueles que se recusassem a cumprir as leis, ou seja, aquelas pessoas que não trabalhassem.

Estes discursos sobre a vadiagem e a valorização do trabalho buscavam a sua justificação em argumentos que pesavam os aspectos morais e religiosos. O trabalho refletia a índole das pessoas, as pessoas que não trabalhavam estariam propensas a cometerem crimes ou se entregarem ao vício, mais um motivo para que as autoridades se preocupassem em incentivar o trabalho e reprimir a vadiagem.

*O trabalho é o espelho onde se refletem a índole laboriosa e a actividade das nações. Um povo trabalhador é necessariamente feliz. É pelo trabalho que se desconhece a miséria (...) é o melhor antídoto contra a hipocondria e até mesmo contra o crime, enquanto que a inércia é sempre prejudicial e funesta em seus efeitos. (...) é a parte integrante da vida humana para que possa ser amena, alegre, venturosa*¹⁴⁰.

Também usavam, para justificar as medidas repressivas, o exemplo de outros países mais desenvolvidos que criaram leis que incentivaram o desenvolvimento das atividades econômicas e reprimiam e castigavam a “preguiça e a ociosidade”.

*As nações mais ilustradas, antigas e modernas, as leis de todos os povos, a prudência de todos os grandes legisladores, tem sempre tido em vista animar com prêmios e recompensas todos os gêneros de trabalho proveitoso, excitar a industria, estimular a emulação entre os homens laboriosos, reprimir e castigar a indolência, a preguiça, a ociosidade, e favorecer com particulares benefícios as profissões úteis, e precisamente a agricultura, rainha de todas ellas, e base fundamental da prosperidade dos estados*¹⁴¹.

¹⁴⁰ Jornal: O Republicano, Cuiabá, 16 de abril de 1896

¹⁴¹ Jornal: Echo Cuiabano, Cuiabá - Sábado - 09 de março de 1850 - n. 04

Destacava-se a necessidade de reprimir a vadiagem para garantir a mão de obra para diferentes atividades, mas principalmente para a agricultura, por ser a atividade econômica mais importante, a base da riqueza de todos os países.

Na Inglaterra muitos camponeses foram lançados a miséria após serem expulsos de terras que tradicionalmente lhes serviam para a sua subsistência. O governo criou a lei dos pobres que mais tarde foi aprofundada.

*Mas, convém que saibais que os demais proprietários de terras deste condado e dos vizinhos se unirão a nós para compelir os seus representantes na Câmara dos Comuns a promulgar uma lei que permita aprisionar os pobres e castiga-los a trabalhar, a fim de que todo indivíduo que resista ao seu aprisionamento perca o direito de assistência. Esperamos que isto impedirá que as pessoas no estado de miséria necessitem ser socorridas.*¹⁴²

Entre estes pobres que foram expropriados de suas terras muitos não foram absorvidos pelo mercado de trabalho criado nas cidades a partir do desenvolvimento das manufaturas e “por outro lado, estes homens, bruscamente arrancados de suas ocupações habituais, não se podiam adaptar prontamente à disciplina do novo sistema social, surgindo por conseguinte, deles, uma porção de mendigos, ladrões e vagabundos”¹⁴³.

Na Inglaterra a preocupação com o que fazer com os “vagabundos” existia desde o século XVI e gerou as famosas “leis sanguinárias”, que previam castigos físicos para aqueles que não estivessem trabalhando. Estas leis diferenciavam dentre os que não trabalhavam os incapacitados, que poderiam viver da caridade, e os vagabundos, que deveriam sofrer punições físicas e depois teriam que obrigatoriamente encontrar um trabalho.

*No caso da primeira reincidência o vagabundo deveria ser açoitado novamente, devendo-se lhe cortar meia orelha; à segunda reincidência é tratado como traidor e executado como inimigo do Estado.*¹⁴⁴

Da mesma maneira o discurso de que os trabalhadores em Mato Grosso eram indolentes e vagabundos, foi utilizado para justificar a criação de leis para

¹⁴² MARX, Karl. *A origem do capital: A acumulação primitiva*. global editora, pág. 30 citando R. Blakey. *The Political Literature from the Earliest Times*, Londres 1855, volII, págs 83 e 84

¹⁴³ MARX, Karl. *A origem do capital: A acumulação primitiva*, global editora, pág. 57.

¹⁴⁴ *Ibidem*, pág. 58.

reprimir as práticas autônomas de reprodução social, reprimir a “vadiagem”, para controlar, disciplinar e submeter os trabalhadores, buscando obrigá-los a ingressarem no mercado de trabalho oferecendo sua mão-de-obra sujeitando-se ao trabalho regular, normatizado e disciplinado.

Foi aprovada uma lei para a criação de “uma colônia agrícola correcional para escola prática de lavoura e repressão a vadiagem”, que teria como objetivo ensinar as pessoas um ofício para encaminhá-los para alguma profissão e também encaminhar os “desocupados” ao mercado de trabalho, regenerando-os, retirando-os do vício¹⁴⁵.

Para submeter estes homens livres e pobres ao regime de trabalho assalariado foi preciso formar uma moral que condenasse a ociosidade e a ignorância como causadora de crimes. Essa ideologia era trabalhada pelo estado, através da escola, e pela igreja, através do catecismo.

As crianças também deveriam ser alvos de ações do governo, que desde cedo deveriam ser preparadas para o trabalho. Os filhos de trabalhadores deveriam ter acesso a educação, mas uma educação que através da “prática” lhes oferecesse uma profissão.

Precisamos inadiavelmente de uma correção para os meninos vadios que polulam pelas ruas (...), não custa ao governo criar escolas práticas obrigatórias, oficiais onde possam ser recolhidos os pequenos vagabundos para ali aprenderem cultivar alguma coisa útil que lhes garanta um futuro qualquer¹⁴⁶.

Em Cuiabá as crianças pobres ou filhos de mães solteiras poderiam ser entregues ao Hospital da Misericórdia, através da roda dos expostos, “aí essas crianças receberiam uma educação baseada no trabalho e na religião, que visava torná-las futuramente úteis à sociedade, ou seja, trabalhadores dóceis e disciplinados”.¹⁴⁷

Mas a opção mais procurada pelas famílias pobres era a profissionalização de seus filhos no Arsenal de Guerra e no Arsenal da marinha onde existiam as Companhias de Aprendizes e Artífices, que aceitavam

¹⁴⁵ Jornal: O comércio, Cuiabá 14 de agosto de 1913

¹⁴⁶ Jornal: O Ferrão, Cuiabá 20 de maio de 1927

¹⁴⁷ VOLPATO, 1993. pág. 52 e 53.

crianças comprovadamente pobres, jovens libertos e descendentes de escravos.

A escola aparece nesses discursos como uma instituição disciplinadora, que deveria preparar as pessoas para o mercado de trabalho em dois sentidos. Num aspecto por que ensinava conhecimentos e desenvolvia certas habilidades que poderiam ser instrumentalizadas numa profissão ou funções a serem desenvolvidas.

Em outro sentido por que a escola introduzia a pessoa num regime disciplinar que se assemelhava ao regime do trabalho assalariado, ou seja, o cumprimento do horário, a realização de tarefas pré-determinadas, a obediência aos superiores.

Mas mesmo nas escolas podemos perceber a resistência de muitas pessoas que, apesar de estarem sendo “beneficiadas” pelo aprendizado de uma profissão, acabavam abandonando o curso. Muitos por que não tinham recursos, outros por que não aceitavam a disciplina imposta pela instituição.

*O motivo da instabilidade, é que, os alumnos quazi nunca encetam o curso com a seriedade precisa. Iniciam os estudos profissionais, tão essenciaes a classe pobre, e, vão abandonando, em maioria, sem terem, ainda as habilitações necessárias. Uns abandonam pela escassez de recursos outros, porem, pelo espírito avesso ao rejimem desta casa, e, nós professores nada podemos fazer em favor dos primeiros, e nem também podemos obrigar os últimos a freqüência das aulas.*¹⁴⁸

Aqueles que não se adaptavam a disciplina por seu “espírito avesso ao regime” no discurso do professor deveriam ser coagidas a permanecer dentro da instituição, amedrontados pela polícia e obrigados a retornar a sala de aula.

*A solução para aquele que abandonam pela falta de custeio, está em conseguir se, de quando em vez, alguns donativos em favor dos esforçados, pelo menos, e, a solução para aqueles avessos a instrução esta em um pequeno concurso da policia para amedronta-los, ameça-los mesmo, afim de voltarem a freqüentar as aulas invés de entregarem-se a essa vida de vadios perambulando pelas ruas, entregues aos vícios e aos jogos.*¹⁴⁹

¹⁴⁸ Jornal: A Plebe, Cuiabá 16 de junho de 1927.

¹⁴⁹ Ibidem.

Da mesma maneira a força policial também era utilizada para coagir as pessoas sem “ocupação” a procurarem trabalho. Aqueles trabalhadores pobres, que não poderiam comprovar a sua relação de emprego através de um contrato de trabalho eram considerados vagabundos, portanto criminosos sujeitos a serem presos ou engajados a força na polícia.

Os corpos da polícia militar era uma das instituições disciplinadoras da mão-de-obra no estado. Muitas das pessoas encontradas sem ocupação comprovada, sem contrato de trabalhos eram obrigadas a ingressarem na força policial.

*No intuito de promover a leva de soldados destinados a`quelle corpo, fiz um apelo as autoridades policiaes de fora da capital as quaes recommendei que usassem da legítima influencia dos respectivos cargos, bem como empregassem os meios suasorlos (sic) a seu alcance, afim de engajar voluntários para o referido corpo de policia, ao menos o numero sufficiente para o destacamento das localidades, que até o presente se tem constituído com praças enviadas desta capital.*¹⁵⁰

Mas da mesma maneira que faltavam “braços para a lavoura”, também era difícil encontrar pessoas que se dispusessem a compor os corpos da polícia militar do estado. Também neste caso vemos o discurso que atribui ao homem mato-grossense a imagem de vadio. Eram pessoas que preferiam viver “em completa ociosidade” do que alistar-se nas forças policiaes e se tornarem pessoas “úteis a si e a sociedade”.¹⁵¹

Não podemos deixar de pensar que os trabalhadores livres resistiam a sua incorporação ao mercado de trabalho assalariado, não somente pela visão de que o trabalho disciplinado estava associado a escravidão, mas também por que, na prática, as relações de trabalho presentes em Mato Grosso nas usinas, na extração e na pecuária, na realidade, pouco diferiam das relações escravistas, onde os trabalhadores estavam sujeitos a uma dura disciplina, uma extrema exploração e a toda sorte de abusos e violência.

¹⁵⁰ Mensagem do Presidente do estado de Matto Grosso dr. Manoel Jose Murтинho A Assembléa Legislativa em sua 2ª sessão ordinária aberta em 12 de maio de 1893.

¹⁵¹ Mensagem do Presidente do estado de Matto Grosso dr. Manoel Jose Murтинho A Assembléa Legislativa em sua 2ª sessão ordinária aberta em 12 de maio de 1893. “... E, no entanto, é geralmente sabido que n’esta capital, e sobretudo no interior do Estado, existem individuos que vivem em completa ociosidade, sendo, aliás, validos, quando poderião, alistando-se na força policial, ser úteis a si e a sociedade”.

3. A violência contra os trabalhadores

Como demonstramos a violência foi usada de diferentes formas para expropriar os trabalhadores e para coagi-los a participar do mercado de trabalho. Dentro da historiografia regional muitas obras discutem a questão da violência em Mato Grosso. Para Valmir Batista Corrêa, um dos autores que tratam da temática da violência, o processo histórico da região de Mato Grosso foi marcado pela impunidade e pela violência rotineira e natural, sendo conhecida como uma terra sem leis. Essa violência estava presente desde o início do seu processo de ocupação no período colonial, na luta contra os índios e espanhóis, e foi necessária para o controle da população dos núcleos de mineração.¹⁵²

A decadência econômica da capitania com a crise da mineração aprofundou as relações de violência. A província passou por dificuldades econômicas e, em grande medida, dependia da ajuda do poder central. Um dos maiores problemas era garantir a navegação do rio Paraguai para viabilizar vias mais rápidas de ligação com a corte, e como meio de abastecer e controlar a fronteira oeste do império.¹⁵³

A livre navegação do rio Paraguai era dificultada pela relação do Brasil com o Paraguai, e piora nos anos anteriores a guerra. Na guerra do Paraguai (1865-1870) Mato Grosso, além de ter seu território invadido, fica isolado do restante do país sem meios de comunicação e abastecimento trazendo sérias dificuldades econômicas para a província. Para piorar a situação, durante a Guerra, não recebeu a devida atenção do poder central, cabendo aos próprios moradores garantir a defesa do território.¹⁵⁴

Como resultado da guerra, a parte norte tem sua economia estagnada e a parte sul é devastada. A população sofre com a fome e com as doenças que

¹⁵² CORREA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso 1889-1943*, Campo Grande: Editora UFMS, 1995 pág. 26

¹⁵³ Ibidem. pág. 27.

¹⁵⁴ Ibidem. pág. 28.

se espalham. Ao final do conflito era preciso reconstruir a economia da província, sem alternativas de desenvolvimento, foi necessário o apoio financeiro do poder central.¹⁵⁵

Após a guerra ocorreu uma desarticulação dos mecanismos de controle, era impossível para as guarnições controlarem a região de fronteira. A região passou a ser atacada por bandidos e desertores. Ao fim da guerra permaneceu o clima de instabilidade, as leis eram violadas, surgiram os primeiros focos de banditismo.

Na República, devido a descentralização do poder e o fortalecimento das elites regionais, que disputavam os espaços políticos usando a luta armada, aumenta ainda mais a violência e a instabilidade política.

*Em Mato Grosso, os homens se ocupam da política, contudo creio poder dizer que todos dela se ocupam e vivem. O partido eleito, assim que assume seus postos distribui os cargos a seus pares. Todos aqueles que não forem agraciados passam a fazer oposição, acirrando as lutas que se avolumam com os descontentes.*¹⁵⁶

Já no período Republicano os trabalhadores vivenciaram em todo território nacional, no campo e na cidade, os desmandos dos coronéis, grandes proprietários de terras que tinham força política e mantinham sob seu controle grupos de homens armados. Em Mato Grosso essa força era usada nas disputas políticas contra outros coronéis e também para reprimir qualquer tentativa de resistência ao seu poder por parte dos trabalhadores.

Havia um conflito histórico entre as elites da parte norte e sul de Mato Grosso, pois o poder estava centralizado em torno da capital e a classe dominante localizada no sul sentia que não era atendida em seus interesses.

Desde o início da colonização da região, o norte era o centro político, pois era aonde estavam as minas (principal atividade econômica da capitania na época), e a parte sul da região era mais um lugar de passagem e os núcleos populacionais resumiam-se a localidades onde ficavam os fortes para a defesa da fronteira.

¹⁵⁵ CORREA, 1995. pág. 29

¹⁵⁶ NIJS Pág 17-20 in: GALETTI, Lylian Guedes. *O poder das imagens: o lugar de Mato Grosso no mapa da civilização*. Campinas: 1996.

Durante o século XIX a região sul do estado passou por um desenvolvimento de suas atividades econômicas, principalmente após a Guerra do Paraguai e depois com a construção de ferrovias que ligavam a região ao sudeste.

As elites da parte sul viam no separatismo a forma de viabilizar o seu poder de mando local. Os grandes coronéis do sul constituíram um regionalismo específico de cunho separatista e ligado as idéias federalistas que tiveram forte influência do Rio Grande do Sul. Havia uma alternância de poder entre a elite do norte e a elite do sul, viabilizada através do processo eleitoral ou das “revoluções”.

Na disputa entre as elites do norte e do sul de Mato Grosso, os intelectuais de ambos os lados usavam das imagens de Mato Grosso como fronteira. Os do norte, atribuindo o atraso a uma fatalidade geográfica, o isolamento, mas que as qualidades mesmas dos paulistas, das elites do norte, traria o progresso para a região. Os mestiços e os índios continuavam a ser vistos como indolentes e preguiçosos.

Os intelectuais do sul caracterizavam os nativos do norte como indolentes e preguiçosos e viam-se como os descendentes do gaúcho, por isso empreendedores e audaciosos, mais capazes de cumprir a missão progressista, sendo inquestionáveis os superiores sinais de progresso do sul de Mato Grosso.

Os grupos de oposição faziam as “revoluções” quando o governo instituído feria o interesse de algum coronel. Estes arregimentavam um grupo de homens e levantavam-se em armas contra o governo. O governo, e as elites que este representava, também organizavam batalhões em sua defesa, dando-se o conflito.

Este termo “revolução”, que evoca entre nós lembranças patrióticas, em Cuiabá (...) resume uma situação bem diferente (...) é difícil pensar sem espanto, que as pessoas diante deste estado de coisas, nesses povos turbulentos, fazem e desfazem prazerosamente de seus governos, e que esses governos, eles próprios, sistematicamente desfazem tudo aquilo que foi deixado pelos seus predecessores. A instabilidade dos poderes e a falta

*de confiança, sua corolária, impedem toda a expansão comercial, sufocando todas as suas iniciativas*¹⁵⁷

Como as disputas políticas geralmente davam-se no âmbito da luta armada, os coronéis relacionavam-se com os bandidos. Os bandidos eram grupos de homens armados arrebanhados nas camadas marginais, que agiam apoiadas no poder dos coronéis, que os usavam como aliados e dependentes nos conflitos pelo poder.

Alguns destes grupos não tinham a liderança de um coronel, sua ação fugia ao controle das autoridades, formados por marginalizados que realmente buscavam resistir a opressão dos grupos dominantes. A violência manifestava um meio de vida, pois estes não se submetiam ao controle das autoridades, faziam alianças com os pequenos povoados que os escondiam da força repressiva.¹⁵⁸

Como eram constantes estes conflitos entendemos porque os mato-grossenses eram chamados de povo armado. As armas distribuídas durante os conflitos permaneciam de posse dos bandidos.

Todos eram trabalhadores e soldados a serviço do coronel que impunha uma relação unilateral e similar a escravidão (ou semi-escravidão), não permitindo aos trabalhadores nenhuma alternativa de sobrevivência fora do latifúndio¹⁵⁹.

O grupo de coronéis que formavam a elite de Mato Grosso era composto pelos grandes proprietários de terra. Eram na sua maioria usineiros de açúcar, grandes fazendeiros e pecuaristas, arrendatários que organizavam a extração da poaia, seringa e erva-mate. Dentre os coronéis que dominaram a política no Estado de Mato Grosso, se destacaram principalmente os usineiros da cana-de-açúcar e estes mantinham, sob severo controle os trabalhadores de sua propriedade que viviam num regime de semi-escravidão.

Mas os coronéis não eram somente os grandes proprietários rurais. Outra categoria que ganhou expressão econômica e que mantinha estreita

¹⁵⁷ NIJS Pág 17-20 in: GALETTI, Lylian Guedes. *O poder das imagens: o lugar de Mato Grosso no mapa da civilização*. Campinas: 1996.

¹⁵⁸ ALEIXO, 1995.

¹⁵⁹ CORREA, 1987.

relação com as anteriores eram os comerciantes. Nas cidades os comerciantes tinham um grande prestígio político por serem pessoas de grande riqueza e também pelos *“benefícios que distribuía aos que o procuravam”*, garantindo assim a fidelidade política.

Uma mostra deste poder foi o caso da morte do *“coronel Mendonça um dos vultos mais estimados da villa (Campo Grande), não só por ser Chefe da casa commercial de maior importância d’ella, como também pelos benefícios que distribuia aos que o procuravam em momentos críticos”*. O seu assassinato provocou uma *“comoção popular”* e para fazer justiça e linchar os culpados de sua morte foram mobilizados *“um grupo de amigos, em número de cem mais ou menos, todos armados”* o que demonstra a força destes coronéis.¹⁶⁰

A polícia não tinha a mínima estrutura para enfrentar estes homens armados e por isso os autores do crime, Espindola e Marcondes, tiveram que refugiar-se no quartel onde *“se tinham posto sob a guarda da força federal”* para garantir a sua sobrevivência.

A força policial se via constantemente ameaçada pelos bandos dos coronéis, porque não tinham condições de revidar no conflito destes com a *“autoridade constituída”*. Apesar de saber da existência dos grupos armados, conhecer exatamente os responsáveis pelos bandos e estar claro que era uma atividade ilegal, a única coisa que a polícia poderia fazer era *“aconselhar”* o responsável em *“dissolver taes grupos”* pois ela não tinha forças para reprimir estas práticas ilegais.

O cidadão João Ramos, cercado de bandidos e criminosos, com o fim de promover distúrbios e desautorizar as autoridades legais, atingindo já a ameaça e não convindo absolutamente a continuação de grupos armados, cuja existência constitue um crime previsto nas leis da República é um atentado a tranqüilidade pública, aconselho-vos a dissolver taes grupos, depois de desarmados, afim de que pessoas que compõe se entreguem ao trabalho que é a base da prosperidade e da paz de nosso pais. Desde este momento vos responsabilizo por qualquer facto que se der, não só contra a autoridade constituída, mas também

¹⁶⁰ Relatório das diligencias efectuadas por ordem do Governo pelo Dr. Deocleciano de Canto Menezes - Chefe de polícia do Estado, 1913.

*contra os cidadãos pacíficos dessa localidade. Certo de que meu apelo será atendido, subscrevo-me*¹⁶¹.

Estes grupos armados de bandidos compunham parte da força política dos coronéis e eram usados nos conflitos armados entre os grupos da elite quando disputavam o poder.

A própria polícia muitas vezes estava a serviço destes coronéis, apesar de podermos observar casos em que esta se colocava contra os interesses de certos setores da classe dominante. Mas ainda era no período uma instituição frágil, não contava com estrutura e contingente suficiente para fazer frente ao poder dos coronéis.

*O corpo de policia militar do Estado, creado pela lei nº 09 de 1892 e composto de duas companhias de infantaria com o total de 9 officiaes e 206 praças de prot. Não se poude completar ainda, apesar das vantagens concedidas aos que se contractarem por 6 annos, que é o maximo do tempo de serviço, bem como nos que se engajarem por mais 3 annos.*¹⁶²

Portanto a população estava a mercê do poder dos grandes coronéis, que usavam da violência de grupos de homens armados que se colocavam a seu serviço, ou mesmo a força da polícia para impor o seu domínio sobre os trabalhadores.

As relações de trabalho que se constituíram após a abolição da escravidão estavam diretamente ligadas ao grande poder dos coronéis, apoiado na violência e no paternalismo, que serviam como meio de arregimentar trabalhadores e garantir a regularidade da oferta de mão-de-obra para os diferentes trabalhos para os grandes proprietários.

¹⁶¹ Relatório das diligencias efectuadas por ordem do Governo pelo Dr. Deocleciano de Canto Menezes - Chefe de polícia do Estado, 1913.

¹⁶² Ibidem.

Capítulo III - As relações de trabalho em Mato Grosso– exploração e violência

1. Legislação e mercado de trabalho

Como apontamos anteriormente, por um longo período, o sistema escravista apoiado pelo tráfico negreiro, garantia a oferta de trabalhadores e mantinha a sua disciplina através da violência. Mas com os constantes ataques ao sistema escravista, a partir da segunda metade do século XIX começaram a surgir as primeiras tentativas em formar um mercado de trabalho composto por trabalhadores livres.

O governo imperial criou algumas colônias nas províncias do sul do país oferecendo terra e incentivos à colonos europeus. Na metade do século XIX os fazendeiros da região produtora de café começaram fazer as primeiras experiências em introduzir o imigrante europeu para substituir o trabalhador escravo no trabalho das fazendas.

Já em 1846 o senador Vergueiro trouxe 364 famílias de imigrantes alemães e suíços para trabalhar nas suas plantações de café, no oeste paulista. Em 1852 sua empresa, Vergueiro e Cia., em parceria com o governo do estado, trouxe 1500 colonos estrangeiros. A empresa passou a ser uma agenciadora de mão-de-obra, responsável em trazer anualmente uma cota de 100 colonos.¹⁶³

Neste período o trabalho livre passou por uma degradação, pois este recebeu parte do status do trabalho escravo, fazendo surgir conflitos entre fazendeiros e trabalhadores. A mentalidade dos fazendeiros não mudou tão rápido como o sistema de trabalho em suas fazendas.

¹⁶³ KOWARICK, 1994, pág. 66.

Os imigrantes que trabalhavam nas grandes fazendas eram extremamente explorados e muitas vezes recebiam o mesmo tratamento dos escravos. Muitos destes trabalhadores reagiram e fizeram movimentos contra as péssimas condições de trabalho e os governos da Europa mediante as denúncias de escravização destes colonos passaram a proibir a imigração para o Brasil.

Para resolver estes problemas e para disciplinar o mercado de trabalho assalariado no Brasil foi necessário criar diferentes leis. Estas leis buscavam garantir que os trabalhadores livres se sujeitassem a ingressar no mercado de trabalho assalariado e também regulavam as relações de trabalho entre patrões e empregados, buscando definir as obrigações de cada um.

A primeira foi a Lei 108 de 11 de outubro de 1837 que tratava da prestação de serviços dos trabalhadores imigrantes. Esta lei foi criada numa época em que a elite começava a buscar recrutar trabalhadores nos países estrangeiros através de sociedades de colonização, como mão-de-obra alternativa ao escravo.

Os patrões para recrutar mão-de-obra no estrangeiro pagavam o custeio da viagem e de manutenção do trabalhador. Em troca o imigrante deveria trabalhar até pagar estas dívidas além de cumprir o tempo estipulado pelo contrato de prestação de serviço.

Para garantir a oferta desta mão-de-obra para os fazendeiros era necessário imobilizar os imigrantes, evitando que estes saldasse suas dívidas e tivessem liberdade para buscar terras para tornarem-se pequenos proprietários.¹⁶⁴

Os imigrantes não podiam abandonar o seu emprego enquanto não pagassem suas dívidas podendo até serem presos. Esta lei buscava garantir que o trabalhador não abandonasse o seu trabalho criando um mecanismo que prendia o trabalhador ao seu patrão. Afinal de contas dificilmente os trabalhadores conseguiam pagar suas dívidas.

¹⁶⁴ KOWARICK, 1994, pág. 67.

O trabalhador que abandonasse seu trabalho sem justa causa antes de completar o tempo de contrato também era preso. Somente seria solto, se pagasse em dobro tudo o que devia ao locatário. Mas se este não tivesse como pagar, teria que trabalhar para o seu patrão de graça todo o tempo que faltasse para completar o tempo do contrato. Mas se tentasse novamente fugir seria preso e condenado a trabalhar até acabar o tempo do contrato.

Esta lei também buscava regular a forma de controle e disciplina do trabalho de menores estrangeiros. A lei definia que os responsáveis pelos menores seriam penalizados se estes não cumprissem os contratos de trabalho. O salário do menor ficaria metade com o patrão ou o juiz de órfãos e a outra metade o menor ganharia quando cessasse o serviço ou completasse a maioridade.

Também tratava do cancelamento do contrato, definindo como causas justas para demissão: a invalidez, a prisão, a embriaguez, a injúria e a imperícia. Caso o trabalhador fosse demitido sem justa causa o locatário deveria pagar todos os vencimentos para o trabalhador.

Mas o trabalhador demitido por justa causa era obrigado a pagar ao patrão tudo que lhe devia. Caso não pagasse era preso e condenado a trabalhar nas obras públicas pelo tempo necessário para que pudesse pagar o que devia ao seu patrão. Se não houvesse obras públicas, em que pudesse trabalhar era preso e obrigado a trabalhar pelo tempo restante para completar o seu contrato: não podendo, todavia, a condenação exceder a dois anos.

A lei buscava ainda definir quais as situações consideradas justas para que os trabalhadores pudessem demitir-se. Era causa justa para rescisão do contrato por parte do trabalhador: o não cumprimento do contrato pelo patrão, se o patrão ferisse o trabalhador, ou injuriasse a honra de sua mulher, filhos ou pessoas de sua família, se o patrão exigisse do trabalhador serviços não compreendidos no contrato. Nestes casos o trabalhador não seria obrigado a pagar suas dívidas com seu patrão

Outro meio para obrigar os trabalhadores a cumprirem os seus contratos de trabalho era a obrigação do colono apresentar as autoridades um salvo

conduto dado pelo seu patrão. A falta deste título significava que o trabalhador ausentou-se indevidamente.

A lei também proibia que o locatário aliciasse colonos já contratados por outro locatário e previa penas de prisão e multas.

Esta lei estava preocupada principalmente em dar garantias aos grandes proprietários que teriam mão-de-obra para o trabalho nas fazendas. Para tanto criava medidas coercitivas para obrigar os trabalhadores a cumprirem o seu contrato de trabalho. Também havia a preocupação em criar mecanismos para garantir que os patrões recebessem os adiantamentos dados aos colonos para viagem e custeio.

Mas na prática estes mecanismos acabaram dificultando o recrutamento de trabalhadores estrangeiros. Este sistema onde havia um rígido controle sobre o trabalhador e que previa até prisão por dívida, piorava a imagem do país que já era mal visto pela existência da escravidão, o que fazia com que os imigrantes temessem a se aventurarem.

Outra desvantagem que a lei trazia para os patrões eram as penas de prisão para estes trabalhadores, que na prática não resolviam o problema dos grandes fazendeiros, pois estavam mais interessados em ter garantida a sua mão-de-obra para os diferentes trabalhos.

A lei de 1837 também falhava, pois não previa o que fazer em certos casos que traziam grandes transtornos para os fazendeiros. A lei não tratava dos casos de greve e dos protestos como a queima da lavoura, do que fazer se os trabalhadores simplesmente se recusassem a trabalhar ou fizesse corpo mole.

Por isso, as fazendas de café adotaram regimes alternativos a esta lei. No início adotaram o regime de parceria, que pressupunha a divisão do produto da colheita entre o proprietário e o trabalhador. Cabia ao fazendeiro investir capital, representado pelas terras e as plantações, e ao trabalhador, cultivar os pés de café, limpar a terra e colher os grãos¹⁶⁵.

¹⁶⁵ IANNI, 1975.

A desvantagem deste sistema para os lavradores era o risco e a insegurança, já que a divisão, entre o fazendeiro e o trabalhador, era do lucro líquido, depois de deduzido os gastos com a limpeza do produto, transporte, armazenagem, comissões aos corretores, quebras por acidentes, umidade, etc.

Segundo o contrato de parceria o fazendeiro deveria financiar o transporte, os gastos com a viagem, a instalação, manutenção do colono e sua família. Por sua vez os colonos deveriam plantar e cuidar de um determinado número de pés de cafés. Se quisessem poderiam usar áreas livres dentro da propriedade, os espaços entre os pés de café por exemplo, para no seu tempo livre, plantar outros produtos para auxiliar na sua subsistência ou comercializá-los no mercado local.¹⁶⁶

Esse sistema ficou conhecido como parceria de endividamento, por que os imigrantes estavam presos por um círculo de endividamento. Os fazendeiros ofereciam mantimentos aos imigrantes mas o seu trabalho nunca era suficiente para saldar as novas dívidas.

Denúncias de maus tratos e de que estes imigrantes estivessem sendo “escravizados” fizeram muitos países proibir a vinda de emigrantes para o Brasil. Para resolver os problemas com os imigrantes e com os governos das nações de onde estes vinham, o regime de parceria foi substituído pelo regime de colonato, onde os trabalhadores passaram a receber um salário fixo por seu trabalho.

Isso foi possível porque com o tempo o governo passou a pagar o transporte dos imigrantes para o Brasil, deixando os trabalhadores livres para oferecer sua mão-de-obra de acordo com a necessidade e oferta do mercado¹⁶⁷.

“Os poderes públicos as estimularam (a imigração sic) direta e indiretamente, função das pressões oriundas da cafeicultura e outros interesses privados, ou das autoridades provinciais”¹⁶⁸.

¹⁶⁶ KOWARICK, 1994, pág. 68.

¹⁶⁷ PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*, 3 edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1953.

¹⁶⁸ IANNI, 1975.

No dia 15 de março de 1879 foi aprovada a lei nº 2827 que tratava da Locação de Serviços. Esta lei era mais completa do que a de 1837, e foi aplicada tanto para regular as relações de trabalho com os trabalhadores nacionais livres e ex-escravos, como com os estrangeiros. Tratava da locação de serviços, a parceria agrícola e pecuária.

Assim como a lei de 1837 esta também buscava criar garantias ao empregador de que os trabalhadores cumpririam os contratos de prestação de serviço. Mas esta lei era muito mais completa quanto a regulamentação das relações entre trabalhadores e patrões definindo claramente os direitos e obrigações de cada um.

A lei proibia: a transferência de contrato para outro locatário, a cobrança de juros, obrigação de comprar e vender apenas do locatário, atraso dos salários, e permitia ao trabalhador estrangeiro rescindir contrato fora do Brasil se pagasse suas dívidas em um mês. A lei previa o tempo de duração máxima dos contratos de trabalho: 7 para libertos, 6 para nacionais e 5 para estrangeiros.

O trabalhador poderia ser despedido por justa causa pelo patrão em caso doença, embriaguez, injúria, imperícia ou insubordinação. Pela lei caso o trabalhador fosse demitido por justa causa ainda assim teria o direito ao seu salário descontado suas dívidas. Mas em caso de demissão sem justa causa o patrão deveria pagar ao trabalhador os salários até o termino do contrato

A lei previa também a possibilidade do trabalhador abandonar o seu emprego em caso de falta de pagamento, imposição de serviços estranhos ao contrato, enfermidade, casamento, se o patrão obrigasse o trabalhador a comprar e vender produtos somente para ele, ferimento ou injúria.

Apesar dos “direitos” estabelecidos, esta lei não melhorou as condições de trabalho dos trabalhadores assalariados. Por um lado a lei criava mecanismos que permitiam aos fazendeiros coagirem os trabalhadores a permanecer trabalhando para estes até o termino dos contratos ou até o pagamento das suas dívidas. E por outro lado muitos dos direitos dos trabalhadores, que a lei estabelecia, na prática, não eram respeitados pelos grandes proprietários.

Podemos observar o exemplo da proibição em obrigar os trabalhadores a apenas comprarem dos armazéns do patrão. Apesar da lei proibir, esta era uma prática que existia em Mato Grosso em quase todas as atividades econômicas mesmo até o final da Primeira República.

Outro exemplo é o caso de ferimento aos trabalhadores, que poderiam abandonar seus empregos caso fossem agredidos por seu patrão ou pelo encarregado. Sabemos que em Mato Grosso era muito comum nas grandes propriedades rurais, principalmente nas usinas, a presença do tronco, onde eram aplicados castigos físicos para disciplinar a mão-de-obra.

Apesar destes casos não serem características exclusivas de Mato Grosso, para entender melhor esta extrema exploração dos trabalhadores livres, buscarei através da análise das relações de trabalho, que se constituíram no Estado, discutir mais a fundo o processo de formação do mercado de trabalho assalariado em Mato Grosso.

2. As condições de trabalho em Mato Grosso

Dentro da discussão sobre a formação do mercado de trabalho assalariado em Mato Grosso também entendo ser importante tratar das relações de trabalho que se constituíram na região. Apesar de podermos generalizar certos aspectos das relações de trabalho assalariado em Mato Grosso, e mesmo no Brasil, é importante entendermos as particularidades na composição desta mão-de-obra, os diferentes meios de arregimentação e as condições de trabalho em cada uma destas atividades econômicas que se desenvolveram na região: a produção de cana de açúcar e as modernas usinas, a extração da poaia, da borracha e da erva-mate e a pecuária.

Após a guerra do Paraguai, com a abertura da navegação do rio Paraguai, o comércio de Mato Grosso recebeu um forte impulso, fazendo surgir importantes portos nas cidades de Corumbá, Cáceres e Cuiabá, por onde entravam mercadorias, máquinas e equipamentos e eram escoadas as matérias primas da região. Corumbá tornou-se um dos mais importantes centros comerciais do estado, importador e exportador, com estabelecimentos comerciais, casas bancárias, etc.

Além do comércio, as relações capitalistas chegaram à produção, desenvolvendo-se várias atividades produtivas no Estado. No início do século XX a exportação de Mato Grosso já começa a ganhar importância, fornecendo para o mercado local, nacional e internacional, produtos como: açúcar, borracha, poaia, madeira, peixe, carne bovina, couro de animais, penas, erva-mate, minerais, ervas e raízes medicinais ¹⁶⁹.

Durante a Primeira República a produção da cana-de-açúcar assume um papel importante na economia regional mato-grossense, dando força política aos proprietários de usinas, que tornaram-se os grandes coronéis em Mato Grosso.

¹⁶⁹ CASTRO, M. Inês e GALETTI, Lylia S. Guedes. *História do uso da biodiversidade em Mato Grosso*. 1994.

Os engenhos de açúcar já existiam na região próxima a Cuiabá desde o período colonial, e estes usavam como força motriz a tração animal e a água. Porém a partir do final do século XIX, com a abertura da navegação do rio Paraguai e com a entrada de capitais estrangeiros, o comércio regional ganhou novo impulso.

Os engenhos se transformaram em modernas usinas onde se produzia açúcar e aguardente que atendiam o mercado interno e de fronteira¹⁷⁰.

A usina Conceição, iniciada em 1896, importou suas máquinas da Inglaterra. A Itaicy, do coronel Totó Paes, também iniciada em 1896, foi a mais moderna do Estado, contou com financiamento argentino e maquinaria da Alemanha. A usina Ressaca também utilizou maquinaria oriunda da Alemanha¹⁷¹.

Enquanto os engenhos mais antigos estavam localizados, na sua maioria, na região de Chapada dos Guimarães, as usinas de açúcar estavam localizadas predominantemente ao longo do rio Cuiabá. Estas possuíam portos particulares para receber a produção de cana de outros produtores e para exportar a sua produção.

Nas usinas havia um contraste entre o que poderia ser considerado moderno e o atrasado. Ao mesmo tempo em que as usinas tinham casas para os trabalhadores, escolas, luz elétrica e bandas de música, as condições de trabalho não diferenciavam em muito da escravidão.

Primeiro por que a jornada de trabalho era exaustiva, começava antes do amanhecer e ia até a noite, chegando a mais ou menos 15 horas por dia. Era exercido um controle violento sobre os trabalhadores, aqueles que não seguiam a disciplina imposta pelo patrão ou que tentassem fugir estavam sujeitos a todo tipo de violência e castigos corporais, desde ser presos na solitária ou açoitados nos troncos que existiam nas usinas.

¹⁷⁰ ALEIXO, 1984. O mercado de fronteira engloba o Paraguai e a Bolívia.

¹⁷¹ CORREA, 1987.

Nos jornais da época eram comuns denúncias contra os maus tratos aplicados aos trabalhadores das usinas e a comparação de seu sistema de trabalho com as relações escravistas. Apesar de entendermos que muitas das denúncias tinham uma conotação política, pois buscavam ferir a imagem dos usineiros, que geralmente eram pessoas envolvidas nas disputas pelo poder, não podemos negar que as relações a que os trabalhadores estavam submetidos eram de extrema exploração e violência.

*Há muito tempo que se conhece tanto em Mato Grosso como na capital federal onde a imprensa tem feito revelações dos bárbaros castigos postos em prática naquela nova Bastilha, o escravismo ao qual reduziu o numeroso pessoal daquele estabelecimento*¹⁷².

Os trabalhadores assalariados além de estarem submetidos a uma dura disciplina de trabalho viviam num tipo de escravidão por dívida. Legalmente eram livres, mas eram forçados a permanecer sob a tutela do usineiro, através de mecanismos que o prendiam ao trabalho na usina. Os trabalhadores estavam sempre endividados e os usineiros os obrigavam pelo uso da força a permanecer trabalhando nas usinas para cumprirem os seus contratos de trabalho ou até pagarem as suas dívidas.

Mas como os trabalhadores ficavam endividados com os usineiros? E por que estes simplesmente não pagavam as suas dívidas ficando finalmente livres?

Para arregimentar esta mão-de-obra era oferecido pelo fazendeiro um adiantamento que passava a se constituir como uma dívida do trabalhador com o seu patrão. Para pagar este adiantamento e quitar os seus gastos de manutenção o empregado teria direito a uma remuneração que receberia periodicamente. No caso dos trabalhadores das usinas que estavam em contato direto com seu patrão e viviam dentro da propriedade, na maior parte das vezes, recebiam pagamento semanal.

Mas os trabalhadores geralmente não recebiam um salário justo e suas dívidas ainda aumentavam. Isto ocorria por que os trabalhadores das usinas eram obrigados a consumir dos armazéns do usineiro, que fornecia para estes tudo que precisavam desde alimentos, roupas, ferramentas, etc que eram

¹⁷² CORREA, 1987.

anotados numa caderneta e descontados de seu salário. Como o que ganhavam era pouco e as mercadorias eram supervalorizadas o seu trabalho nunca era suficiente para saldar as suas dívidas.

*Quanto aos débitos que eles possuem na Usina é muito fácil de explicar a razão. Desde que o camarada se ajusta na Usina vem com dívida durante o tempo em que ele trabalha retira roupas, fazendas e etc., para por em conta pois, vem recebendo ele o seu salário semanal e como atestam os livros do escrito e nunca deixando uns dez réis para amortizar o débito, este depois de um certo número de meses só tende a aumentar. Deste modo sem indenização o individuo que trabalhava na Usina tem sempre débito e d'ahi a grita de serem escravizados*¹⁷³

Os coronéis usavam o discurso de que os trabalhadores em Mato Grosso eram preguiçosos e indolentes também para justificar estas relações de trabalho marcadas pela violência e dependência. Os coronéis culpavam os trabalhadores pela necessidade do uso da força e de medidas corretivas, afirmando que estes não eram afeitos ao trabalho e sempre faziam corpo mole, eram pessoas de má índole entregues ao ócio e ao vício.

*para quem vive na cidade longe do contato com a classe de trabalhadores é muito fácil em pensar e formular hosana aos pobres escravizados, no dizer do denunciante, mas quem vive diariamente em contato com eles sabe quanta dor de cabeça dão estes com as contínuas manhas de não quererem fazer nada sim só em andar de roubar garrações de álcool*¹⁷⁴.

A visão de que o trabalhador era vadio também servia para justificar o sistema de endividamento, que segundo os coronéis, era a única maneira de poderem arregimentar esta mão-de-obra, pois de outra forma estes trabalhadores não se sujeitariam ao trabalho.

*Quanto a questão, propriamente entre camaradas e patrões é racionalmente impossível que se queira de um momento para outro, com propagandas subversivas, substituir um costume e implantado pelos nossos maiores e que tem sido seguido até nossos dias. A rotina até aqui seguida de se dar ao trabalhador adiantadamente, certa quantia por conta, foi e é o único meio de se obter o serviço desejado*¹⁷⁵.

¹⁷³ Jornal: A Semmana 10 de outubro de 1926, numero 18.

¹⁷⁴ CORREA, 1987.

¹⁷⁵ Ibidem.

Pelo artigo do jornal podemos perceber que este sistema foi constituído pelo “costume”, ou seja, já era uma prática antiga na região e que não estava amparado pelas leis. Na realidade, ao contrário, a legislação buscava coibir estas práticas que prendiam os trabalhadores aos seus patrões através das dívidas.

Outra informação importante que podemos extrair desta passagem do artigo é que existiam pessoas que faziam propagandas “subversivas” e criticavam este sistema de dependência. Tanto que foi necessário um representante da elite se expor publicamente através dos jornais rebatendo as críticas e defendendo este sistema.

Na seqüência o fazendeiro ainda reclamava de ter que dar este adiantamento, primeiro porque este recurso muitas vezes era uma *“somma muito maior quando antigamente se adquirira o escravo, tendo como garantia única do seu dinheiro a promessa do serviço”*¹⁷⁶.

Quando os fazendeiros compravam os seus escravos estavam certos que estes estariam obrigados pela lei a trabalhar para estes. O sistema escravista garantia que sempre haveria oferta de mão-de-obra e que estes estariam submetidos a um regime marcado pela violência que garantiria a disciplina dos trabalhadores.

Segundo pela insegurança, pois depois de feito o investimento de seu capital, que era o adiantamento ao trabalhador, os fazendeiros não tinham garantias de que teriam o retorno esperado pois temiam que os trabalhadores abandonassem seus empregos sem pagar as suas dívidas ou antes do término dos seus contratos.

Os grandes proprietários diziam que *“não é justo portanto que estes indivíduos, não cumprindo esses compromissos deixem de trabalhar, por que se o proprietário tem suas letras á pagar o que se verifica fatalmente no dia do vencimento, esse indivíduo que só tem o seu braço e por isso pediu dinheiro adiantado, deve também ser obrigado a trabalhar”*¹⁷⁷.

¹⁷⁶ CORREA, 1987.

¹⁷⁷ Ibidem.

Este artigo mostra com bastante clareza como deveria ser o sistema de trabalho e a relação entre trabalhadores e patrões, na visão dos grandes proprietários de terra. Os trabalhadores após receberem o adiantamento deveriam trabalhar até pagarem as suas dívidas. Caso não quisessem trabalhar para cumprir o contrato e tentassem fugir deveriam existir meios para obrigá-los a permanecer no serviço até pagarem as suas dívidas.

Este meio era a força, legal ou não, que servia aos interesses do coronel, responsável pela disciplina dos trabalhadores. Além das leis que existiam que previam punições para aqueles trabalhadores que não cumprissem o seu contrato, os coronéis contavam com uma força particular para garantir a disciplina dos trabalhadores.

A força disciplinadora das usinas era composta pelo corpo de vigilantes, os capatazes e capangas, os chefes do armazém e os administradores. Essa força estendia-se além da propriedade, atingindo os caminhos, os portos, os lugarejos e as cidades.

Os trabalhadores eram dominados pela força das tropas particulares dos coronéis, que tinham o apoio legal, já que eram os coronéis que nomeavam os delegados de polícia e indicavam as pessoas da Câmara e da Intendência.

Os próprios trabalhadores acabavam contribuindo para a manutenção do poder do coronel, pois eram obrigados a participar como soldados nos grupos armados dos coronéis, arregimentados em época de conflitos políticos entre os grupos que compunham a elite do estado.

Este pessoal além do trabalho que lhe é obrigado, próprio da usina, e com o qual enriquece o novo senhor feudal é também um corpo militarizado para a defesa e garantia do nefasto poderio que ostenta o Coronel Antonio Paes. Mas os homens livres não podem suportar por muito tempo o jugo e a opressão do coronel revoltando-se contra seu opressor. A revolta foi porém abafada e os insurgentes pagaram com a vida a tentativa de sua redenção. Foram fuzilados¹⁷⁸.

Como podemos observar na notícia deste jornal, muitas vezes os trabalhadores buscavam resistir à opressão em que viviam, mas qualquer

¹⁷⁸ Jornal: A reacção, Assunção, 30 de junho de 1902

tentativa de resistência era respondida através de uma dura repressão, que poderia chegar ao extermínio físico.

Mas mesmo assim alguns reagiam a esta violência, ou fazendo movimentos coletivos, ou mesmo individualmente, desobedecendo e se recusando a aceitar a disciplina imposta pelos patrões.

Uma das formas de luta eram aquelas pessoas que “nunca conformado com o serviço e procurando sempre pretexto para brigar” não aceitavam a disciplina chegando em alguns casos “a sacar de uma faca e ameaçar o encarregado do serviço da roça”. Estes trabalhadores que resistiam eram descritos como “desordeiro, cachaceiro tipo completo de vagabundo”.

A principal forma de luta era a fuga, no entanto estes eram perseguidos e obrigados à força a regressar ao trabalho. Nos casos de não serem encontrados, os capangas poderiam seqüestrar pessoas da família obrigando o trabalhador a se entregar na fazenda para saldar suas “dívidas”.

Cidadão Sebastião Padilha no Beco Sujo pelo usineiro Eduardo de Carvalho que lá sendo procurado um rapaz de nome Eugenio e não tendo encontrado, agarrou com um companheiro a mulher e duas filhas do mesmo, apesar dos protestos de diversas pessoas presentes. O pretexto naturalmente é bem conhecido, é sempre o mesmo: dívidas antigas na Usina São Miguel de sua propriedade, nunca são pagas por que o trabalhador ali condenado ao trabalho perpétuo e sem remuneração. O senhor Eduardo prendeu a mulher e as filhas para garantir as dívidas do marido...fe-la seguir para a usina¹⁷⁹

Envolver toda a família do trabalhador na produção era um mecanismo de controle utilizado pelos fazendeiros, garantindo a "fidelidade" do empregado. As tarefas eram divididas de acordo com a capacidade de cada membro, os pais deviam cuidar e disciplinar os filhos, criando uma ordem hierárquica que tinha o coronel na posição superior¹⁸⁰.

O lazer dos trabalhadores era partilhado junto com a família dos usineiros, assim como as festas de santos, casamentos e batizados. Esse paternalismo nas relações com os trabalhadores servia como arregimentador de mão-de-obra e como força eleitoral para o coronel.

¹⁷⁹ Jornal: O Ferrão, Cuiabá 24 de novembro de 1927

¹⁸⁰ ALEIXO, 1995.

O desrespeito aos direitos dos trabalhadores era tão grande que há casos até de denúncia de venda de pessoas.

*Por onde andaré em que Usina D. Izabel M. Pedrosa companheira do Sr. Manoel de Freitas, presa há 2 anos na fábrica de cerveja e trocada por 20 arrobas de assucar. Vença a legalidade para nos dar novo 13 de maio*¹⁸¹.

Além da produção de açúcar, desenvolveram-se na região várias atividades extrativas. O primeiro produto a ser explorado foi a poaia ou ipecacuanha que era extraída em Mato Grosso desde o início do século XIX. A poaia é um arbusto rico em emetina, substância utilizada para a fabricação de remédios. Era um produto importante, explorado na região próxima a Diamantino, de onde era levada para Montevideu e depois exportada para a Europa.

Desde o início de sua exploração, em meados do século XIX, utilizavam principalmente como mão-de-obra os trabalhadores livres assalariados e uma importante presença da mão-de-obra indígena, principalmente os Pareci.

É importante destacarmos que apesar da utilização da mão-de-obra de trabalhadores livres as condições de trabalho não eram muito diferentes do que viviam os escravos. Os trabalhadores viviam na dependência dos grandes proprietários de terras, que forneciam para os trabalhadores mantimentos, roupas e ferramentas para a sua sobrevivência.

Além das péssimas condições de trabalho os poaieiros enfrentavam muitos perigos, entre eles as doenças da região e os ataques de animais ou índios. A poaia era colhida na época das águas, por isso muitos acabavam doentes dada a insalubridade do ambiente.

Os poaieiros carregavam a produção em cestos, presos por uma tira em suas testas. O peso era tão grande que além do ferimento na cabeça provocada pela tira qualquer movimento poderia causar uma lesão grave na coluna.¹⁸²

¹⁸¹ Jornal: O Fife, de 26 de dezembro de 1924

¹⁸² SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *O processo Histórico de Mato Grosso*. 3ª. edição. Cuiabá: Editora Guaicurus, 1990.

Outra atividade econômica importante que arregimentou trabalhadores livres em Mato Grosso era a extração da borracha. Os preços do látex extraído das seringueiras da Amazônia explodem com a invenção do pneumático e a expansão da indústria automobilística nos Estados Unidos.

A produção brasileira cresce rapidamente e, em 1907, a borracha já é responsável por 23% do valor das exportações brasileiras. O recorde ocorre em 1912, quando são exportadas 42 mil toneladas de borracha.

A seringa já era explorada em Mato Grosso desde o século XIX, sua extração passou a ser estimulada pelo governo estadual que incentivava a exploração da borracha, concedendo prêmios e isentando de impostos municipais e provinciais aqueles que a extraíssem e a exportassem¹⁸³.

Somente a partir de 1888 a atividade passou a ser taxada de impostos de exportação. “*O Estado concedia aos interessados extensas áreas de terras devolutas, marcadamente na região Norte, nas proximidades do rio Guaporé e Arinos*”¹⁸⁴.

A extração da borracha era importante economicamente para o governo de Mato Grosso, tanto que “*entre 1909 e 1913, a borracha forneceu metade do orçamento estadual e até 1929 O Estado conseguiu manter a produção em atividade, ocupando o terceiro lugar na arrecadação estadual*”.¹⁸⁵ O governo passou a aumentar a fiscalização da comercialização, para evitar o contrabando realizado em direção a Bolívia, através do rio Boni.

O transporte da borracha era realizado por duas vias, na primeira a produção era escoada para a cidade de Cáceres, para depois ser levada via rio Paraguai para Corumbá, a outra era a cidade de Rosário Oeste, que transportava a mercadoria para o rio Amazonas¹⁸⁶.

A partir de 1910, no entanto, holandeses e ingleses desenvolveram plantações planejadas e com grande produtividade na Indonésia, Ceilão e Malásia. Em 1919 a borracha asiática já inunda o mercado internacional : das

¹⁸³ Lei de 1874 e 1884

¹⁸⁴ ALEIXO, 1995.

¹⁸⁵ KERCHE, 1999. pág. 53.

¹⁸⁶ ALEIXO, 1995.

423 mil toneladas comercializadas, apenas 34 mil toneladas são brasileiras. A produção da Amazônia definha e toda a região entra em decadência.

Apesar da concorrência asiática Mato Grosso conseguiu manter a produção em destaque até o ano de 1929. Mas com a crise de produção da borracha muitos dos antigos exploradores decidiram não investir mais na atividade devido ao alto risco, fechando os seus barracões ¹⁸⁷.

A exploração do látex foi fator decisivo na ocupação do Estado. Esta atividade atraiu grande contingente de nordestinos fugidos da seca. Na extração da seringa, inicialmente, o trabalhador livre tinha o controle do seu tempo, pois trabalhava por conta própria. Quando o Estado passou a fazer concessões à particulares de grandes áreas para a extração, os trabalhadores tornaram-se dependentes dos proprietários, foram acomodados nos barracões e ficaram sujeitos ao controle de capataz. Como nas usinas, os trabalhadores das atividades extrativas endividavam-se e tornavam-se cativos.

A extração da borracha também absorveu alguns grupos indígenas, principalmente os Paresi, como guias pelas cabeceiras dos rios. Os subgrupos Paresi vivenciaram um declínio populacional devido a atividade extrativista, que trouxe epidemias e desestabilizou a organização social, tirando homens das aldeias.

Segundo Valmir Batista Correa os seringais mato-grossense tornaram-se “verdadeiros campos de concentração”, isto explica-se pelas péssimas condições de trabalho e pelo severo controle exercido pelos patrões ¹⁸⁸.

Os trabalhadores eram controlados de uma forma bastante violenta, como nas usinas, não poderiam abandonar o seu patrão por estarem presos pelo sistema de caderneta, ou seja, os trabalhadores endividados nunca conseguiam quitar as suas dívidas, pois do que recebiam como pagamento pelos seus serviços eram descontados os gastos com a manutenção do trabalhador ficando este sempre endividado com o patrão.

¹⁸⁷ BORGES, 1992.

¹⁸⁸ CORREA, 1987.

Muitos dos trabalhadores lutaram para resistir, alguns chegaram a fazer uma greve no ano de 1914 em Rosário que foi reprimida através de uma força armada civil organizada pelo partido Republicano Conservador¹⁸⁹.

Para escoar a produção de seringa, e outros produtos brasileiros, pensou-se em construir uma ferrovia que ligasse o Brasil a Bolívia, projeto que tornou-se realidade após o Tratado de Petrópolis, assinado em 1903. Em 1912 a ferrovia Madeira-Mamoré foi concluída, mas nesse período pouco se exportava de seringa, mas a ferrovia foi mantida, mesmo em estado deficitário até 1929, quando faliu.

Na construção da ferrovia foram utilizados 21.817 trabalhadores, na sua maioria estrangeiros. Eram trabalhadores assalariados mas que na prática tornaram-se prisioneiros da empresa. Os operários já chegavam com uma dívida devido o transporte pago pela empresa. Somente poderiam regressar para o seu local de origem após dois anos de trabalho. Muitas foram as tentativas de resistência, alguns fugiam, outros se suicidavam, mas também foram organizados alguns movimentos e greves.

Após a Guerra do Paraguai a economia da região sul foi desestruturada permitindo a sua reorganização sobre outras bases. Foram ocupados os ervais localizados na fronteira entre Brasil e Paraguai e as terras devastadas pela guerra foram incorporadas pelos latifundiários da pecuária, que criaram grandes empresas de criação com capital estrangeiro.

No sul do estado, um dos grupos que compunham a elite, eram as pessoas ligadas a Companhia Matte e Laranjeira, responsável pela extração da erva-mate na região. A companhia foi fundada por Tomas Laranjeira, comerciante gaúcho, que trabalhou como fornecedor de mantimentos à comissão responsável em demarcar as fronteiras entre Brasil e Paraguai após a guerra, quando soube dos ervais nativos na região próxima a fronteira no sul de Mato Grosso.

¹⁸⁹ Matéria da Gazeta Oficial citada em CORREA, 1987.

Após 1874, quando terminou a expedição, Tomas tomou algumas áreas em Dourados, interessado em explorar a erva-mate para exportá-la¹⁹⁰. Em 1880 criou a empresa Matte e Laranjeira e começou a explorar os ervais¹⁹¹.

A partir de 1882 “*Tomas Laranjeira adquiriu o direito de explorar a erva-mate na parte localizada entre o marco do rincão de Júlio e as cabeceiras do rio Iguatemy*”¹⁹².

Depois Tomas Laranjeira se associou a Francisco Mendes formando a Mate Laranjeira Mendes e Cia. Tomas era responsável pela extração da erva mate no Brasil e Mendes pelo seu beneficiamento na Argentina. Mas a Mate e Laranjeira se tornou realmente uma grande empresa ao se associar ao Banco Rio-Mato Grosso que tinha ligação direta com a oligarquia dos Murtinhos.

*Em execução da lei n.º 23 de 1892 abriu se a concorrência publica, por 90 dias, para o arrendamento dos herveas nos terrenos devolutos compreendidos pelos rios Iguatemy e Paraná e linha de limites com a República do Paraguay, sendo preferida a proposta do Banco Rio e Matto-Grosso, com quem o thesouro do Estado celebrou o respectivo contracto.*¹⁹³

A Matte e Laranjeira monopolizava toda a produção de erva-mate da região, sua renda chegava a ultrapassar seis vezes a arrecadação do Estado. A coleta informal da erva-mate era duramente reprimida, tanto pelo governo estadual, que deixava de arrecadar os impostos desta parte da produção que era contrabandeada para fora do país, como pela força da companhia, que queria garantir o seu monopólio.

A atividade de extração da erva-mate acabou atraindo imigrantes de outras regiões, isso dificultava o controle e monopólio da empresa sobre os ervais. Por isso em 1907 Manuel Murtinho tomou medidas para que o fluxo migratório se deslocasse para outras partes do estado¹⁹⁴.

A empresa Matte e Laranjeira construiu um império dentro de Mato Grosso, possuía um vasto território composto pelas terras arrendadas onde

¹⁹⁰ BORGES, 1992.

¹⁹¹ CORREA, 1987.

¹⁹² BORGES, 1992. Decreto imperial nº 8.779, de 12 de dezembro de 1882.

¹⁹³ Mensagem do Presidente do estado de Matto Grosso dr. Manoel Jose Murtinho A Assembléia Legislativa em sua 2ª sessão ordinária aberta em 12 de maio de 1893.

¹⁹⁴ CORREA, 1987.

exercia um controle rígido. Também controlavam os portos dos rios, as estradas que abriam e as ferrovias que construíam.

A empresa utilizou-se primeiramente da mão-de-obra dos prisioneiros paraguaios que deveriam realizar trabalhos forçados, cedidos pelo governo paraguaio. Também foram utilizados imigrantes do Rio Grande do Sul que fugiram após a Revolução Federalista¹⁹⁵.

Os trabalhadores da Companhia eram assalariados por tarefas, mas acabavam sempre endividados por estarem obrigados a comprar os mantimentos e remédios nos armazéns da própria empresa.

Segundo o autor Valmir Batista Correa o armazém (comissaria) de propriedade da própria Companhia fornecia alimentos, roupas e outras necessidades, fazendo com que os trabalhadores ficassem cada vez mais endividados. Por mais que trabalhassem não conseguiam diminuir a suas dívidas.¹⁹⁶

Os mineiros, como eram chamados os trabalhadores dos ervais, não podiam abandonar o serviço na Companhia e a única maneira de sair da Companhia era fugindo. Como eram constantes as fugas foi criada na década de 20 uma força para-militar denominada Comotiveros, responsável pelo controle e repressão aos trabalhadores. Perseguiam os fugitivos até capturá-los, depois os matavam ou os traziam de volta para castiga-los como exemplo para outros trabalhadores.¹⁹⁷

Como já foi dito anteriormente haviam trabalhadores que colhiam erva mate por conta própria e de forma clandestina nas terras cedidas a Companhia. Estes também sofriam com a violência, eram punidos com castigos físicos ou mortos caso fossem pegos.

Após 1930, no período de Getúlio Vargas, há um incentivo à industrialização e aos pequenos proprietários de Santa Catarina e Paraná que cultivavam a erva-mate, que, aliado a outros fatores, causou o colapso da

¹⁹⁵ CORREA, 1987.

¹⁹⁶ Ibidem.

¹⁹⁷ Ibidem.

Matte e Laranjeira. Os seus ervais acabaram sendo então mais tarde ocupados por imigrantes sulistas.

Outra atividade econômica que se desenvolveu em Mato Grosso foi a pecuária, praticada na região desde o período colonial, para o abastecimento das minas e para transporte de mercadorias. As fazendas que surgiram em torno dos arraiais e vilas como fonte de auto-abastecimento, já no século XIX, assumiram um papel mercantil, visando o mercado externo¹⁹⁸. As criações concentraram-se, principalmente, próximas aos rios Paraguai, São Lourenço, Araguaia e Paraná.

A pecuária desenvolveu-se principalmente na região sul do Estado e realmente começou a ganhar importância econômica após a Guerra do Paraguai, chegando a representar no ano de 1878 e 1879 mais da metade das exportações da província¹⁹⁹.

A região sul de Mato Grosso foi invadida durante a Guerra do Paraguai e teve por isso sua economia desarticulada, as terras foram abandonadas e as criações perdidas no conflito. A região após a guerra, além das dificuldades econômicas, passou a conviver com a violência de grupos armados formados por desertores e ex-soldados que saqueavam a região²⁰⁰.

Esta terra foi reocupada de maneira que esta ficou na mão de um pequeno número de proprietários. Estes grandes fazendeiros concentravam uma grande parcela da terra do estado, e contratavam um pequeno número de trabalhadores, fazendo com que as pessoas dos núcleos urbanos próximos as fazendas ficassem cada vez mais pobres sem opção de ocupação.

Durante o século XIX a pecuária encontrou alguns empecilhos para se desenvolver na região, como por exemplo, os ataques indígenas, as doenças, e o contrabando. Mas no começo do século XX a pecuária já estava se consolidando como atividade econômica importante em Mato Grosso, que ganhou forte impulso com a construção da estrada de ferro na parte sul do estado²⁰¹.

¹⁹⁸ ALEIXO, 1995.

¹⁹⁹ BORGES, 1992.

²⁰⁰ CORREA, 1987.

²⁰¹ BORGES, 1992.

A instalação da estrada de ferro tornou mais barato o transporte dos animais, articulando a produção do estado com os estados de Minas Gerais e São Paulo. Surgiram núcleos urbanos ao longo da ferrovia que se tornaram entrepostos de comércio de gado, atraindo imigrantes²⁰².

Surgiram grandes fazendas de criação de gado, saladeiros que produziam: a carne salgada, o extrato de carne, o charque, beneficiavam a crina, o couro e o chifre para o mercado externo, principalmente para os países europeus e os Estados Unidos. Eram em geral empresas, de capital estrangeiro, formadas com milhares de hectares de terras junto aos rios Paraguai, São Lourenço e Cuiabá²⁰³.

As empresas estrangeiras montaram grandes companhias de criação de gado. As fazendas eram controladas pelas empresas estrangeiras: Brazil Land Cattle and Packing de origem americana, Brazilian Meat Company, Fomento Argentino Sud-Americano, The Miranda Estância Company, Sud-Americaine Belge S/A, Sociedade Anônima Rio Branco e The Água Limpa Syndicate²⁰⁴.

Na primeira década do século XX, dentro da pecuária, o principal produto de exportação era o couro, mas a partir de 1910 a exportação do gado em pé começou a se expandir e se tornou o mais importante.

A indústria de caldo e extrato de carne iniciou na fazenda chamada Descalvados no ano de 1880, mas somente nos primeiros anos do século XX passou a ter uma exportação satisfatória, embora ainda bastante inferior a outros produtos pecuários. A produção de charque começou em 1884 e passou a se desenvolver a partir de 1905, principalmente durante a Primeira Guerra Mundial²⁰⁵.

As fazendas utilizavam um reduzido número de trabalhadores como mão-de-obra: 15 a 20 pessoas cuidavam de até 50 mil cabeças de gado. Os trabalhadores das fazendas na região sul do Estado foram arregimentados inicialmente entre os índios e negros que lutaram na guerra ao lado das forças brasileiras ou os paraguaios que viviam na região.

²⁰² ALEIXO, 1995.

²⁰³ CORREA, 1987.

²⁰⁴ BORGES, 1992.

²⁰⁵ Ibidem.

Os trabalhadores na pecuária recebiam um baixíssimo salário, o que nem sempre representava uma desvantagem, já que estes tinham direito a uma porcentagem das novas crias do gado que cuidavam.

Os vaqueiros integraram os bandos armados das oligarquias do sul do Estado, constituíam assim a força política desses coronéis. Apesar da atividade aparentemente ser caracterizada pela autonomia do trabalhador, dada a sua possibilidade de movimentação, estas pessoas também estavam submetidas a uma dura disciplina, e estavam sempre presos dentro dos limites das grandes propriedades de seus patrões.

3. Os Trabalhadores urbanos se organizam

No final do século XIX e início do XX o Brasil iniciou um processo de industrialização, que atingiu principalmente as cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo. Eram indústrias de produção de bens de consumo que se desenvolveram aproveitando-se do cenário econômico internacional e das condições internas, como: capital disponível, grande oferta de matéria prima e de mão-de-obra.

Estas indústrias usaram como mão-de-obra os trabalhadores nacionais mas, principalmente, as grandes levadas de imigrantes que abandonaram a lavoura do café, ao verem as dificuldades de tornarem-se proprietários de terra, e migraram para as cidades em busca de oportunidades de ascensão social. Estes se direcionaram para as indústrias, como assalariados ou donos de seus próprios negócios. Os que não foram absorvidos pelas indústrias trabalhavam no comércio, no setor de serviços ou no setor informal.

Neste período estas cidades começaram a crescer desordenadamente, sem a mínima infra-estrutura, muitos bairros operários foram criados para acomodar os trabalhadores, onde eram péssimas as condições de vida, moradia e alimentação. Ao lado disso os trabalhadores urbanos viviam uma situação de extrema exploração, não havia uma legislação que os protegesse e instituísse direitos. A jornada de trabalho chegava a mais de 14 horas, as fábricas tinham péssimas condições de higiene e iluminação e os salários eram muito baixos.

Contra essa exploração e as péssimas condições de vida os operários construíram um movimento bastante forte. As primeiras organizações dos trabalhadores no Brasil são as Associações Mutualistas que não tinham como objetivo a luta contra os patrões e contra o Estado, apenas buscavam a sobrevivência do operário ajudando os trabalhadores em caso de doenças, acidentes de trabalho, morte, etc.

Aos poucos vão surgindo as Ligas ou Associações de Resistência que são organizações que já se propõem a resistir aos patrões e ao Estado, e definem como principal meio de luta a greve.

A principal linha política do movimento operário era o anarco-sindicalismo, que entendia que as entidades representativas dos trabalhadores deveriam ser independentes do Estado, organizadas pelos próprios operários.

Não se preocupavam em garantir suas organizações através de leis e, ao contrário, muitas vezes encaravam este enquadramento como algo negativo, pois estariam vinculando as suas entidades representativas ao Estado.²⁰⁶

Apesar da predominância do anarco-sindicalismo isso não quer dizer que o movimento operário do início do século XX possa ser resumido ou identificado ao movimento anarquista, porque a classe operária comporta diferentes influências e comportamentos. Mas também não podemos negar a influência anarquista entre os trabalhadores e a sua contribuição participando nos momentos importantes de organização e formação.²⁰⁷

As organizações dos trabalhadores sofriam uma dura repressão, muitos dos imigrantes foram perseguidos e acabaram expulsos do país. Os imigrantes participam ativamente do nascente movimento operário, muitos trazem para o Brasil idéias e práticas de luta e resistência que existiam na Europa. Estes muitas vezes estavam isolados do conjunto dos trabalhadores devido a sua nacionalidade e sua língua.

Neste contexto, os imigrantes não eram mais vistos, pela elite, como os representantes da ordem ou da civilização. Ao termos um grande número de imigrantes vivendo como operários e participando das organizações como lideranças estes passaram a ser vistos como inimigos da nação, estrangeiros que estavam ameaçando as estruturas de poder e trazendo a desordem para dentro do país.

²⁰⁶ CADERNO DE FORMAÇÃO N.º 6. As estruturas sindicais no Brasil. 2ª ed., São Paulo: s/ed., 1986. pág. .5-13.

²⁰⁷ TOLEDO, Edilene Teresinha. *Em torno do jornal O Amigo do Povo: os grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século*. In: CADERNOS AEL. Anarquismo e anarquistas. Campinas, UNICAMP/IFCH, v 8/9, 1998.

*Desde cedo, afinal, os dominantes vêem desmoronar a imagem disciplinada e laboriosa que haviam projetado sobre o imigrante europeu. “Nem da Ásia, nem da África”, os trabalhadores provenientes do sul da Europa, brancos e civilizados como se desejara, trazem consigo não apenas uma força de trabalho, mas todo um conjunto de expectativas, de valores e de tradições culturais. Ao entrarem no país, fazem explodir todas as projeções continuamente lançadas sobre seus ombros, procurando cada vez mais incisivamente afirmar sua própria identidade. Indolentes, preguiçosos, boêmios, grevistas ou anarquistas, segundo a representação imaginária construída pela sociedade burguesa, lutam para definir sua nova identidade, a partir dos sistemas de representações, dos valores e das crenças que lhes são próprios.*²⁰⁸

Podemos perceber algumas diferenças na composição da classe de trabalhadores da região sudeste e de Mato Grosso, que explicam em parte algumas diferenças do movimento de trabalhadores que se formou em cada região.

Como já pontuamos anteriormente a região não contou com a imigração de trabalhadores europeus como ocorreu nas regiões sul e sudeste que foram incorporados na lavoura do café e nos trabalhos urbanos. Em Mato Grosso os trabalhadores incorporados as atividades econômicas que se desenvolveram na região foram, predominantemente, os da própria região.

Na região sudeste os trabalhadores que participaram da formação das primeiras organizações eram trabalhadores urbanos, operários das fábricas e pequenos artesãos. Em Mato Grosso como no restante do país tivemos dentre os trabalhadores urbanos um início de organização dentro de algumas categorias. Consonante ao restante do país, algumas destas organizações profissionais tinham um perfil mais combativo e realizaram movimentos reivindicativos por melhores condições de trabalho, contra atraso de salários e pelo direito a organização.

Mesmo entre os trabalhadores do campo ocorreram experiências de resistência e tentativas de organização, mas que na prática, dada as condições, se constituíram mais como exceções dentro de um contexto mais amplo.

²⁰⁸ RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade Disciplinar: Brasil 1890-1930*, Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

Em Mato Grosso as primeiras organizações sindicais surgiram no setor de transporte, onde aconteceram os principais movimentos de reivindicação trabalhista. Os trabalhadores da navegação, das ferrovias e os motoristas se organizaram e fizeram movimentos reivindicativos.

Os trabalhadores no setor de navegação criaram organizações, principalmente nas cidades da região sul do estado de Mato Grosso. Em Corumbá no ano de 1917 foram fundados *O grêmio dos Machinistas da Marinha Civil* e a *Sociedade União dos Taifeiros* e em 1919 foi fundada a *Sociedade dos Marinheiros Unidos da Marinha Mercante* e o *Centro Operário de Corumbá*²⁰⁹.

Estas organizações se preocupavam em defender os interesses da classe de trabalhadores que representavam, lutavam contra os baixos salários e as demissões. Mas também se preocupavam em garantir uma formação intelectual, política e educacional. Buscavam despertar a consciência entre os trabalhadores da necessidade de estarem unidos para defenderem os seus interesses.

Estas entidades organizavam movimentos reivindicativos e usavam principalmente como instrumento de luta a greve. A paralisação dos trabalhos era considerada uma atividade ilegal, e como tal, os participantes eram vistos como criminosos que poderiam sofrer violência para serem coagidos a voltar ao trabalho ou serem presos para dar o exemplo.

*...houve, sem dúvida, como repercussão longínqua da agitação social própria da crise que atravessa o mundo, um outro movimento grevista, como aconteceu em Corumbá, Aquidauana, e na estrada de ferro Madeira-Mamoré, mas foi prontamente dominado pela polícia sem que a ordem pública sofresse grandemente com isso.*²¹⁰

As greves no setor de navegação eram consideradas de extrema gravidade pelos prejuízos econômicos que traziam para o estado. Era o principal meio de transporte e de comunicação do período, o que dava à categoria um grande poder de barganha. A paralisação das embarcações era

²⁰⁹ ALEIXO, 1995.

²¹⁰ Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa ao instalar-se a sua 3ª. Sessão ordinária da 11 Legislatura, em 7 de setembro de 1920, por D. Francisco de Aquino Correa, presidente do estado (pagina 74)

considerada uma atividade criminosa pelo governo e pelos patrões e portanto prontamente reprimidas pela polícia. A classe dominante buscava legitimar as ações repressivas através do discurso da ordem, as greves eram o caos e a força da lei deveria garantir a paz coletiva.

Os confederados aumentam a cada dia as suas exigências em obediência a estatutos e decisões de assembléias fazendo imposições ilegais e absurdas, criando-se assim uma situação de ameaça constante à navegação e conseqüentemente ao comércio, economia e à vida deste Estado²¹¹

Também surgiram movimentos reivindicativos entre os ferroviários. Já abordamos a luta dos trabalhadores que participaram da construção da ferrovia Madeira-mamoré, composta em grande parte por estrangeiros.

Em 1913 os operários da estrada de ferro noroeste fizeram uma greve, motivada por dez meses de salário atrasado. Podemos observar neste movimento algumas diferenças das idéias que apresentamos sobre os movimentos grevistas da época. A primeira idéia evidencia o fato de que os movimentos dos trabalhadores seriam sempre tachados como criminosos.

Longe de se colocar como uma atividade ilegal ou marginal, estes trabalhadores buscam o reconhecimento de seu movimento pelo poder público e para tanto comunicam via ofício ao Chefe de Polícia o caráter e as causas da greve, deixando bem claro quem eram os responsáveis pelo movimento. Os grevistas usam para legitimar o seu movimento o discurso de que o movimento era “pacífico e ordeiro”.

A Comissão abaixo assignada communica a V. Ex. que, desde de um d'este (outubro) os operários da Estrada Noroeste declaravam-se em greve sendo esta muito pacifica e ordeira. O motivo da greve é o atrazo de 10 mezes de vencimento, o que resulta completa miseria entre o pessoal. Confiando no vosso apoio ficamos as ordens de V. Ex. Não fica nem esta interrompida

²¹¹ Ofício de numero 310 da capitania do Porto do estado de Mato grosso ao presidente do Estado, em 18 de julho de 1923 Também ver Ofício da Capitania dos Portos dirigido ao ilmo. Dr. Virgílio Correa Filho, secretario Geral do estado de Mato Grosso, Corumbá, 18 de fevereiro de 1925 “ que o movimento comunista durante um ano suspendeu toda a navegação da República Argentina, atirou a estas paragens muitos indesejáveis e com eles sua idéias perniciosas. A policia Estadual, falha e pouco previdente não adotou medidas convenientes, datando dessa época toda série de perturbações ao trabalho livre, dentro da Lei. Fundaram-se toda série de Grêmios; o direito de greve usado e abusado pela massa bruta das tripulações começou a perturbar a navegação.”

*a comunicação e interesses do governo. (Assignado) Bernardino Ferreira.*²¹²

Segundo, a idéia de que as autoridades reprimiam severamente qualquer tentativa de movimento e de organização. O que podemos perceber é um tom conciliatório do Chefe de Polícia, que aconselha os operários “*de que não se realizem os ataques que consta serão levados a efeito contra o escriptorio do Empreiteiro Antonio Leite da Silva e o armazém do Coronel Alberto Passos, como também para que não seja paralyzado o trafego, permitindo que os trabalhadores dos empreiteiros continuem o serviço qualquer que elle seja*”.²¹³

Mesmo após receber a notícia de que os operários pretendiam “*atacar o acampamento do lageado e armazéns do coronel Passos*” a autoridade policial somente aconselhou os operários “*não sendo este um meio legal e sympathico de resolver vossa causa*”²¹⁴.

Este tom conciliador, buscando aconselhar os operários a “*não levar a effeito semelhante pretensão*” com certeza deve-se, por um lado, as dificuldades do poder público de reprimir este movimento, pois “*não tendo força sufficiente para impedir o pretendido ataque*” somente podia mandar o “*commandante do destacamento de Campo-Grande, acompanhado de quatro praças, afim de entregar aos chefes da greve um officio*” onde “*conscitava os mesmos a não praticarem aquelle acto, por que essa attitude offensiva, longe de resolver a situação em que se achavam empenhados, veria tornar antipathica sua causa, aliás justa*”.

Esta “tolerância” com os trabalhadores aparece como uma estratégia política, o chefe de polícia sem meios efetivos para evitar qualquer ação mais radical dos trabalhadores tenta se colocar na posição de mediador dos interesses dos operários, como “*o representante da autoridade constituída que só deseja a paz e a concórdia e que trabalha para que vossas reclamações sejam attendidas com justiça e sem prejuízo para vossos interesses*”²¹⁵.

²¹² Relatório das diligencias efectuadas por ordem do Governo pelo Dr. Deocleciano de Canto Menezes - Chefe de polícia do Estado, 1913.

²¹³ Ibidem

²¹⁴ Ibidem.

²¹⁵ Ibidem.

Através deste discurso o Chefe de Polícia busca construir a imagem de que estava preocupado em responder as reivindicações dos trabalhadores e que através do Presidente do Estado acionaria o Governo Federal para resolver a “*crise, sem prejuízo*” dos “*interesses sagrados*” dos operários, novamente reconhecendo como justa a greve, se preocupando somente em garantir a manutenção do caráter “*pacífico e ordeiro do movimento*”²¹⁶.

O delegado em resposta ao movimento informou que “*o contracto com a companhia construtora da estrada deveria ser rescindido pelo governo federal, por falta de implemento de clausula do mesmo e que até 15 d’aquelle mez, seriam tomadas as providências necessárias a satisfação de seus interesses lesados*”. Para tanto prometia que “*até o dia 15 do corrente estará resolvida a crise que vos moveu a assumir esta attitude*”. Prometia também ir pessoalmente até o local para ouvir “*vossas reclamações afim de informar o Governo*”.

Por seu lado os grevistas negavam as acusações e afirmavam ser “*absolutamente falsa a noticia de pretendermos atacar o acampamento Lageado e armazéns do Sr. Coronel Alberto Passos*”, o que poderia provocar uma tentativa de repressão por parte do governo. Segundo os grevistas estas “*calunias*” tinham como objetivo “*indispor-nos com a principal autoridade, em proveito próprio*”.

Podemos perceber que o discurso da ordem está presente entre os trabalhadores, como uma estratégia para justificar e legitimar o movimento, o que era necessário para garantir o “apoio” do chefe de Polícia, responsável em reprimir o movimento em caso de “abusos”. Os líderes do movimento, portanto afirmavam “*que até a presente data*” não haviam desviado “*uma linha sequer da conducta por nós traçada, tendo decorrido todo o tempo da greve sem o menor incidente ou abuso. Assim prosseguimos, sempre observando a nossa attitude ordeira e pacífica*”.

Em outros casos também podemos observar esta contradição, onde os Delegados de polícia, membros representantes dos interesses do governo e das elites, se colocaram ao lado dos trabalhadores em suas reivindicações.

²¹⁶Relatório das diligencias efectuadas por ordem do Governo pelo Dr. Deocleciano de Canto Menezes - Chefe de polícia do Estado, 1913.

Como vemos no jornal O Mato Grosso que denunciava o apoio de um delegado de polícia a um movimento grevista, quando este exigiu que as reivindicações fossem aceitas

os trabalhadores da estrada de Minas e Viação estão sendo preparados por conhecidos valentões conservadores do Ladario macumunada com o delegado de polícia, para se collocarem em atitude hostil, impondo condições a companhia. Hontem, cerca de 40 individuos abandonaram o trabalho, vindo a delegacia capitaneados pelo 'bravo' de Mimoso, exigindo augmento de salário. O delegado procurou o director da companhia, exigindo que ettendesse a reclamação. Esses homens não voltaram ao trabalho.²¹⁷

Posições aparentemente populares de membros da elite, que ora denunciavam as péssimas condições de vida e trabalho dos trabalhadores, ou que se colocavam ao lado dos trabalhadores apoiando explicitamente suas reivindicações e seus movimentos aqui entendemos como estratégias para conseguirem apoio popular nas disputas políticas, entre os diferentes grupos, que compunham a elite, como por exemplo o Partido Republicano Mato-Grossense e o Partido Republicano Conservador.

Segundo a análise de Valmir Batista Correa havia um perfil diferenciado entre as organizações de trabalhadores da parte sul e da parte norte do Estado. Para este autor as organizações de trabalhadores da parte sul eram definidas como combativas e as do norte como assistencialistas.

Essa distinção o autor baseou no fato de que as organizações de trabalhadores das classes de ferroviários e portuários presentes na parte sul do Estado, em cidades como Corumbá e Ladário, construíram organizações que fizeram movimentos reivindicatórios, com ações de enfrentamento, paralisando suas atividades e até fazendo sabotagem.

Para identificar as organizações da região norte de Mato Grosso como sendo assistencialistas, Correa analisa em Cuiabá, a sucursal do Circulo de Operários da União, surgida em 1915 no Arsenal da Marinha. Para o autor esta tinha um caráter assistencialista e trabalhava no sentido de disciplinar os trabalhadores.²¹⁸

²¹⁷ Jornal: O Matto Grosso, Cuyaba, 14 de julho de 1918.

²¹⁸ CORREA, 1987.

Na parte norte do Estado, especificamente na capital, Correa destaca a ação política de Agrícola Paes de Barros, como sendo uma exceção no meio político com as posições mais progressistas.

Paes de Barros era uma figura política da capital de Mato Grosso que tinha um estilo de atuação muito particular. Editou o Jornal “A plebe” entre os anos 1927-1930 onde, como observa Correa, desenvolveu um estilo “*irreverente e espirituoso jornal, inimigo dos políticos, dos usineiros e do Estado*”, onde fazia críticas a diversos políticos do Estado.²¹⁹

Não podemos negar a singularidade deste personagem polêmico, que no jornal “A Plebe” tinha como prática habitual denunciar de forma irônica e sagaz, os crimes cometidos pelos usineiros contra os trabalhadores e as péssimas condições de trabalho nas usinas. Também, curiosamente, incentivava as categorias de trabalhadores a se “congregarem” em sindicato, mostrando a vantagem para estes de estarem organizados.

*A (classe) dos patrões opressores terá fim ou pelo menos será amenizada quando os nossos operários se congregarem criando sindicatos. O sindicato é o ponto de partida para uma associação. É constituído pelo agrupamento de operários do mesmo ofício ou que fazem o mesmo trabalho. A reunião de todos os pedreiros, por exemplo, constitui um sindicato e de todos os empregados de usina de outro. O fim do sindicato é criar uma força capaz de proteger aquele agrupamento contra abusos dos patrões. O sindicalismo trabalha pelo apoio mútuo e resistência. Ele ocupa em facilitar a colocação e empregar os sem trabalho, vela pelos interesses profissionais da corporação, pela força da sua união, faz o patrão respeitar melhor o empregado e diminuir os seus gananciosos desejos de exploração, trata de educação dos trabalhadores, para torna-los cada vez mais fortes e mais capazes de vencer e conseguir eliminação do patronato. Entre nós como o operariado quase nada conseguiu ainda, devemos antes de tudo congregarmos criando blocos de resistência a exploração do capital ou do patrão Todo aquele que estiver agrupado em sindicato vencerá melhor. Que valor tem um só empregado público, um só operário, um só chefe?*²²⁰

No jornal *A Plebe* também era comum Agrícola Paes de Barros fazer referência a lutas populares do exterior ou do Brasil. Era um entusiasta do movimento tenentista e da coluna Prestes. Nesta passagem usa a imagem do

²¹⁹ CORREA, 1987.

²²⁰ Jornal: A Plebe, Cuiabá 4 de outubro de 1927.

líder negro da Revolta da Chibata, identificando esta como um momento importante de luta e organização popular.

Operários oprimidos, lançai vossos olhares para este vulto grandioso do almirante negro, João Candido; contemplai sua obra grandiosa, lutando pelos seus colegas, pelos marinheiros do futuro! Lembrai-vos operários, que se essa grande obra ocorre por conta da união da classe. Uma classe unida, é forte e poderosa e a dezunida, é fraca, incapaz de qualquer reação! Aquelles que se unirem, vencerão; aqueles que se dissolverem, serão abatidos um a um²²¹.

Depois de muito incentivar a organização dos trabalhadores em Cuiabá, Agrícola Paes de Barros finalmente consegue criar a Associação dos Motoristas, fundada em 1929. Apesar de Agrícola Paes de Barros, não ser um trabalhador da classe de motoristas e haver representantes da categoria na cidade, a direção da associação ficou em suas mãos, se tornando o presidente da entidade.

Além da presidência da associação Agrícola Paes de Barros era o editor do órgão oficial da Associação dos motoristas, o jornal “O Motorista”, e o usava como um espaço para poder expressar o seu pensamento político. O jornal surge tão logo em seguida a criação da Associação de Motoristas que foi capaz de noticiar a sua própria fundação. Mas qual seria o interesse de Agrícola em parar de editar “A Plebe” e passar a editar “O Motorista”?

Agrícola Paes de Barros era filho de Antonio Paes de Barros, um grande usineiro que elegeu-se governador mas que fora assassinato nas disputas políticas pelo poder no Estado. Portanto, Agrícola era um membro da elite e atuava politicamente. Agrícola não era usineiro como seu pai e sim um jornalista e portanto era através da imprensa que poderia destacar-se para poder ganhar expressão política e candidatar-se a cargos públicos.

Mas como jornalista era mais interessante para ele usar de um órgão de imprensa ligado a uma associação para buscar criar uma imagem de imparcialidade as críticas que fazia aos adversários políticos e aos elogios que tecia aos seus aliados.

²²¹ Jornal: A Plebe, Cuiabá 3 de junho de 1927.

Apesar de declarar que o jornal “O Motorista” era independente, pois não tinha “cor política” podemos observar claramente que a linha de ação da associação era atrelada ao governo de estado e ao grupo político de Agrícola Paes de Barros.

Honra a primeira página de nossa edição inaugural, o retrato do Exem. Sr. Dr. Mário Correa da Costa, integro Presidente do Estado. O Motorista, órgão da Associação Mato-grossense de Motoristas, é um jornal independente, não tem cor política. Entretanto, não é sem razão que presta ele esta homenagem ao ídolo Presidente do Estado, pois é de todos conhecida a copiosa messagem e benefícios legados pelo seu governo ao nosso Estado, a que vem servindo com real patriotismo e clarividência, destacando-se, de entre os mais importantes, a construção de milhares de quilômetros de bem feitas estradas de rodagem, que cortam em todas as direções a vasta e opulenta superfície territorial do nosso estado²²².

Outra demonstração de que a Associação de Motoristas não fora criada realmente para defender os interesses dos trabalhadores e que tinha sua linha política definida por Agrícola Paes de Barros e estava atrelada politicamente ao governo do estado e ao seu partido.

A classe dos motoristas acaba de dar, em prova pública, a certeza de sua coesão e do seu patriotismo, aderindo a elevada direção política e a austera norma de governo postas em prática por S. Ex. o Sr. Doutor Anibal de Toledo, honrado Presidente do Estado.(...) foi sancionada a resolução unânime de vir ela a público, representada por sua Diretoria, declarar a sua adesão franca ao governo e ao partido que neste momento solene da vida da República, se batem com a maior dedicação pela tranqüillidade e pelo futuro da pátria brasileira.²²³

Apesar de suas posições “progressistas” Agrícola Paes de Barros não deixava de representar os interesses de uma parte da elite Cuiabana, que assume uma posição política bem clara pelo Partido Democrático.

Quanto a classe de políticos, esperamos anciosos a sua Reforma pelo P. Democrático e pelos soldados do general Prestes, em um futuro muito mais breve que aquele que todos os boms brasileiros aguardam²²⁴.

²²² Jornal: O Motorista, Artigo: Uma merecida homenagem ao chefe do Estado, Ano 1, Cuiabá 7/09/1929.

²²³ Jornal: O Motorista, Artigo: Por as diretoria, reunida em Assembléia Extraordinária, a classe dos motoristas adere ao governo e a politica de S. Ex. o Sr. Presiedente do Estado, Ano 1, Cuiabá: 23/02/1930.

²²⁴ Jornal: A Plebe, Artigo: União, união operários, empregados públicos, agricultores, camaradas, 4/10/1927.

Além de apoiar o governo estadual, esta associação lança Agrícola Paes de Barros como candidato, uma prova maior da estratégia das elites em usar as organizações “populares” para conquistar espaços políticos através da via parlamentar.

*acaba a Comissão executiva do Partido Democrata Mato-grossense de escolher os candidatos, que nas próximas eleições, deverão ser sufragados pelo eleitorado cuiabano (...) sua escolha pois que recaiu, precisamente, na pessoa do nosso querido presidente, o Dr. Agrícola Paes de Barros, que é o lidimo representante de nossa classe e a alma da nossa Associação.*²²⁵

Se Agrícola Paes de Barros tem uma posição política definida, um partido que defende, devemos relativizar suas posições. Muitas de suas críticas se direcionam a inimigos políticos, são parte do conflito que existia entre os grupos que compunham a elite mato-grossense.

O jornal da Associação fazia elogios ao governo estadual ao mesmo tempo que criticava a administração municipal, que estava nas mãos de um oponente político. Tanto o ataca nas questões relacionadas ao imposto municipal sobre a pavimentação e obras como a calçada e a reforma de fachadas de prédios, como também sobre a violência desencadeada contra os vendedores ambulantes, que são presos e tem suas mercadorias apreendidas por não pagarem os impostos municipais.²²⁶

*Não há quem tenha uma partícula de coração para sentir ou de consciência para pensar que, vendo como eu vi, ontem, no mercado público do 1º distrito desta capital, maneira cruel e desumana por que a Prefeitura trata os pequenos vendedores ambulantes de verdura, não há, como eu digo, quem não se revolte, embora levado por sentimentos inferiores, sopito essa revolta e não a desabafe, como eu o faço agora.*²²⁷

Como na primeira fase do jornal “A Plebe” este atacava os usineiros e defendia os interesses dos trabalhadores escravizados pelos coronéis, no

²²⁵ Jornal: O Motorista, Artigo: A nossa representação municipal, Ano 1, Cuiabá 22/10/1929.

²²⁶ Jornal: O Motorista, Matéria: Que Contraste!, Ano 1, Cuiabá 22/07/1930. “Enquanto na capital do Rio Grande do Norte, o seu prefeito num lindo gesto de justiça, recebe de braços abertos e sanciona a Resolução do Conselho Municipal daquela cidade, isentando as pessoas pobres do imposto predial, de remoção do lixo e da contribuição para calçamento. Cá entre nós, o nosso Prefeito, com notável desassombro e raro descortínio, num zelo extraordinário para com as rendas do Município declara despejadamente que “quem não pode pagar o imposto de pavimentação, não está em condições de possuir propriedade...”

²²⁷ Jornal: O Motorista, Artigo: Um Absurdo! Ano 1, Cuiabá 8/8/1930.

jornal “O motorista” critica a administração municipal e defende os vendedores ambulantes e os moradores que são obrigados a pagar os impostos.

O governo estadual por sua vez, nunca era criticado, ao contrário, além de elogiar seu caráter e a sua capacidade administrativa, o coloca como o agente que resolveria os problemas dos associados, mesmo quando estes problemas fossem causados pela própria força repressora do estado.

O que quero propor com estes questionamentos é a conveniência de assumir estas posições populares, pois Agrícola Paes de Barros criticava através de um estilo literário satírico e crítico, atacava os seus opositores políticos. Claro que ele sabia das péssimas condições de vida dos trabalhadores das usinas, seu pai tinha sido um desses coronéis, um dos primeiros a introduzir as novas tecnologias na produção do açúcar que deram origem as usinas.

Quando analisamos a criação da Sociedade Agrícola de Cuiabá, teoricamente uma entidade de representação da sociedade civil, também verificamos a sua estreita relação com os grupos das elites. A reunião que aprova a sua criação é presidida pelo secretário estadual de agricultura e obras públicas. Em vez de trabalhadores conta com a participação da elite, com nome de famílias importantes da sociedade Cuiabana. No dia seguinte já aprovam-se os seus estatutos e elege-se a sua diretoria, numa reunião que se realiza na prefeitura.

Podemos entender então como papel dessa entidade e possivelmente de outras que surgiram no período que, em vez de impulsionar a luta dos trabalhadores os organizando para lutarem por melhorias da categoria, serviu sim para que a classe dominante legitimasse o seu poder, usando de sua "representatividade" para ganhar espaço nas disputas políticas entre os grupos que compunham a elite e disputavam a hegemonia de poder.

Considerações Finais

Desde o fim do tráfico negreiro em 1850 o Brasil passou por uma crise, uma vez que diminuiu a oferta de mão-de-obra num período em que o país estava passando por um processo de desenvolvimento de diferentes atividades produtivas, principalmente de produtos agrícolas como o café, o açúcar e o algodão.

Com o fim da escravidão foi necessário ampliar a oferta de mão-de-obra, agora não mais formado apenas pelos escravos, mas que deveria ter a participação de um conjunto maior de trabalhadores. Deveriam ser mantidos no mercado de trabalho os ex-escravos, ingressar os livres pobres nacionais que historicamente se constituíram a margem do sistema escravista e, principalmente, atrair os imigrantes europeus.

Na passagem do século XIX para o XX vieram para o Brasil um grande número de imigrantes europeus. Mas estes se direcionaram principalmente para a região sudeste para trabalhar na lavoura do café e outros migraram para as cidades onde se tornaram operários, ou ainda para trabalhar como artesãos ou comerciantes.

Apesar de ser desejada pela elite, Mato Grosso não contou com a oferta de mão-de-obra de trabalhadores imigrantes. Isso ocorreu pela dificuldade em atrair estes trabalhadores para a região devido as condições de acesso e a sua imagem como uma terra selvagem e perigosa.

Nas regiões onde havia as condições e uma política de atração foi realmente introduzida a mão-de-obra dos imigrantes, mas em Mato Grosso foi necessária a utilização preponderante dos trabalhadores da própria região. O mercado de trabalho mato-grossense seria então formado pelos trabalhadores livres regionais, arregimentados entre os pequenos produtores, que viviam numa economia de subsistência, além dos ex-escravos e os indígenas.

Os poucos imigrantes europeus que vieram para a região não vieram para trabalhar na lavoura, substituindo o escravo, mas concentraram-se nas cidades e trabalhavam como autônomos, artesãos ou comerciantes. As funções desenvolvidas pelos escravos foram substituídas principalmente por trabalhadores livres da região e por poucos imigrantes originários de outras partes do país que vieram para Mato Grosso. Em certas atividades econômicas também encontramos a participação dos imigrantes paraguaios.

Os imigrantes que vieram para o Brasil aceitavam ingressar no mercado de trabalho pois tinham como projeto trabalhar para juntar recursos para poderem se tornar pequenos proprietários. Já os trabalhadores livres nacionais que tinham suas pequenas propriedades, legais ou não, buscavam sobreviver sem ingressar no mercado de trabalho se utilizando dos recursos naturais que tinham a sua disposição.

Os trabalhadores livres que estavam a margem do processo produtivo no período escravista, ofereceram resistência ao ingresso no mercado de trabalho, pois seus valores culturais e práticas sociais não viam com bons olhos o trabalho disciplinado e regular, e contavam com formas de produção que garantiam a sua insubmissão ao trabalho disciplinado.

Essa resistência aconteceu porque as relações do trabalho disciplinado, controlado e regular, estavam associadas à escravidão e eram estranhas para os trabalhadores regionais que trabalhavam somente quando necessário e no seu próprio ritmo. Também evitavam o trabalho assalariado, porque não precisavam se assalariar para sobreviver, já que sua subsistência era garantida pela fartura dos recursos naturais: os rios, as matas e a terra.

Os trabalhadores livres da região eram pessoas que viviam uma vida simples, em “mesquinho rancho”, sem se preocupar em acumular riquezas. Como a natureza oferecia os recursos para a sua sobrevivência, alguns dias de trabalho na terra e a pesca ou caça para complementar a sua dieta alimentar, garantia a sobrevivência destes trabalhadores²²⁸.

²²⁸ Jornal: O liberal – Cuiabá – 29 de janeiro de 1874 – n. 125 “Ellas despertarão a emulação ao trabalho de muitos dos habitantes do interior que como o índio balançam-se em quase constante indolencia a sombra de mesquinho rancho, tendo certo o alimento na pesca de alguns momentos no rio próximo e no cultivo de alguns dias em limitado terreno.”

Os trabalhadores livres que trabalhavam apenas para a sua subsistência e que foram obrigados a se sujeitar ao trabalho disciplinado deixaram uma vida marcada pela autonomia para uma vida totalmente controlada. As condições de vida e de trabalho dos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho era marcada pela exploração e pela violência e, na prática, não diferiam muito das condições de trabalho do sistema escravista.

Os trabalhadores eram teoricamente assalariados, mas na prática quase não recebiam nada do seu salário, já que do seu pagamento eram descontados os gastos feitos para sua manutenção: alimentos, roupas e habitação, fornecida pelos pecuaristas, fazendeiros e arrendatários.

O trabalhador comprava os mantimentos e esses débitos eram lançados em sua caderneta, obrigando o trabalhador a vincular-se ao proprietário pelo endividamento. Estavam presos num círculo de endividamento, que nunca conseguiam quitar.

O trabalhador não era, como o escravo, uma mercadoria que poderia ser vendida mas também não era livre para abandonar o seu serviço de acordo com a sua vontade. Como se fosse um sistema de escravidão por dívida, o trabalhador que “devia” o seu patrão estava preso a este e era obrigado a trabalhar até saldar a sua dívida. Tinham a liberdade de locomover-se, mas apenas dentro dos limites dos latifúndios.

O patrão tinha controle sobre o tempo e as operações desenvolvidas pelo trabalhador. Não havia uma legislação que regulasse a jornada de trabalho que era extenuante, chegando a mais de 14 horas. As poucas leis que regulavam as relações de trabalho existiam como instrumento dos patrões em obrigar os trabalhadores a permanecer trabalhando para eles.

Pelas leis da República os trabalhadores eram reconhecidos como cidadãos, como iguais em direitos e deveres, mas na prática não havia nenhuma proteção ou respeito aos direitos destes trabalhadores, que estavam submetidos a uma dura disciplina que se não fosse seguida poderiam resultar em maus tratos e castigos físicos, ficando presos na solitária ou amarrados e açoitados nos troncos.

Estes trabalhadores que estavam inseridos no mercado de trabalho buscavam fugir da opressão que sofriam nas mãos dos coronéis e lutar por melhorias de vida. A principal forma de resistência eram as constantes fugas, mas também existiram casos de organização de movimentos armados destes trabalhadores que estavam presos aos grandes proprietários, trabalhando nas fazendas e nas matas.

Além das fugas e dos movimentos, formas de luta mais direta e explícita, encontramos a resistência cotidianamente, muitas vezes surda e muda. Lutavam contra a disciplina imposta, respondendo às agressões dos seus superiores, desrespeitando certas ordens, sabotando a produção ou fingindo estarem doentes.

Em resposta a luta destes trabalhadores, os grupos oligárquicos usavam suas forças particulares, para reprimir com violência quando os trabalhadores tentavam fugir à exploração que estavam submetidos ou faziam movimentos para lutar contra as péssimas condições de trabalho.

Os grandes proprietários também contavam com a criação de leis e a força oficial do governo para reprimir os movimentos dos trabalhadores e para obrigá-los a ingressar no mercado de trabalho e a permanecerem sob o seu domínio para cumprirem os seus contratos de trabalho.

Outra alternativa de resistência encontrada por alguns setores dos trabalhadores era a organização em entidades representativas, que defendiam os interesses dos trabalhadores e organizavam movimentos reivindicativos. Mas eram várias as dificuldades para os trabalhadores constituírem estas organizações ou mesmo para construir uma prática de luta e resistência através da participação em movimentos reivindicativos, organizadas por estas entidades representativas.

Apesar das dificuldades em criar estas organizações, encontramos por outro lado, o “apoio” aos trabalhadores de setores da classe dominante que buscavam atrelar estas entidades através de suas lideranças aos grupos políticos da elite.

É importante destacarmos que a simples existência de entidades representativas de trabalhadores não garantia uma prática de resistência.

Algumas destas entidades serviam mais para a classe dominante as usarem como estratégia nas disputas do poder, buscando atrair o apoio popular, do que para encaminhar a luta dos trabalhadores.

Estas estratégias da elite em atrelar as organizações dos trabalhadores ao poder vemos mais claro no período do governo de Getúlio Vargas, que criou uma relação oficial entre estas entidades representativas e o aparelho estatal através do Ministério do Trabalho. Somada a isso a legislação de amparo e proteção aos trabalhadores, e o controle da direção através da nomeação de líderes pelegos permitia ao governo manter um controle sobre estas entidades e se valer de sua “representatividade” para justificar o seu poder.

Esse controle sobre as entidades tanto evitava que os trabalhadores avançassem nas conquistas através de uma luta protagonizada pelos próprios trabalhadores, como também tornava-se um canal de comunicação entre o governo e a “sociedade” o que fazia com que as conquistas trabalhistas fossem percebidas como dádivas do governo protetor e não conquistas populares.

Muitas destas organizações não contribuía com a luta dos trabalhadores, pois não faziam o enfrentamento com os patrões ou com o governo, tinham uma prática assistencialista e legalista, por estarem vinculadas a políticos que as usavam em benefício próprio.

As elites regionais, estavam submetidas aos interesses dos países capitalistas centrais e procuravam trazer para a sua sociedade as relações que imitassem o modo de vida e a mentalidade das sociedades industriais. Essas novas relações entre os homens e a natureza causaram profundas alterações que interferiram diretamente no modo de vida da população regional.

Apesar de todas estas dificuldades os trabalhadores mato-grossenses historicamente buscaram construir práticas de resistência, sejam quais foram as condições. Buscaram resistir à sua incorporação à nova ordem social capitalista, encontrando várias fórmulas de reinventar o cotidiano e viabilizar estratégias para manter um modo de vida que correspondesse aos seus padrões sociais e culturais, ligadas ao ritmo da natureza.

Bibliografia

ALEIXO, Lucia Helena Gaeta. *Mato Grosso: Trabalho Escravo e Trabalho livre (1850-1888)*. Brasília: Ministério da Fazenda, Dep. de Administração, Div. de Documentação, 1984.

ALEIXO, Lucia Helena Gaeta. *Vozes no silêncio: subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso (1888-1930)*. Cuiabá: Editora da UFMT, 1995.

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *A estratificação racial na sociedade de castas*. In: FERNANDES, Florestan. *Comunidade e Sociedade no Brasil: Leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1975

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870-1930)*. Cuiabá: Editora Gênes, 1992.

BOSSI, Bartolomé. *Viaje pinturesco por los rios Paraná, Paraguay y San Lorenzo y Cuiabá y el Arinos... con la descripción de la Provincia de Mato Grosso bajo su aspecto físico, geográfico, minerológico y sus producciones naturales*. Paris, Librarie Parisiense Dupray de la Mahérie, 1865.

BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CADERNO DE FORMAÇÃO N.º 6. *As estruturas sindicais no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: s/ed., 1986.

CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 7ª. Ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

CASTRO, M. Inês e GALETTI, Lylia S. Guedes. *História do uso da biodiversidade em Mato Grosso*. 1994.

CORREA, Valmir Batista. *O Trabalhador rural e urbano na terra dos coronéis*. Campo Grande: Editora da UFMS, 1987.

CORREA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso 1889-1943*. Campo Grande: Editora UFMS, 1995.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia a República: momentos decisivos*. 2ª. Edição. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1979.

DE DECCA, Edgar S. de. *O nascimento das fábricas*. 8ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 25ª Edição. São Paulo: Editora Nacional, 1995.

GALETTI, Lylia S. Guedes. *Mato Grosso: o estigma da barbárie e a identidade regional*, s/editora, 1995.

GALETTI, Lylia S. Guedes. *O poder das imagens: o lugar de Mato Grosso no mapa da civilização*. Campinas: s/editora, 1996.

IANNI, Octavio. *Capitalismo, escravidão e trabalho livre*. In: FERNANDES, Florestan. *Comunidade e Sociedade no Brasil: Leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

KERCHE, Neuza Maria Erthal *Vadiagem ou trabalho ordeiro: Uma visão sobre o trabalhador mato-grossense*. 2ª Edição, Cuiabá: Centro América Gráfica e Editora, 1999.

KOWARICK, Lucio. *Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Agricultura e Mercado de trabalho: Trabalhadores Brasileiros Livres nas Fazendas de Café e na Construção de Ferrovias em São Paulo, 1850-1890*. Est Econ., São Paulo, V. 37, N. 2, P 353-372, Abril-Junho, 2007

LAMOUNIER, Maria Lúcia - *Da Escravidão ao trabalho Livre (A Lei de Locação de Serviços de 1879)* Campinas, SP, Papyrus, 1988

MATTOS, Hebe. *Prefácio* in: COOPER, Frederick. *Além da escravidão: investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Tradução Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARX, Karl. *A origem do capital: A acumulação primitiva*. global editora, 1987.

MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*, Tradução. 4 edição. Paz e terra, 1985.

MORENO, Gislaene. *Os (des)caminhos da apropriação capitalista da terra em MT*. São Paulo: FFLCH – USP, 1993.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a Província de Mato Grosso seguida d´um roteiro de viagem da sua capital à São Paulo*. São Paulo: Typ de Henrique Schroeder. 1869.

NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial (séculos XVI -XVIII)*. 5ª. Edição. São Paulo, Editora Brasiliense, 1990

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*, 3 edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1953.

RAGO. Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade Disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

RATZEL, Apud Moraes. Antonio Carlos R. (org) *Ratzel. Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo, Editora Ática, 1990.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *O processo Histórico de Mato Grosso*. 3ª. edição. Cuiabá: Editora Guaicurus, 1990.

SMITH, Herbert. *Do Rio de Janeiro à Cuyabá. Notas de um naturalista*. São Paulo/Rio de Janeiro: Cayeira/Cia. Melhoramentos, 1922.

STEINEN, Karl Von Den. *O Brasil Central. Expedição em 1884 para a exploração do Rio Xingu*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1942.

TOLEDO, Edilene Teresinha. *Em torno do jornal O Amigo do Povo: os grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século*. In: CADERNOS AEL. Anarquismo e anarquistas. Campinas, UNICAMP/IFCH, v 8/9, 1998.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá: 1850-1888*. São Paulo: Editora Marco Zero; Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993.

WEGNER, Robert. *A conquista do oeste: A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

Fontes impressas

Universidade Federal de Mato Grosso/Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR)

Mensagens

Mensagem do Presidente do estado de Matto Grosso dr. Manoel Jose Murtinho A Assembléa Legislativa em sua 2ª sessão ordinária aberta em 12 de maio de 1893.

Mensagem apresentada a Assembléa Legislativa a 18 de fevereiro de 1896, pelo presidente do Estado, Dr. Antonio Correa da Costa.

Mensagem dirigida à Assembléa Legislativa ao instalar-se a sua 3º. Sessão ordinária da 11 Legislatura, em 7 de setembro de 1920, por D. Francisco de Aquino Correa, presidente do estado (pagina 74)

Relatório

Relatório das diligencias efectuadas por ordem do Governo pelo Dr. Deocleciano de Canto Menezes - Chefe de polícia do Estado - 1913.

Jornais

Echo Cuiabano, Cuiabá - Sábado - 09 de março de 1850 - n. 04

O Liberal, Cuiabá – 29 de janeiro de 1874 – n. 125.

O Liberal, Cuiabá – 05 de fevereiro de 1874 – n. 126

O Liberal, Cuiabá – 19 de fevereiro de 1874 – n. 128

O Liberal, Cuiabá – 09 de janeiro de 1875 – n. 172

O Liberal, Cuiabá – 22 de janeiro de 1875 – n. 174

O Porvir, Cuiabá - 23 de junho de 1877, quinta feira

A Província de Mato Grosso - Cuiabá 19 de março de 1893.

O Republicano, Cuiabá - 08 de dezembro de 1895

O Republicano, Cuiabá - 05 de março de 1896

O Republicano, Cuiabá - 16 de abril de 1896

A reacção, Assunção - 30 de junho de 1902

O Cruzeiro, Cuiabá - 16 de julho de 1908

A Tribuna, Corumbá - 3 de agosto de 1912

O Autonomista, Corumbá - 20 de fevereiro de 1909

O Comércio, Cuiabá - 14 de agosto de 1913

O Matto Grosso, Cuiabá - 14 de julho de 1918

O Fifo, Cuiabá - 26 de dezembro de 1924

A Semmana, Cuiabá - 10 de outubro de 1926, numero 18

O Ferrão, Cuiabá - 20 de maio de 1927

O Ferrão, Cuiabá - 24 de novembro de 1927

A Plebe, Cuiabá - 16 de junho de 1927

A Plebe, Cuiabá – 04 de outubro de 1927 - Artigo: União, união operários, empregados públicos, agricultores, camaradas.

O Motorista, Cuiabá – 07 de setembro de 1929 - Artigo: Uma merecida homenagem ao chefe do Estado, Ano 1

O *Motorista*, Cuiabá – 22 de outubro de 1929 - Artigo: A nossa representação municipal, Ano 1.

O *Motorista*, Cuiabá – 23 de fevereiro de 1930 - Artigo: Por as diretoria, reunida em Assembléia Extraordinária, a classe dos motoristas adere ao governo e a politica de S. Ex. o Sr. Presidente do Estado, Ano 1.

O *Motorista*, Cuiabá – 08 de agosto de 1930 - Artigo: Um Absurdo! Ano 1.

O *Motorista*, Cuiabá – 22 de setembro de 1930 - Artigo: Que Contraste!, Ano 1.

Arquivo Público do estado de Mato Grosso (APEMT)

Processo Crime

Cartório do 6 ofício, Sumário de culpa, Ferimento de graus, caixa 06, ano 1889

Ofícios

Ofício de número 310 da Capitania do Porto do estado de Mato Grosso ao presidente do Estado, em 18 de julho de 1923

Ofício da Capitania dos Portos dirigido ao ilmo. Dr. Virgílio Correa Filho, secretario Geral do estado de Mato Grosso, Corumbá, 18 de fevereiro de 1925